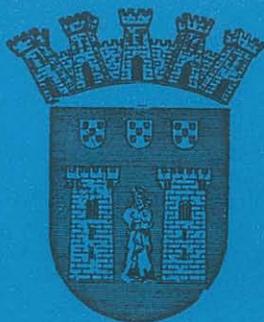


# BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

---

VOL. XL

N.ºs 89/90 (102/103)

ANOS DE 1986/87

# O MIGUELISMO EM BRAGA (1)

## Factos e ideias para o Estudo da Contra-Revolução

por ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA

«Braga, como sempre, amante do sr D. Miguel e da sr.ª D. Carlota Joaquina, colocou Se na vanguarda do movimento ...»

Alvaro PIPA

1. A historiografia liberal subestimou a importância da Contra-Revolução no Portugal Contemporâneo e generalizou a ideia — para nós falsa —, de que o miguelismo não passou de uma facção usurpadora, impopular e derrotada. Sabemos com que acutilância Oliveira Martins feriu de morte tal ideia<sup>1</sup>. Não se pode, também, omitir o importante contributo de Joel Serrão<sup>2</sup> para o estudo sistemático, inovador e exaustivo do fenómeno miguelista. E, finalmente, há que ter em conta uma nova plêiade de historiadores (de entre os quais destaco L. M. dos Reis Torgal, cujos trabalhos constituem um sólido paradigma), que a partir da década de 70 conseguiu descobrir em definitivo e analisar cientificamente a problemática contra-revolucionária, consagrando a sua importância para a compreensão global e correcta da nossa História nos séculos XIX-XX.

Seguindo os sulcos abertos por essa nova geração de artífices da Clio, estou, de há uns anos a esta parte, recolhendo materiais e traba-

---

<sup>1</sup> MARTINS, Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, 8.ª ed., 1.º vol. Lisboa, Guimarães Editores Lda., 1976.

<sup>2</sup> SERRÃO, Joel — *Miguel, D. (1802-1966)*, in «Dicionário de História de Portugal» 3.º vol. Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 55-58.

lhando ideias sobre as vertentes ideológica e mítica do miguelismo<sup>3</sup>. Recolha difícil porquanto muita da documentação fundamental ou se perdeu ou se encontra dispersa e oculta em Arquivos Particulares a que, normalmente, não se tem acesso. Por outro lado, essas vertentes, sobretudo, a mítica, não tiveram quem, a seguir a Oliveira Martins e até hoje, se aventurasse a demonstrá-las com rigor e seriedade, embora muitos autores as tenham afirmado peremptoriamente. Abordá-las constitui um risco, que, no entanto, sinto dever assumir. E ao assumi-los invisto-me da obrigação de comunicar e pôr nas mãos dos investigadores interessados por este assunto os elementos entretanto produzidos, a fim de que os mesmos possam ser apreciados, discutidos e corrigidos.

O presente artigo insere-se, pois, neste espírito e resulta do aproveitamento para divulgação e análise de um conjunto de fontes impressas e manuscritas relativas à estada de D. Miguel em Braga, ao entusiástico apoio que a cidade (e a região circundante) lhe prestou (perpetuando-o muito para além de 1834 e de 1866) e ao papel desempenhado não só pelo Minho, mas por todo o norte do país na defesa do Portugal Velho.

2. A volumosa obra de António Ferrão, intitulada «Reinado de D. Miguel»<sup>4</sup>, serve-me de excelente ponto de partida para um processo de construção e revisão históricas de um fenómeno político, designado de várias maneiras: absolutista, realista, legitimista, ultramontano, «apostólico», contra-revolucionário e miguelista. Convirá, aliás, referir, que o uso indistinto e descuidado de todos estes termos conduz, inevitavelmente, a uma confusão conceptual, ainda notória nos círculos científico e universitário, que urge desfazer<sup>5</sup>, sob pena de se inviabilizar a indispensável sistematização das pesquisas centradas numa tão vasta e complexa temática.

Voltemos, porém, a António Ferrão, arquivista e historiador com uma sólida formação científica, uma boa base filosófica e um posicionamento ideológico marcado pelo «republicanismo democrático», e detenha-

---

<sup>3</sup> Refiro-me ao projecto em curso, integrado na preparação das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica a apresentar oportunamente na Universidade do Minho, intitulado «Ideologia e Mito no Miguelismo».

<sup>4</sup> FERRÃO, António — *Reinado de D. Miguel. O Cêrco do Porto (1832-1833)*, Publicações da Comissão de História Militar III, vol. I. Lisboa, 1940.

<sup>5</sup> Impõe-se, de facto, uma cuidada análise conceptual, que partindo da elaboração de um glossário ponha em evidência as sinonimias profundas e as forjadas, bem como a carga pejorativa atribuída a alguns desses termos.

mo-nos na questão abordada e na perspectiva subjacente. A questão é interessante e foi apresentada nestes termos:

«Entre os numerosos problemas, até agora insolúveis, que esmaltam a história de Portugal encontra-se o da queda do regime miguelista, consagrada pela Convenção de Evora-Monte, de 27 de Maio de 1834.

«A questão é maximamente chocante, e, pode dividir-se em duas partes: uma de natureza objectiva, material, susceptível de equacionar-se numericamente; outra, de ordem subjectiva, moral, que informa a psicologia colectiva.

«Assim, a questão põe-se da seguinte forma:

«1.ª Parte — Problema objectivo: A 8 de Julho de 1832 há um exército de 7.499 combatentes — o liberal — que desembarca em Arnoso de Pampelido e entra no Porto, no dia seguinte, invadindo, assim, um País defendido por cerca de 82.000 homens, efectuando o seu desembarque e a sua marcha em presença de um exército inimigo de 12 a 13 mil homens, que o não molesta e, até, lhe abandona, completamente, a segunda cidade do País, muito regularmente provido de armamento e munições. Esse pequeno exército mantém-se nesta cidade, cercada durante meses, e quando se chega à Convenção de Evora-Monte o exército que no momento de desembarque contava 7.499 homens, apresenta agora muito mais de 60.000, e o exército que dominava todo o País e dispunha de mais de 80.000 homens, ao entregar-se, vencido, não tem mais de 7.405 homens.

«2.ª Parte — Problema subjectivo, psicológico: A 22 de Fevereiro de 1828, um príncipe — D. Miguel — desembarca em Belém, no meio do mais espontâneo e fremente entusiasmo, e se esse desembarque foi um triunfo, o trajecto até ao Palácio da Ajuda foi uma apoteose, por entre: «um trovão de vivas, um desespero de gritos, um dilúvio de flores, bandeiras, colchas e foguetes em girândolas!» — escreve Oliveira Martins, que logo classifica: «era um entusiasmo ardente, insultante, ameaçador», e esclarece: «Disseram-lhe: És o messias, o salvador, o redentor, Miguel, és o arcanjo cuja lança esmagá a hidra». E, para caracterizar o sentimento geral, desde o povo aos folicuários e aos «poetas laureados» (Semedo, Granate, Barradas, Costa e Silva, José Daniel, Bacelar, e Pedro Lopes), escreve, mais adiante: «o crítico, — que é ele, Oliveira Mar-

tins — sente o palpitar vivo da alma colectiva e a explosão da brutalidade cega do génio português, sempre plebeu na fúria», e, depois: «a idolatria miguelista era apenas o primeiro estado da epilepsia portuguesa». E, assim se manteve a «alma colectiva», e assim viveu em tal atmosfera de apoteose esse rei, aclamado, adorado, nas cidades e nos campos como santo, arcanjo, messias, salvador, e como tal reconhecido nos púlpitos e nos altares, onde a sua efigie, figurava junto das imagens veneradas.

«Mas, eis que decorrem uns parcos 24 ou, mesmo, 18 meses — porque o termómetro de tal entusiasmo, de tal adoração, começa a descer em fins de 1832 e princípios de 33, — e que se saltam 63 pequenas páginas do 1.º volume do Portugal Contemporâneo, de Oliveira Martins, e, agora, o mesmo escritor, sem nos explicar como nem porquê as cousas se passaram, informa-nos destas cousas estranhas, descomunais!

«Sobre a cabeça de D. Miguel caíam todas as maldições: as mãis pediam-lhe a vida dos filhos, os orfãos as dos pais; e um largo côro de vinganças desgrenhadas seguia-o bracejando e clamando em grita quando êle no dia 30 (de Maio de 1834) caminhava para Sines a embarcar na Stag que o levaria ao exílio». E, logo: «Agora zumbiam as pedradas e clamores de morte: clamores apenas, porque D. Pedro impediu que se levasse a cabo o plano de o assassinar no caminho».

«Tal é, pois, a chocante questão — única na nossa história e na alheia — que até agora tem ficado por explicar, por condicionar, não obstante as muitas dezenas de escritores — historiadores, memorialistas, doutrinários e teóricos políticos, publicistas, folicuários, jornalistas, — que de tais acontecimentos se têm ocupado.

«Ora, é essa chocante questão que vamos procurar, tentar, explicar. É esse duplo problema — como acima enunciámos — que vamos procurar, tentar, resolver»<sup>6</sup>.

Ao longo de 658 compridas páginas edificou uma resposta sustentada por um valioso acervo documental (procedente quase todo do Arquivo do Ministério da Justiça) e por um rico conjunto de fontes impressas, entre as quais se destacam os periódicos, opúsculos e folhetos publicados,

<sup>6</sup> FERRÃO, António — *ob. cit.*, p. I-II.

sobretudo, nas três primeiras décadas do século passado e que, apesar da escassa qualidade literária de muitos deles, são o claro reflexo de um conflito extremo entre uma concepção antropológica marcada pela «visión teológica de la vida» e pela «reducción de la autonomía humana» e outra assente na «autonomía de lo humano frente a lo divino» e na «razón (...) especie de orden supremo que rige las cosas»<sup>7</sup>. Com um tal «aparato» arquivístico e erudito conseguiu mesmo ultrapassar os limites, que no princípio se impôs, fazendo a única história do reinado de D. Miguel digna deste nome. E ao fazê-lo esclareceu algumas outras questões (pendentes da anterior) e tratou aspectos até aí ignorados: o importante problema relativo à composição e amplitude da base social de apoio ao miguelismo ficou em certos pontos resolvido, porque lhe foi possível apresentar provas irrefutáveis que negam a alegada adesão unânime de certas classes (clero, nobreza, magistratura ...) ao «regime miguelista»; o suposto controlo da situação política interna por parte do governo de D. Miguel foi desmistificado através da descrição verídica da instabilidade permanente causada, entre 1828 e 1834, por sucessivas rebeliões ou tentativas revolucionárias (liberais); o chamado «terror branco», alimentado por uma enorme dose de fanatismo/intolerância, por uma impressionante rede de espionagem (favorecida por um tenebroso clima de delação) e por um aterrador «aparelho» prisional, recebeu mais algumas achegas comprovativas; a «Vida Intelectual no período miguelista» foi devidamente delimitada; a Administração, nas suas várias facetas, teve um tratamento aprofundado e esclarecedor; os «dois cancros do regime» — finanças e política externa — foram objecto de uma análise segura e rica de elementos e informações; por fim, o cenário principal do livro — o Cêrco do Porto e as operações militares desencadeadas no decurso da Guerra Civil — foi construído com minúcia e rigor difíceis de igualar.

Quando chegamos à penúltima página da obra desnuda-se por completo a tese de António Ferrão, como se pode ver pelo seguinte extracto:

Acerca do problema subjectivo, ou melhor da questão relativa à psicologia colectiva da população miguelista, vimos já como, a partir do ataque das tropas de Peso da Régua, em 29 de Setembro de 1832, fortemente repellido pelos liberais, se inicia uma, cada vez mais acentuada, mutação do espírito público, indo do maior optimismo e da mais completa convicção na

---

<sup>7</sup> BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé R. — *Liberales y Absolutistas en Galicia (1808-1833)*, col. Extramuros. 3. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, p. 105-132 e 133-161.

vitória dos exércitos miguelistas para a dúvida na eficiência de tais tropas, e, depois, para a desesperança em tal vitória, tantas vezes prometida e anunciada, mas nunca alcançada, atingida.

É evidente que em tal evolução do espírito da população miguelista, o prestígio do próprio rei D. Miguel era cada vez mais afectado, acompanhando na baixa termométrica da admiração — e até, adoração — do entusiasmo e da confiança populares o exército, o governo e a própria causa da qual era o epónimo e essencial representante.

Nesta queda de D. Miguel há muitos pontos de semelhança com a de Luiz XVI, em França; e tantos eles são que facilmente se podem adaptar ao rei português as considerações, sobre a perda de prestígio e da corôa do soberano francês, feitas por Gustave Le Bon, a pags. 132 e 133 da sua obra à cerca da Revolução francesa e da psicologia das revoluções<sup>8</sup>.

Há que reconhecer, de imediato, o acerto da tónica posta por António Ferrão na dimensão psicológica do fenómeno, o que o coloca uns largos pontos acima da análise «hiper-racionalista» e estreita de António Sérgio. No entanto, o alcance teórico dessa estratégia pode classificar-se de reduzido, porque ela pouco ou nada contribuiu para a descoberta de leituras outras, diversas daquela em que Ferrão obstinadamente se enclausurou: D. Miguel, chefe de uma facção política contrária à implantação do liberalismo em Portugal, será apenas o exemplo da volubilidade das multidões arrebatadas pela euforia ou pela ira, como tinha sido ensinado por Gustave Le Bon<sup>9</sup>. Ora o que acontece é que este «ponto de vista» não permite enxergar muito longe, escapando-lhe necessariamente outros horizontes. Esta estreiteza de vistas, de certo modo determinada por um «positivismo mal encoberto», tem persistido; daí que se torne imperioso rever criticamente as análises até agora produzidas e rasgar novas perspectivas.

Em primeiro lugar, nunca será demais insistir nesta elementar evidência: surgida como reacção inevitável ao violento impacto provocado pelas consequências imediatas da Revolução Francesa, a Contra-Revolução (cujos contornos essenciais aparecem já na célebre obra de Edmund

---

<sup>8</sup> FERRÃO, António — *ob. cit.*, p. 657.

<sup>9</sup> LE BON, Gustave — *Psicologia das Multidões*, col. «Pensadores». Lisboa, Edições Roger Delraux, 1980.

Burke, «Reflexões sobre a Revolução em França»<sup>10</sup>) tem de ser vista como um movimento profundo e complexo, composto por várias vertentes, sendo a «royaliste» (França), carlista (Espanha) ou miguelista (Portugal) a mais primária e inviável, e, afinal, a única vencida.

Em segundo, e uma vez estabelecida a ideia de que o miguelismo só deve ser estudado dentro do contexto global da Contra-Revolução, pois é «antes um efeito que uma causa», continua a justificar-se o empenhamento no projecto das «indagações prévias», enumeradas por Joel Serrão:

a situação social portuguesa em 1826-28; o peso da rotina — administrativa, económico-social e ideológica — e os contornos da inovação, de inspiração burguesa; o problema jurídico da sucessão de D. João VI; a extensão do abalo produzido em Portugal e Espanha pela perda das colónias americanas; a conjuntura internacional e, nesta, o papel decisivo desempenhado pela Espanha; o desespero nacional de um presente recaído e em contraste com a imagem histórica das grandezas passadas; a pretendida unanimidade miguelista da Nação e os meios por que teria sido alcançada<sup>11</sup>.

Em terceiro, urge caracterizar monograficamente a base social de apoio ao miguelismo<sup>12</sup>, obtendo-se, assim, a tão almejada «leitura» sociológica do fenómeno.

Em quarto, impõe-se a recolha de elementos ainda inéditos relativos ao reinado de D. Miguel, isto é, ao funcionamento/orgânica do governo («vida política e administrativa», finanças, «segurança do Estado» e «reorganização do exército») e à actividade cultural (entre 1828 e 1834).

Em quinto, terá de se reler atentamente o 1.º volume do «Portugal Contemporâneo» se quisermos abordar em profundidade o equívoco postulado da «unanimidade miguelista da Nação», que António Sérgio<sup>13</sup> e

<sup>10</sup> BURKE, Edmund — *Reflexões sobre a Revolução em França*, trad. de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura, col. Pensamento Político, 51. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

Vide, tb., GODECHOT, Jacques — *La Contre-Révolution. Doctrine et Action 1789-1804*. Paris, P.U.F., 1961.

<sup>11</sup> SERRÃO, Joel — *verbete cit.*, p. 57.

<sup>12</sup> Vide SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *O Clero Regular e a «Usurpação»*. *Subsídios para uma história sócio-política do Miguelismo*. «Revista de História das Ideias», Coimbra (9) 1987.

<sup>13</sup> SÉRGIO, António — *Glosas sobre o Miguelismo de Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo»*, in «Ensaio», tomo V. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1973. p. 221-252.

outros na pegada dele atribuíram a Oliveira Martins, acusando-o de «miguelófilo». A «releitura» mostrará, por certo, a precipitação desta análise. O discurso martiniano ganha uma inteligibilidade consistente se nos dermos ao cuidado de perceber o «conceito operatório» de mito aí empregue. Com efeito, Oliveira Martins intuiu, de forma admirável, um aspecto importante — de todo incompreensível para os cultores de um cientismo míope —, que pouco tem a ver com a afirmação discutível de que «toda a Nação era pelo Senhor D. Miguel», consistindo antes na evidenciação de um facto subtil, mas real: a força do carisma do Infante-Rei face a uma mole humana supersticiosa, estigmatizada pelos dogmas de um Catolicismo intolerante e desconfiada do discurso profundamente perturbador e herético produzido pelos liberais. Carisma cozinhado com os seguintes ingredientes básicos: o apoio enérgico e inflexível da Rainha-Mãe D. Carlota Joaquina (verdadeira Chefe do «partido absolutista»), o contributo doutrinário, simbólico (ilustrado pelo curioso fenómeno das aparições<sup>14</sup> e pela imagem resplandecente do «Arcanjo S. Miguel»<sup>15</sup>) e opera-

<sup>14</sup> L. M. Reis Torgal abordou o fenómeno nestes termos: «em fins de Maio dá-se a chamada «aparição da Senhora da Rocha», em Carnaxide, que foi aproveitada também pela contra-revolução, escrevendo-se então vários folhetos que pretendiam fazer crer que a presença da Virgem representava a mão da Divina Providência lançada sobre a nação portuguesa para combater a «perversidade dos costumes» [cf. id. — *A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação*, in «O Século XIX em Portugal, comunicações Sociais (Novembro de 1979)», col. *Análise Social*, 9. Lisboa, Editorial Presença/GIS, s.d., p. 318-319]. E em nota de rodapé acrescentou:

«O primeiro panfleto sobre o assunto intitula-se *Descrição de Hum Prodigio Raro, e Descoberto em Huma Lapa, no Dia 28 de Maio, na Ribeira do Rio Jamor, Freguesia de S. Romão de Carnaxide, e Vários Acontecimentos Que depois Se Tem Seguido, com Novena Propria à mesma Senhora, Lisboa, 1822*. Nela se pode ler: «Sempre em todos os tempos a Nação Portuguesa, nas épocas em que a mesma precisa de protecção superior, para se levantar dos precipícios a que se tem visto exposta! Então a Divina Providencia agraceia esta Nação, com hum singular, ou particular prodigio: tal he a fé com que muitas almas boas conservando-se firmes, e constantes, no bem estar da Religião, orão incessantemente a Deos pelas necessidades da Patria, para que aparte dos seus filhos a preversidade de costumes» (p. 3) Outros panfletos se seguiram a este, dos quais se pode destacar, no próprio ano de 1822, o que se intitula *Memoria de Huma Lapa, Descoberta no Dia 28 de Maio de 1822 na Ribeira do Jamor*. O sentido político atribuído a esta «aparição» tornou-se ainda mais evidente depois da Vilafrancada, como se pode verificar através de algumas notícias da *Gazeta de Lisboa* (vide n.º 134, de 7 de Junho de 1832, p. 1056; n.º 148, de 25 de Junho de 1823, p. 1128; e n.º 8, de 9 de Janeiro de 1824, p. 29) e das afirmações de alguns panfletos (vide, por exemplo, *O Punhal dos Corcundas*, n.º 1, p. 23)» (cf. id. — *ibid.*, p. 319).

<sup>15</sup> A forte identificação do Infante com o Arcanjo S. Miguel forjada, sobretudo, pelo clero, pode ser melhor percebida se entrarmos um pouco pelo território da hagio-

cional da Igreja, o perfil psicológico do Infante<sup>10</sup> surpreendentemente radicado na matriz ideossincrática do povo português, o messianismo

grafia. Daí o interesse, de que se reveste um pequeno artigo — «*O Santo da quinzena. S. Miguel, Arcanjo*» — publicado em «*A Voz de Melgaço*» (de 1 de Outubro de 1969) e que transcrevo na íntegra:

«S. Miguel, Arcanjo, cujo nome significa «quem é como Deus?», segundo a Sagrada Escritura e a tradição da Igreja, é um dos sete espíritos assistentes ao trono do Altíssimo, portanto um dos grandes príncipes do céu e ministro de Deus, a quem o Criador conferiu poderes extraordinários, para a salvação dos eleitos. A Igreja venera em S. Miguel Arcanjo, um protector, e deseja que os fiéis A acompanhem nessa veneração e depositem no grande espírito angélico toda a confiança. Inimigo do orgulho e da mentira, S. Miguel defendeu vitoriosamente os direitos de Deus contra as arrogâncias de Lucifer e de seus companheiros, precipitando-as no abismo. «Quem é igual a Deus?» era o lema de S. Miguel e dos Anjos bons, na luta contra os Anjos rebeldes. Estes foram derrotados «e seu lugar não era mais no céu». Em muitos outros lugares a Bíblia faz menção do Anjo do Senhor. A S. Miguel é reservado um papel saliente no último combate, pois é o protector das almas justas e o defensor dos corpos destinados à eterna glória. Motiva esta disposição um facto, cuja descrição se encontra na epístola de S. Judas Tadeu. Moisés morreu e o demónio, pretextando o facto de Moisés ter morto um egípcio, disputou o cadáver do profeta. S. Miguel, porém, opôs-se-lhe e afugentou o demónio com as palavras: «O Senhor te reprima». A fé católica conclui daí que S. Miguel dispensa uma protecção especial aos moribundos e isto, muito de acordo com os dizeres do Ofício da festa do Arcanjo: «Eu te constituí como protector das almas, prestes a serem recebidas no céu».

O Padre apostólico Hermas afirma que S. Miguel visita os agonizantes que em vida forem fiéis observadores da lei do Senhor e determina-lhes o lugar no céu. Segundo uma piedosa tradição foi o Arcanjo S. Miguel que levou a alma de Maria Santíssima ao céu, e era ainda quem, no Antigo Testamento, conduzia ao Limbo a alma dos justos. Pedro Lombardo enumera quatro atribuições de que S. Miguel é possuidor. Primeiro, combateu o dragão infernal; segundo, este combate continua, na defesa das almas contra as influências diabólicas; terceiro, S. Miguel é o grande protector da família de Deus sobre a terra; quarto, é o príncipe das almas no paraíso.

Em Roma, existe o castelo de Santo Angelo, com a Igreja de S. Miguel, que devem a construção à aparição do Arcanjo ao Papa Gregório Magno, por ocasião de uma grande peste. O Papa viu S. Miguel embainhar a espada, em sinal de extinção da horrível epidemia! Os napolitanos festejavam já em 493 o dia de S. Miguel, que, segundo uma piedosa lenda, teria aparecido no monte Gálgano (Itália).

A luta que S. Miguel teve que sustentar, em tudo se iguala à nossa. Seus adversários eram os anjos maus que não mais queriam prestar homenagem a Deus. Hoje são os homens que desenrolam a bandeira da guerra contra Deus. Esta nova revolução trabalha aberta e distintamente, atrás de máscara, com mentiras, seduções, calúnias e mil artificios diabólicos para arrastar a ideia de Deus dos corações dos homens!

Irmã Maria dos Anjos».

<sup>10</sup> De D. Miguel — figura tão controversa, por muitos idolatrada e por outros denegrida — existem vários «retratos psicológicos» (de variável verosimilhança), que interessa naturalmente recolher e divulgar. Atente-se, para já, nos seguintes:

sebastianista e o contexto ideo-político e sócio-económico, marcado pela ruptura e pela transformação brusca das estruturas. E de tal carisma

a) «A verdade é que nem D. Miguel foi o tyranno que os liberaes pretendem tornar odioso, nem D. Pedro foi o modelo de príncipes que querem tornar sympatico. As atrocidades attribuidas a um são tão exaggeradas como as virtudes conferidas a outro. (...) Agora pertence tratar de D. Miguel, que o odio constitucional accusou de todas as monstruosidades. Referem chronistas que o inglez Sidney Smith dissera um dia referindo-se a D. Miguel: — «se dessem a este principe a educação que precisava, viria a ser um heroe: assim será um tigre, o flagello dos que tiverem de atural-o». Na sua Reforma das cadeias, o snr. D. Antonio Ayres de Gouvea, hoje arcebispo de Calcedónia, reproduz a estapafurdia lenda de que D. Miguel costumava, por passatempo, furar a barriga de galinhas vivas com um saca-rolhas. Outros escriptores, e entre elles o barão de Eschwege, referem tambem as atrocidades praticadas pelo pequeno Miguel no Brazil. Exaggeros. As naturaes turbulencias da mocidade foram taxadas de abominaveis monstruosidades. E se apparece um Eschwege a fulminar anathemas, surge tambem um Lichnowsky a restabelecer a verdade dos factos. E o depoimento ácerca de Portugal, carregava demasiadamente as côres. Em compensação, o povo acclamava-o como o melhor dos príncipes: e quando, no delirio do contentamento, o viu entrar em Lisboa, para salvar a religião da pedreira vil que pretendia destruil-a, logo inventou esta quadra amorosa, repetida entre brados d'alegria:

Quando os passarinhos choram,  
que não tem entendimento,  
que fará quem já não vê  
D. Miguel ha tanto tempo.

(...) Mal educado por quem deveria mais zelosamente encaminhar e dirigir o seu espirito, D. Miguel foi, na sua mocidade, o que era natural que fosse: um rapaz amimado e entregue aos seus caprichos e phantasias. Pouco intelligente como seu irmão, rodeou-se de pessoas que mais contribuíram para o perverter. Sua mãe era aquella creatura escandalosa e suja que, mal vestida, e acocorada sobre uma esteira, passava horas a cantarolar a velha trova castelhana que tão fielmente a retratava:

En porfis soy manchega,  
y en malicia soy gitana;  
mis intentos y mi planes  
no se me quitan del alma.

Seu pae — pobre homem! — era uma creatura sem acção nem pensamento, trahido e vilipendiado, que passava a existencia em continuos sobresaltos. (...)

Rodeado de fidalgos imbecis, de frades devassos, de magistrados estupidos, de mulheres sem espirito, o pobre principe fez o que todos os rapazes fazem — procurou companhias que o divertissem, creaturas que o alegrassem, prazeres que lhe fizessem esquecer aquelle paço hediondo onde a sua mocidade mirrava. Formou-se então uma côrte de picadores, bolieiros, gente reles que o converteu no esturdio que as mulheres tão ardentemente amaram. O seu director mental, o frade Antonio d'Arrabida, pouco lhe podia ensinar. De resto, a indisciplina do discipulo não lhe dava tambem grande

nasceu um poderoso mito político<sup>17</sup>, que precisa de ser bem estudado.

Em sexto, devem-se, pois, «isolar» as componentes ideológica e mítica do fenómeno e proceder à sua análise sistemática e, se possível, inovadora, utilizando-se para isso os inúmeros textos produzidos (de doutrina anti-constitucional, anti-maçónica e legitimista, de crítica grosseira e violenta contra os «malhados», «pedreiros-livres» ou «pedristas», de exaltação, em prosa e em verso, das excelsas qualidades de D. Miguel, etc.) e a vasta iconografia miguelina.

---

margem para exercer com proficiência o seu magisterio. D. Miguel era irrequeto, atrevido, femeeiro. A mãe revia-se n'elle e destinava-o para instrumento da sua insaciável cubiça. O pae, esse coitado, tanto se lhe dava como se lhe deu! (...) Assim, nenhuma sympathia consagrava a D. Miguel». (cf. *Miguel I (D.)*, in «Encyclopedia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal, publicado sob a direcção de Miximiano de Lemos, vol. VII. Porto, Lemos & Ca. Sucessor, s.d., p. 323).

b) «D. Miguel era um homem de figura atraente, feições correctas, estatura mediana, cabeleira farta e encaracolada, desempenado e garboso e ao que consta de conversação agradável e comunicativa.

Por todas estas qualidades gozava de enorme simpatia entre a nobreza, especialmente no sector feminino, e de muita popularidade tanto no exército como entre as classes mais baixas da população» (cf. GAMA, Eurico — *Elvas Entre Dois Fogos. Capítulo VII. Elvas festeja apoteoticamente os 27 anos de D. Miguel*. «Gil Vicente», Guimarães, 2.ª série, XXIV (3-4) Mar.-Abr. 1973, p. 76).

c) «Pela lhaneza do convívio e por actos de coragem que traduziram, muitas vezes, formas de irreverência perante as situações, D. Miguel gozava no Reino de grande aura popular. Nos seus manifestos contrastes, era de algum modo o símbolo das qualidades e defeitos do homem português. Impulsivo de temperamento, falhava quase sempre na acção prática, deixando-se embalar pelo clima de aderência que sentia ao seu redor. Era um romântico, na busca dos feitos em que envolvia a sua pessoa e em que jogava todas as capacidades para o triunfo. Mas nas horas de amargura, não se deixava vencer pelo infortúnio e era mesmo capaz de assumir posições de grande nobreza cívica e moral. Tendo uma limitada cultura política, enchia de confiança os seus ministros e demais colaboradores, alguns dos quais foram pessoas de indiscutível craveira na história do Reino. Há muito de verdade no juízo que dele traça Oliveira Martins, que eleva os dons humanos que fizeram de D. Miguel, pelo menos até 1833, um príncipe que gozou de fascínio popular» (cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal [1807-1832]*, vol. VII. Lisboa, Editorial Verbo, 1984, p. 402).

d) «Folgazão, impulsivo, de fácil comunicabilidade com o povo, bom pegador de toiros e cavaleiro exímio era o protótipo do fidalgo tradicional português do antigo regime, o príncipe ingenuamente crédulo da legitimidade do seu poder de direito divino mas franco e generoso» (cf. *Os Saxe Coburgo em Portugal. D. Fernando II. «Beira Alta»*, Viseu, vol. XLIV (4) 1985, p. 534).

<sup>17</sup> Sobre a natureza do «Mito e da atitude mítica no campo político» veja-se a obra fundamental de GARCIA-PELAYO, Manuel — *Los mitos políticos*. Madrid, Alianza Editorial S.A., 1981, p. 11-37.

Por último, terá de se transpor 1834 e seguir dois rastros: o do Proscrito em terras do exílio e o da acção feita, dentro do país, em seu nome. A «Ordem de S. Miguel da Ala»<sup>18</sup>, por exemplo, precisa de ser exaustivamente estudada, o que implica, de imediato, a localização, de norte a sul, dos núcleos documentais ainda existentes. O depoimento, em parte inventado e em parte vivido, de Camilo Castelo Branco merece, também, uma atenção muito especial. E ao evocar-se Camilo ocorre logo a «fabulosa» acção guerrilheira do célebre Padre Casimiro, digna de cuidadoso estudo.

Este «plano de trabalho» corresponde apenas ao modo como perspectivo o tema em causa, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à metodologia mais adequada. Neste sentido, compreende-se que ele não sirva como modelo «standard», mas pelo menos poderá contribuir para que tal modelo venha a ser pensado e estabelecido.

A tarefa é gigantesca, exigindo, por isso, o esforço de muitos e o acometimento, de preferência simultâneo, em todas as «frentes».

3. Tanto neste estudo como nos outros, que se lhe seguirão, visa-se claramente o mito, mas de um prisma diverso do usado no projecto de maior envergadura, em que estou envolvido. Aqui, pretende-se, sobretudo, aplicar na abordagem desse aspecto a «perspectiva político-cultural», que está sendo redescoberta e dirigida para outros períodos e reinados: veja-se, por exemplo, o caso de Ana Maria Alves<sup>19</sup> atraída pela História Cultural e das Mentalidades em Portugal (época moderna) e o de Rui Bebiano, autor de um interessantíssimo trabalho, intitulado «D. João V. Poder e espectáculo»<sup>20</sup>, onde se mostra a «ostentação e liberalidade do poder político» joanino, enquanto prática afirmativa do absolutismo português.

Partindo da busca e utilização de fontes coevas e de apontamentos e estudos posteriores, circunscritos a um determinado espaço geográfico, desejo provar, que a ritualização do mito miguelista foi uma cópia, se bem que algo esbatida e, de certo modo, adulterada pelo «espírito de facção», das formas de «teatralização da magestade real», descritas pelos

<sup>18</sup> Vide COSTA, Marcus Noronha da — *Para a História do Miguelismo. A Ordem de S. Miguel da Ala. «Armas e Troféus»*, Lisboa, 3.ª série, 4 (2-3) Maio-Dez. 1978, p. 270-309.

<sup>19</sup> ALVES, Ana Maria — *Iconografia do Poder Real no Período Manuelino*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985; id. — *As Entradas Régias Portuguesas*, col. Horizonte Histórico, 9. Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

<sup>20</sup> BEBIANO, Rui — *D. João V. Poder e espectáculo*, apresentação de Luís Reis Torgal, col. diálogos com a história, 3. Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987.

autores supracitados. E para além disso, pretendo, claro está, reunir dados comprovativos da «miguelofilia» de Braga — a «Roma portuguesa» — e «seu termo», entendida como receptividade plena ao discurso «irracional» e simbólico (mito) radicado na carismática personalidade do Infante-Rei.

Direi, em resumo, que com esta estratégia procuro, testar, no terreno dos factos concretos, a tese do mito miguelista, para, depois, entender a experiência a um «campo» mais vasto e heterogéneo, onde se intersectam factos, textos e imagens!

4. A situação política do país <sup>21</sup>, nas primeiras décadas do séc. XIX, constituiu, para alguns contemporâneos, matéria de referência obrigatória em seus escritos de teor vincadamente memorialista. E daí ela aparecer descrita, com traços largos e sugestivos, no diário de um liberal <sup>22</sup>:

Portugal, feudo dos nobres e ainda mais das ordens e dos frades, quer dos fidalgos quer dos plebeus, estonteado com o que acontecia e por tudo que passava, sem preparação nem civilização e, assim, à mercê dos generosos ideais políticos d'alguns, das paixões d'outros e do jogo d'interesses de muitos, dividiu-se tumultuariamente, para mais tarde se agrupar em tres partidos: o reaccionario, dos futuros miguelistas, o moderado, d'acôrdo com as opiniões correntes na Europa, e o avançado ou radical.

Era o primeiro o mais numeroso e importante, tinha no paço o infante e a rainha, aquele com a sua violencia, esta

---

<sup>21</sup> Para uma visão complementar do estado sócio-económico do país, na primeira metade do séc. XIX, remete-se o leitor para vários estudos especializados, nomeadamente os de: AZEVEDO, Julião Soares de — *Condições Económicas da Revolução Portuguesa*, 2.ª ed. Lisboa, Básica Editora, 1976; CASTRO, Armando de — *As finanças públicas na economia portuguesa da primeira metade do século XIX*, in «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio de Estudos de História Contemporânea Portuguesa 1981», vol. 1. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, p. 189-199; MORAL RUIZ, Joaquín del — *La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798-1833*, in «O Liberalismo na Península Ibérica...», ob cit., p. 175-187; MENDES, J. M. Amado — *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «O Século XIX em Portugal, comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)», col. Análise Social, 9. Lisboa, Editorial Presença/GIS, s.d., p. 31-52; e SANTOS, Fernando Piteira — *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, col. Estudos e Documentos. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975.

<sup>22</sup> ALVES, A. Lobo — *Subsídios para a História do Constitucionalismo. (Excêrtos do Diário d'um Liberal) De 1821 a 1847*. «Revista de História», Lisboa, VII (27) Jul.-Set. 1918, p. 177-238.

com a sua crapula, intrigas e traições, tinha Lisboa e tinha as províncias, pois que, exceptuando o Porto onde, entre uma pequena parte da sociedade burguêza e comercial, a corrente liberal encontrara o seu centro, no restante paíz a propaganda reaccionaria, ou agitação miguelista, campeava, conquistando cada vêz mais as classes baixas e em todas as camadas se ia infiltrando a ideia e necessidade da revolução absolutista!

No norte, Braga, Vila Real e Chaves eram dos seus mais seguros baluartes. Aproveitando estas bôas disposições, em Fevereiro de 1823, os futuros miguelistas, capitaneados pelo general Silveira, Conde d'Amarante, sublevam Traz-os-Montes contra as côrtes, e logo a seguir, em Maio, se dá a sedição absolutista, proclamando em Santarem a queda da Constituição <sup>23</sup>.

Embora a descrição prossiga com interesse, detenhamo-nos aqui e notemos o seguinte: o norte é claramente conotado com o «espírito contra-revolucionário». Em terras de Trás-os-Montes surgem identificados dois «baluartes», aos quais se deverá acrescentar outro: Bragança e concelhos próximos. Na monografia de Talhinhos <sup>24</sup> Candida Florinda Ferreira fala do povo transmontano e classifica-o avesso às ideias novas (liberais ou quejandas):

O povo, mormente a grei agrícola, não estava preparado para receber as ideias constitucionais, como não está nunca para acatar inovações; marcha sempre a passo de boi — dizeme com quem lidas ... Este animal é a base da sua economia, a base da sua vida.

Erroneamente se tem dito que foi o clero e os frades que o encaminharam; ele é que muitas vezes arrastou uns e outros na corrente do seu pensar, que o tem fixo, reaccionário, se quiserem, mas firme, essencialmente conservador, pacifista, espectante, de marcha lenta, como é lenta a colheita do cereal que labora, a andadura do bovino que o cultiva e a de todos os mais elementos de vida com que moureja.

---

<sup>23</sup> Id. — *ibid.*, p. 184.

<sup>24</sup> FERREIRA, Cândida Florinda — *Talhinhos e as Guerrilhas Liberais. Noticias monográficas inéditas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Os documentos bem claro falam. Em 1835 afirmava o Governador Civil do Distrito de Bragança: «o espírito dos Povos geralmente não é o melhor e se em muitos não rompem algum excesso hé mais pelo temor do que por estar submissos e obedientes ao Govêrno legítimo... [e tão independentes que havendo na] Provincia muitos officiaes e soldados [perto de cinco mil] que servirão o Ozurpador sem que podesse dizer nenhum delles se viessem submeter ao Legitimo Governo, e só no ultimo apuro o fizeram e se lhe proporcionar ocasião de algũa revolta ande aproveitall-a...»<sup>25</sup>.

Por seu turno, António Manuel Monteiro Cardoso carregou, mais recentemente, dados importantes, que completam o quadro em foco:

Do conjunto de documentos que examinámos, só uma povoação deste distrito [Bragança] é apontada como claramente constitucional, Gebelim, no termo de Castro Vicente, cujos moradores são todos com pequena excepção, decididos pela Sagrada Causa do Sr. D. Pedro IV e das Sabias Instituições<sup>26</sup>.

Panorâmica semelhante encontramos-la no Minho, onde Braga emerge como «fortaleza» das hostes defensoras do «Altar e do Throno», tendo à volta núcleos populacionais (Guimarães<sup>27</sup>, Póvoa de Lanhoso, Albergaria de Penela, Pico de Regalados, Prado, Barcelos...), em larga medida, favoráveis a essa Causa.

Seria, sem dúvida, interessante poder determinar com rigor os factores estruturais (scio-económicos, psico-sociais e culturais), presentes na realidade bracarense desse período, e inferir daí uma explicação global e plausível para o comportamento, maioritariamente, contra-revolucionário da dita região. No entanto, o tipo de fontes disponíveis e a falta de um conjunto mais ou menos homogéneo e exaustivo de estudos monográficos, impedem a imediata viabilidade de tal tarefa. Limitar-me-ei, por isso, a

---

<sup>25</sup> Id. — *ibid.*, p. 57-58.

<sup>26</sup> CARDOSO, António Manuel Monteiro — *Notas para o Estudo das Lutas Liberais no Distrito de Bragança. Freixo de Espada à Cinta. «Brigantia», Bragança, vol. III (4) Out.-Dez. 1983, p. 620.*

<sup>27</sup> Para se ter uma ideia, ainda que lacunar, de como o miguelismo foi vivido em Guimarães, durante o período compreendido entre 1828 e 1834, veja-se: FARIA, João Lopes — *Velharias Vimaranenses. Documentos de Efeméridas. «Gil Vicente», Guimarães, (a a 10), 1928-1934.*

tecer umas breves e genéricas notas, que não substituindo o enquadramento pretendido, possam, pelo menos, atenuar um pouco a sua falta.

O fim da jurisdição dos donatários, estabelecido por Carta de Lei de 19/7/1790, produziu, em Braga (perante um certo embaraço do Arcebispo D. Fr. Castano Brandão<sup>28</sup>, justificado pelo sentido apostólico com que assumiu a sua função prelatícia, e o profundo descontentamento dos bracarenses), um forte abalo nos alicerces multi-seculares da organização político-administrativa e eclesiástica da «Cidade, seu território e Coutos». Mas, apesar disso e do conseqüente reforço do poder civil da Câmara (bastante disputada pela aristocracia local), conservar-se-á viva, ainda por algum tempo, a enorme influência, não só espiritual e ideológica, mas também política e económica, da Igreja bracarense, a qual sentindo os seus interesses cada vez mais ameaçados, defendê-los-á com denodo e intransigência.

Sob a sagrada protecção da Mitra e do Cabido, Braga foi crescendo economicamente, reflectindo-se este facto na estrutura urbana (intra e extramuros). Favorecida pela posição geográfica, ela tornou-se, durante o Antigo Regime, um preponderante centro no «trato interno da produção cerealífera» e de outros produtos<sup>29</sup>. «Cravada no coração da fértil Província de Entre Douro e Minho»<sup>30</sup> — regista-se a feliz expressão de Aurélio de Oliveira — e algo distanciada dos «escoadouros marítimos»<sup>31</sup> praticará o comércio com alguma dificuldade. Não obstante isto, a actividade comercial, intimamente associada à agrícola, determinará o desen-

<sup>28</sup> Veja-se, a propósito, a pág. 224 do estudo: RAMOS, Feliciano — *História Breve do Arcebispo Caetano Brandão*. «O Distrito de Braga», Braga, II, 1964, p. 207-262.

<sup>29</sup> «Além de transacções de produtos das indústrias manufactureiras, acham-se largamente documentados escambos e movimentos doutros produtos: carnes, lãs, frutas, fenos, lenhas, aves, vinhos, azeites, cereais, etc. (onde se percebe algum contrabando — que se estendia a géneros doutras proveniências). Há referências frequentes a outro comércio mais amplo e dilatado ligado à orla marítima: vários tipos de pescados, panos e sedas (de diversas proveniências), courames (vindos de Inglaterra), papel, açúcar, arroz, especiarias de vária origem, carvão, ferro, aço, estanho, latão, cal, pau brasil, etc. e um trato bastante activo de sal, que nos leva a pensar ter Braga constituído um centro do interior de certa projecção» (cf. OLIVEIRA, Aurélio de — *Elementos para a história dos peços da região bracarense (1680-1830)*. «Bracara Augusta», Braga, XXV-XXVI (59-62) 1971-1972, p. 135).

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Aurélio de — *Indústrias em Braga. As primeiras manufacturas de curtumes*. «Bracara Augusta», Braga, XXXIX (87-88) Jan. Dez. 1985, p. 223.

<sup>31</sup> Sobre a importância do Cávado como «escoadouro» do comércio bracarense, veja-se: CASTELO-BRANCO, Fernando — *A economia bracarense e o tráfego comercial do Cávado*. «Bracara Augusta», Braga, XXXIII (75-76) Jan.-Dez. 1979, p. 303-324.

volvimento económico da cidade e sua região. Vejamos, o que, a este propósito, nos diz o mesmo autor:

Braga crescia então (fins do século XVIII) em população e não só, como veremos alcançando-se a terceiro centro populacional do País. Nesta altura e no contexto das demais realidades do país, Braga surge-nos como particularmente bem articulada: com áreas centrais do Minho, com as terras do litoral e com as terras altas do interior. Um memorialista bracarense, da altura, considerando essa situação compara-a a uma autêntica aranha no coração do Minho tocando com seus tentáculos os nódulos mais activos e laboriosos <sup>32</sup>.

Acrescente-se a isto o considerável incremento da actividade mes-teiral e manufactureira, registado na cidade a partir de meados do séc. XVIII.

As invasões francesas, aliás, converteriam porém, a prosperidade em crise, cujos contornos gerais se vislumbram na análise disponível <sup>33</sup> da evolução dos preços. E ela agravar-se-á, inevitavelmente, com a eclosão da Guerra Civil. No rescaldo deste sangrento conflito apressaram-se as novas autoridades do município a elaborar um Mapa geral demonstrativo da situação demográfica, económica, instructo-educativa e assistencial da cidade e concelho <sup>34</sup> — apesar das reservas, que se lhe podem pôr, esta fonte ilustra, se a integrarmos num contexto de dados significativos, as proporções, que a dita crise atingiu.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Aurélio de — *Indústrias em Braga ...*, art. cit., p. 225.

<sup>33</sup> Vide: OLIVEIRA, Aurélio de — *Elementos para a história dos preços na região bracarense ...*, art. cit., p. 125-141 e JUSTINO, David — *Conjuntura económica e «Maria da Fonte»*. *Algumas notas*. «Bracara Augusta», Braga, XXXV (79-80) Jan.-Dez. 1981, p. 467-474.

<sup>34</sup> Pela circular n.º 48 de 16/7/1834, assinada pelo Secretário da Prefeitura Geral do Minho, Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos, ordenava-se às Câmaras da Província, que formalizassem «hum Mapa geral, em que se veja o estado da população deste Concelho, e aquelle em que se acha a sua agricultura». O cumprimento desta disposição normativa originou, por parte da Comissão Municipal da cidade de Braga, o «*Mappa representativo do estado actual da População, Agricultura, Estabelecimentos de Caridade, Instrução, e Segurança Pública do Concelho de Braga*», que poderá vir a ser, em breve, publicado nesta revista. E apenso a ele surge outro mais pequeno: «Mapa representativo da quantidade de Cereaes, e Legumes exportados nas tres barras desta Província abaixo declaradas, pelo termo medio da exportação dos annos de 1828-1829-1830-1831 — assim como do valôr de cada hum alqueire annual segundo o mesmo termo medio» (*Arquivo Municipal de Braga*), cx. s/ ref.ª exacta.

Neste terreno conjuntural os vários estratos sociais em jogo definiram, naturalmente, a salvaguarda dos seus interesses essenciais, mas, talvez, mais numa base de articulação, do que numa de enfrentamento sócio-político, mantendo o clero (sobretudo o secular) um estatuto, que penso podermos considerar relativamente forte.

Como derradeira nota chamo a atenção para os aspectos instructivo-educativo e cultural. No que respeita à instrução ministrada, para os indivíduos do sexo masculino, pelo Seminário de S. Pedro com as «aulas» de latim, lógica, teologia e música e pelo Seminário de S. Caetano (estabelecimento para orfãos, que admitia, também, pensionistas) com as «primeiras letras», latim e música; para os de sexo feminino, pelo Colégio das Ursulinas (com «mestras de todas as artes deste sexo» só para pensionistas<sup>35</sup> e com uma delas a dar aula «para as de fora») e pelo Recolhimento do Menino Deus para as orfãs (a quem uma mestra ensinava as coisas de «maior necessidade»; a mesma, aliás, que dava gratuitamente aula às meninas «de fora»). Quanto à dimensão cultural da cidade são ainda mais escassos e vagos, para o período em causa (as duas primeiras décadas do séc. XIX), os testemunhos existentes. Do pouco, que consegui apurar atrevo-me, apenas, a sugerir esta simples hipótese: as habituais formas de cultura reflectiram, em Braga, de um modo muito próprio, um imaginário estimulado, ao longo dos séculos, pela «omnipotência» da Igreja, isto é, pelo feixe de poderes (espiritual e temporal) que esta, em si, concentrou e pela sua capacidade simbólica. Temos, assim, por um lado uma literatura religiosa (composta por obras de teologia dogmática, sermões, poesias, etc.) e uma profana, algo marginal, mas apesar disso muito cultivada (quadras líricas e de sátira, sócio-política, sonetos e poesias elaboradas de acordo com os estilos em voga, etc.); por outro, uma arte sacra (em que incluo a arquitectura<sup>36</sup>, a escultura, a pintura e a iluminura<sup>37</sup>) e uma «popular», não só utilitária, mas também decorativa,

<sup>35</sup> Uma rápida consulta ao «*Livro dos Assentos das Educandas do Collegio das Chagas da Cidade de Braga*» (A.B.D., *Fundo Monástico-Conventual*, U-1), permite ver quantas e, sobretudo, quem foram as «pensionistas» entradas no dito Colégio, entre 1800 e 1838: de um total de 102, sobressaem dois grupos dominantes — um de meninas originárias das famílias fidalgas da região e outro de filhas naturais de fidalgos (alguns destes eram, também, pais das anteriores). Uma filha de negociante destoa e impõe-se pela singularidade neste conjunto.

<sup>36</sup> Em 1819 ficou concluída a construção da Igreja do Bom Jesus e o terreiro do Pelicano.

<sup>37</sup> No cartório do Convento dos Remédios (ADB, *Fundo Monástico-Conventual*) existem (entre 1800-1930) vários livros de contas, de recibo e despeza, da entrega do pão e trigo, com a folha de rosto desenhada e iluminada. E por quem? Talvez por uma ou

a que não faltaram, certamente, os motivos religiosos. Semelhante dicotomia se poderá aplicar à música<sup>38</sup>.

5. A Braga, que assim se perfila diante de nós, viveu intensamente<sup>39</sup> o período crítico de confrontação política saído da Vilafrancada, adiado pela Abrilada e irreversível a partir da morte de D. João VI.

Os ultra-realistas, fortalecidos pela rejeição frontal e plena da Rainha D. Carlota Joaquina relativamente à Constituição e ao discurso ideopolítico dos vintistas. «pedreiros-livres» e «maçons», passaram de uma postura caracterizada pela inibição defensiva<sup>40</sup> para uma atitude de combate aberto e sem tréguas contra todos os (reconhecidos e supostos) inimigos do «Altar e do Trono». Esfumara-se o sonho de uma regeneração nacional, unanimemente aceite, sonho gerado em momentos bem difíceis: a calamitosa presença dos franceses, a ausência do Rei e o despótico domínio de Beresford. Restava a consciência clara de que um novo «terramoto», arrasador não de cidades mas das estruturas sócio-económicas e políticas, iria sacudir o país. O contra-ataque tornou-se, inevitavelmente,

---

outra religiosa com jeito e/ou, muito provavelmente, por artistas da cidade, como foi, por exemplo, o caso de Carlos Amarante, que assinou o desenho do «Livro de Recibo e Despeza para os anos de 1763-1764».

<sup>38</sup> Vide CARNEIRO, Álvaro — *A Música em Braga. Biografias de artistas que nesta cidade se distinguiram como profissionais ou amadores (Trabalho ilustrado com 45 gravuras)*. Braga, 1959, p. 7-26.

<sup>39</sup> Ideia contrária — mas em meu entender falsa — é dada por uma inadvertida consulta da documentação disponível no Arquivo Municipal de Braga. Nos livros de Acordãos, por exemplo, sucedem-se, numa alternância monótona, autos de aclamação de «Sua Magestade, Nosso Rei e Senhor» (D. João VI, de 1823 a 1824 e D. Miguel, a partir de 1828) e de D. Pedro de Bragança ou de D. Maria da Glória (de 1820 a 1823, de 1824 a 1827 e de 1834 em diante), parecendo até que os bracarenses se mantiveram indiferentes nessa burlesca situação.

F. A. da Costa Cabral, reforçando esta ideia, escreveu: «Ora o miguelismo foi gerado nos púlpitos e por esta literatura. O país não era nem deixava de ser miguelista. Foi a propaganda, a mais eficaz, que levou o povo a transformar um ser nulo, apenas amigo de toiros e de cavalos, no arcanjo S. Miguel» (cf. id. — *Notas de um Bibliófilo. I Liberais e Absolutistas, Antecedentes de uma Polémica Sangrenta*. Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Ca., 1932, p. 110).

Os dados já disponíveis — embora escassos e parciais — denunciam a artificialidade desta ideia, como se poderá adiante ver e novos estudos, por certo, confirmarão.

<sup>40</sup> Da investigação, que L. M. Reis Torgal vem fazendo sobre a Contra-Revolução durante o Vintismo — com base, sobretudo, na imprensa —, ressalta nitidamente a ideia de que esse movimento esteve longe de ser uniforme, colocando-se os «moderados» (só mais tarde identificados com a acção contra-revolucionária) no terreno moveção do colaboracionismo tácito com o chamado bloco «absolutista» e começou

a palavra de ordem. E se em Vila Franca ecoou o grito de guerra dos contra-revolucionários, o fracasso da Abrilada, consumado com o exílio em Viena do delfim da Rainha — D. Miguel —, espicçou profundamente os ânimos anti-liberais e consolidou a inexorabilidade do combate entre as duas facções opostas, as duas antagónicas mundividências.

A morte de D. João VI colocou, de imediato, o problema da sucessão no trono: a disputa pela legitimidade até aí latente, torna-se, então, flagrante. D. Pedro, retido no Brasil, outorga a Carta de 1826, abdica a favor de sua filha D. Maria da Glória e aceita uma solução apaziguadora, imposta diplomaticamente pela Inglaterra e a França e destinada a amarrar D. Miguel ao sistema constitucional defendido pelos moderados. O Infante foi induzido, por Metternich e outros, a entrar no jogo<sup>41</sup>, enquanto que no interior do país os contra-revolucionários pegavam em armas, desafiando abertamente a Regência e os acordos estabelecidos. Desta acção subversiva há alguns depoimentos importantes, tais como o do Visconde de Montalegre (vide Apêndice-1): o dito Visconde e o 1.º Marquês de Chaves invadiram a Província do Minho, reclamando a Regência para «Vossa Magestade Imperial [D. Carlota Joaquina]» e proclamando os «inauferíveis direitos de El-Rei D. Miguel 1.º Meu Senhor Augusto Filho de Vossa Magestade». Aspecto curioso e algo surpreendente aí referido é a alegada «demência» do Marquês de Chaves, exposta nestes termos: «que tendo há muito desvairado da razão, e perdido aquela porção intellectual com que Deos mais, ou menos o dotara, foi sempre para a Divisaõ hum Chefe nominal, e as ordens do dia apenas lhe mostravaõ à vontade de seu tio o Visconde de Canellas» (fl. 1 v.). As intrigas e as desavenças entre os

---

algo titubeante: mas à medida que as contradições no constitucionalismo se iam tornando mais evidentes e se agudizava a situação política e sócio-económica (com a iminente perda do Brasil) brotaram sinais claros de contestação. A defesa inicial ia-se transformando em ataque...

Vide TORRAL, Luís Reis — *A Contra-Revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação*, in «O Século XIX em Portugal...», ob. cit., p. 309-322; id. — *A Contra-Revolução no Portugal Vintista (1820-1823). Notas sobre a sua Imprensa*. «Estudos Contemporâneos», Porto, (1) 1980, p. 45-73.

<sup>41</sup> Joaquim Veríssimo SERRÃO refere, a propósito, o seguinte:

«Em vésperas de deixar Viena, entendia D. Miguel opor-se ao equilíbrio político que o imperador do Brasil tornara possível? Vários autores realçam os sentimentos anticartistas que Metternich fortaleceu no ânimo do infante. (...) Tudo permite crer que D. Miguel regressou a Lisboa com o fundo desejo de alterar a situação política. Mas foi em contacto com a realidade nacional, face ao apoio popular que sentiu ao seu redor, que em 1828 achou o ensejo para negar o juramento feito em Viena» (cf. id. — *História de Portugal [1807-1832]*, vol. VII, ob. cit., p. 402.

revoltosos surgem claramente no texto, espécie de relatório apresentado à Rainha; também as operações militares desencadeadas na Província de Trás-os-Montes (de onde ele quase parece não terem saído) são aí descritas com minúcia. A entrada na Província do Minho, decidida pelo próprio Visconde de Montalegre e mal vista no «Quartel General do Marquez de Chaves», foi, de facto, efémra: «e fiz marchar o Exercito ate à margem esquerda do Tamega, junto d'Amarante, aonde pondo-me em contacto com os povos da margem direita, estava predisposto a surpresa das tropas inimigas para o dia em que novas intrigas suscitadas no Quartel General do Marquez de Chaves me obrigaraõ a huma marcha extemporanea, nocturna, e precipitada desde ahi ate Lamego na noite do dia 17 para 18 de Dezembro [1826]» (fl. 2 v.).

Não obstante estes recuos e hesitações vamos encontrar, em Braga, no 1.º de Fevereiro de 1827, o General em Chefe do Exército Realista, liderando a Junta do Governo Provisório do Reino de Portugal (vide Apêndice-2) e pedindo, para «beneficio de taõ Sagrada, e justa Cauza», auxílio económico ao «ilustre Cabido Primaz». O ambiente na cidade era-lhe manifestamente favorável, segundo as «Lembranças do Gusmão» (copiadas pelo Dr. José de Sousa Machado): nos últimos meses do ano anterior celebrara-se aí com enorme entusiasmo a anuência de D. Miguel ao sistema constitucional e o seu casamento, no dia 10 pelas 3 horas da manhã), «começou o Povo unido a dar vivas ao Sr. D. Miguel 1.º e ao Silveira e morras à Constituição. Os constitucionaes tinham fugido na noite anterior. Tocaram os sinos no Paço e em todas as igrejas. No dia 30 chegou o General Silveira (Marquez de Chaves) com toda a sua tropa (Caçadores, Infantaria, Cavalaria e Artelharia). Houve três dias de festa e «luminárias» — Te-Deum na Sé (dia 30) a que assistiu o Silveira e toda a Nobreza»<sup>42</sup>. E para o dia 31 a «crónica» reza o seguinte:

---

<sup>42</sup> Braga. *Lembranças do Gusmão, 1826-1846*, tomo 1.º Caderno de apontamentos do Dr. José de Sousa Machado (ADB, *Arquivos Particulares*, Espólio do Dr. José de Sousa Machado, por tratar).

Em «*Coisas de Braga*», título de um outro livro de notas manuscritas do Dr. José de Sousa Machado, a descrição da entrada do Silveira em Braga é enriquecida com os seguintes elementos:

«Tanto elle como a mulher foram recebidos com o maior entusiasmo. Foram hospedados na Casa de Ascenso de Siqueira Freire, nas Carvalheiras, sendo as despesas feitas pelo Arcebispo D. Fr. Miguel da Madre de Deus. A Camara Municipal reuniu-se em sessão a que assistio o General sendo aclamado rei D. Miguel 1.º (...) Silveira fez uma proclamação a favor do rei legitimo e nella dizia que o Senhor do Monte era o juiz da sua causa» (ADB, *Espólio do Dr. J. de Sousa Machado*).

Sahiu toda a tropa do Silveira para tomar a ponte de Prado, mas elle regressou as 6 horas da tarde. Com grande acompanhamento de povo, andou pela cidade a dar vivas ao Sr. D. Miguel. Levaram o retrato do Sr. D. Miguel e na presença d'elle soltaram os presos da cadeia, quebraram tudo em casa do Principe e os vidros em todos os mais que eram constitucionaes.

As Trindades chegou a tropa do Villa Flôr e Angeja pelo caminho da Magdalena (parte esquerda). Pela parte direita d'esse caminho hia muita gente carregada, a fugir.

Logo que entraram se lhes tocaram os sinos e se lhes fez todos os mais obzequios que elles não mereciam. À noute, houve luminarias; mas no campo de Sta. Anna só as poz o Coronel Barata. Os quarteis da Lapa também foram illuminados <sup>43</sup>.

No dia 4 de Fevereiro a tropa do Vila Flôr foi atrás da do Silveira, que «deixou uma peça encravada na ponte de Prado e se retirou para a Senhora da Abadia» <sup>44</sup>. As tropas fiéis à Regência instalam-se na cidade e é-lhes prestada a homenagem devida a todo o Poder instituído. Com efeito, no dia 14 desse mês houve

Luminarias ao juramento Constitucional. Te-Deum Laudamus na Sé. O Arcebispo D. Miguel da Madre de Deus deo um grande jantar ao Villa Flôr, Angeja, officialidade e Nobreza <sup>45</sup>.

Respeita-se aparentemente a Carta e suspira-se profundamente pelo regresso do novo «Desejado» — eis o que ressalta com nitidez das «lembranças». E nas «Memorias de Braga» (texto extenso <sup>46</sup>, que publicarei na

<sup>43</sup> Braga. Lembranças do Gusmão ..., ms. cit.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> São 7 vols. encadernados e manuscritos (ADB, Mss. 333 e 339): o 1.º contém 71 fls. escritas e abarca os anos de 1828 a Janeiro de 1829; o 2.º contém 78 fls. escritas e abrange o período compreendido entre 1832 e Março de 1834; o 3.º tem como título «Pronptuario de Memorias Notaveis da Cidade de Braga desde o Anno de 1834 athe 1837» (91 fls. escritas); o 4.º intitula-se, como os dois primeiros, «Memorias de Braga desde 1837 athe Julho de 1838» (107 fls. escritas); o 5.º compreende a «epoca desde Setembro de 1841, athe Agosto de 1843»; o 6.º (149 fls. escritas) abrange a «epoca desde Agosto de 1843 athe 13 d'Outubro de 1846» (149 fls. escritas) e o 7.º intitula-se [Chronica de Braga que comprehende desde 15 de Outubro de 1846 athe 31 de Dezembro de 1849] (1065 fls. escritas — depois do Index segue-se um pequeno texto «Chronica de Braga que comprehende desde o anno de 1850 athe ...»; «O autor que era Capitão faleceu repemtamente em 1/8/1851»).

íntegra em próximo trabalho) esse «suspiro» ganha foros de inexplicável idolatria:

Ignora-se por que motivo grangiou o Infante a predilecção dos Povos Portuguezes, que mesmo auzente lhe conçagravaõ hum amor inexplicavel; era admiravel o aferro para com elle, e sem mais razaõ, que o seu gosto ambicionavaõ, que elle tomasse as redeas do Governo, reconhecendo nelle o ramo da Caza de Bragança, que devia florescer em o seu Portugal (...).

Seja o motivo o que for a Provincia do Minho vio força contra força; e povos contra povos em 1827, tendo hũa por fito a acclamação do Infante D. Miguel, e outra repellindo aquella, e dezempenhando as instituições estabelecidas, athe que finalmente foi repelida aquella por esta nos mezes de Fevereiro, e Março do ditto anno, e dissolvido o exercito de Francisco da Silveira Marquez de Chaves em debande pelo interior da Hespanha, acção que abateo os povos, porem como borralho ficou solapado o fogo do Amor ao Infante, esperançados comtudo em que havia de vir hum dia reger estes Reinos segundo lhe prometia a Sua vontade<sup>47</sup>.

Até que chegou, enfim, o ano do regresso — 1828. O «Dr. Chasco» (João Baptista Vieira Gomes) — autor presuntivo das ditas «Memórias» — informa-nos de que a notícia da entrada do Infante na barra de Lisboa, foi trazida para Braga, em 26 de Fevereiro desse ano por um sujeito «vindo do Porto». Rebentou, de pronto, uma indiscreta alegria na cidade: houve luzes, foguetes e festa.

Seguindo muito de perto um «cronista anónimo» (trata-se, sem dúvida alguma, do «Dr. Chasco»), Aliquis (pseudónimo do Cónego António Vaz) traçou na década de 60 deste século, uma colorida resenha da história política da cidade nesse ano. Sob a genérica rubrica de «Papéis velhos» os títulos sucedem-se sugestivos:

- Braga prepara-se para receber D. Miguel. Os ânimos fervem...
- Ainda as festas em Braga pelo regresso de D. Miguel. Decorações e alegria. Animos reticentes e explosivos.

---

<sup>47</sup> [GOMES, João Baptista Vieira] — *Memórias de Braga desde 1828 athe Janeiro de 1829*, fls. 1 e 2 (ADB, Ms. 333).

- O Visconde de Alhos Vedros saiu-me um finório de alto lá com ele! Ainda as festas em honra de D. Miguel em Braga.
- Miguelistas e Constitucionais de Braga em 1828. Exército contra o «Povo». O General toma-se de medo. Começam os insultos à Religião.
- Braga sob a ameaça da Guerra Civil... Pressões sobre os Conventos. Dinheiro é que pretendem...  
Tudo se concentra no Porto. A Tropa segue da Província para lá.  
É perseguida a Milícia Patriótica, a caminho da Lixa.
- Solene Te-Deum na Catedral. Assiste Braga em peso, mas ...
- Braga, Julho de 1828. Os Liberais, em número de 10.000, entram em Braga.
- Braga sem autoridade. Os ladrões em liberdade foram metidos na ordem.  
Os doentes do Hospital Militar ficaram ao deus-dará.
- As Tropas concentram-se em Braga. Os Constitucionais instalam-se em Amarante.  
Ninguém se entende.  
Os velhos soldados das Guerras Peninsulares alistam-se em grande número.
- Uma Procissão na Braga de 1828.  
Os presos são mandados para o Porto.  
As Tropas deslocam-se para Viana, Vila do Conde, etc.
- Braga 1828. A situação agrava-se. Os Liberais agrupam-se em guerrilhas e aparecem onde menos se espera. As festas do S. João efectuam-se em Julho, por não ter sido possível realizá-las em Junho. O Povo divertiu-se, animado e descontraído.
- Braga em 1828. Os Liberais, na mó de baixo, sofrem. Mas pensam na resistência. Braga retoma a vida normal.

- Braga, 1828. Os Liberais fogem. Os Realistas retomam a cidade. O Príncipe de Hesse assiste a solene Te Deum, visita os doentes e o mais que se verá.
- São licenciados os Milicianos. Os Regimentos voltam a Quarteis. Chegam dia e noite os despojos abandonados pelos Liberais em fuga: armas, dinheiro, (pouco), soldados.
- Braga, Julho de 1828. Os Liberais refugiam-se, por Lobios, na Galiza. Solenes actos religiosos em Braga pela Proclamação de D. Miguel como Rei de Portugal. O Entusiasmo atinge as raías da loucura ...
- Os Liberais são obrigados a sair de Espanha. Os Realistas procuram, em todo o país, os Constitucionais escondidos.
- Os criminosos civis não cabem nas Cadeias ocupadas pelos políticos. Boatos de chegada próxima de reforços trazem em constante agitação os presos liberais<sup>48</sup>.

Em 1964, Aliquis publicou estes excertos e comentários às tão citadas e curiosas «Memórias de Braga»; um outro alguém (José Constantino Ribeiro Coelho<sup>49</sup>) publicara anos antes, 1955, no mesmo jornal, dois textos relacionados com o referido assunto e inseridos na rubrica «Coisas memoráveis de Braga» (vide Apêndice-11 e 12). Recuando um pouco mais encontramos, nesse periódico, sete artigos da autoria de Álvaro Pipa (vide Apêndice-9, 10, 13, 14, 15, 16), para quem a «miguelofilia» de Braga foi um facto indiscutível. Debruçado sobre os livros de Acórdãos da Câmara descobriu e divulgou declarações públicas de aclamação e homenagem a D. Miguel, lavradas em «sessões extraordinárias». De 1828 a 1846 conviveu com a presença do Infante em Braga: historiou o acto eleitoral dos Procuradores da cidade às Côrtes Gerais de Lisboa, esclarecendo os motivos da sua não comparência nas mesmas; registou o vivo protesto da Câmara, datado de 9 de Setembro de 1831, contra as «perturbações» de D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil (tinha sido obrigado a

<sup>48</sup> Vide «Diário do Minho», Braga, 10/2/1964; 20/2/1964; 22/2/1964; 27/2/1964; 11/3/1964; 23/4/1964; 10/4/1964; 14/4/1964; 20/4/1964; 19/7/1964; 21/6/1964; 23/6/1964; 13/6/1964; 18/6/1964; 16/6/1964; 14/7/1964; 20/7/1964.

<sup>49</sup> Eduardo Pires de Oliveira, a quem devo preciosas informações, garantiu-me ser este o autor desses artigos no «Diário do Minho».

abdicar a favor de seu filho) e «zeloso guardião» dos direitos de D. Maria da Glória ao Trono português, que se propunha obter na Europa apoio para a sua causa; referiu a estada de D. Miguel em Braga — momento alto para os bracarenses como adiante veremos —, publicando o programa dos festejos e a «mensagem que a Camara lhe foi lêr no Paço arqui episcopal, aonde S. M. se achava alojado, no dia 9» de Novembro de 1832, em que lhe pedia que não se expusesse aos perigos da guerra (vide Apêndice-5 e 6; 16 e 17); por fim, saltou um pouco no tempo e descreveu a aclamação de D. Miguel em Braga no ano de 1846 — sonho, que se desfez, regressando os miguelistas a casa para «continuar a adorar o seu Rei, um dos muitos poucos, que em Portugal teve leaes e sinceros amigos»<sup>50</sup>.

Voltemos, porém, atrás em direcção a 1828. Ano da chegada de D. Miguel, do início do seu reinado, de inúmeros festejos pelas duas coisas, da presença no país (e em Braga) do Príncipe Frederico de Hesse e de outros acontecimentos registados nas «Ephemerides Bracarenses»<sup>51</sup>. Vejamos alguns:

Março, 14 — É recebida por El-Rei D. Miguel uma deputação do Cabido da Sé Primaz composta pelo Deão D. Guilherme da Cunha Reis e pelo Cónego Tomás Cabral Soares de Albergaria, que foram de propósito a Lisboa para cumprimentá-lo pelo seu regresso feliz ao Reino.

Julho, 5 — Na madrugada deste dia entraram na cidade algumas tropas constitucionais que saquearam algumas casas sendo pouco depois expulsas da cidade pelas tropas absolutistas comandadas pelo coronel Raimundo José e pelo príncipe de Hesse.

Julho, 5 — Marcha em perseguição dos constitucionais uma divisão militar comandada pelo Visconde de Santa Marta, que os venceu próximo do Gerês aprisionando-lhes 800 soldados, fugindo os restantes para Espanha.

<sup>50</sup> PIPA, Álvaro — *Da História de Braga. Aclamação de D. Miguel em Braga no ano de 1846*. «Diário do Minho», Braga, 17 de Março de 1923, p. 1.

<sup>51</sup> GOMES, José Cândido — *Ephemerides Bracarenses*. Ms. (Apontamentos coligidos num grosso volume e cuja consulta me foi generosamente facultada por Eduardo Pires de Oliveira).

- Julho, 10 — Entregam-se ao exército realista na fronteira do Gerês os oficiais do Regimento de Milícias de Braga: José Joaquim Fernandes Braga, quartel-mestre, José Joaquim Abreu Cardoso, capitão e José Vieira, alferes, que tinham acompanhado os constitucionais.
- Julho, 16 — Chegam a esta cidade cerca de quatrocentos prisioneiros, trezentos cavalos e alguns carros de munições pertencentes ao exército liberal, que se tinha internado na Galiza depois de perseguidos pela guarnição de Braga.
- Julho, 17 — Te Deum na Igreja dos Remédios promovido pelas freiras em acção de graças pela vitória das tropas absolutistas contra os liberais. Assistiram o príncipe Frederico de Hesse, todas as principais autoridades e tropas. Pregou o abade do Pico de Regalados (vide Apêndice-3).
- Julho, 19 — Retira para o Porto o general Póvoas e começa o licenciamento das tropas concentradas em Braga.
- Agosto, 2 — Retira daqui para o Porto o príncipe alemão Frederico de Hesse.
- Agosto, 20 — El-Rei D. Miguel recebe Gonçalo Pereira de Sousa Magalhães, depois Conde de Bertandos, e Francisco de Azevedo, depois Conde de Azevedo, como representação da Câmara e do povo de Braga, que o foram felicitar pela sua ascensão ao trono.
- Agosto, 22 — Entram no Erário 200\$000 rs., que ofereceram os padres dos Congregados para as urgências do Estado.
- Setembro, 12 — Circular do Vigário Capitular Manuel Ramos de Sá pedindo aos párocos, que concorram para as despesas da Restauração.

Setembro, 28 — Vésperas solenes no Colégio em honra de Nossa Senhora da Torre e em acção de graças pela aclamação de D. Miguel.

Setembro, 28 — Há diversas manifestações de regozijo por este motivo e iluminam muitas casas.

Setembro, 29 — Imponente festa no Colégio e majestosa procissão com a Senhora da Torre em acção de graças pela aclamação de D. Miguel.

Setembro, 29 — Grande festa no Pico de Regalados pela aclamação do rei D. Miguel. Fez o sermão o orador bracarense Januário Joaquim de Amaranthe.

Outubro, 26 — Grandes festejos pelos anos de D. Miguel I.

Novembro, 24 — Entram no Real Erário 326\$668 réis, dádiva das Religiosas do Convento do Salvador, para as urgências da guerra.

Esta listagem sugere-me já os seguintes comentários:

- 1.º — O colaboracionismo do Príncipe de Hesse com as forças miguelistas é um sinal, ainda que ténue, da intensa e generalizada internacionalização, que o conflito viria, em breve, a conhecer.
- 2.º — A postura contra-revolucionária do «alto clero» bracarense aparece claramente realçada; os donativos do clero são, também, um facto significativo a ter em conta.
- 3.º — As tropas miguelistas organizaram-se facilmente (o Exército, na sua totalidade, foi reestruturado e submetido ao Governo) perante a desarticulação e debilidade dos focos de resistência liberal.

De 1828 até ao fim do reinado de D. Miguel as «Ephemerides» enchem-se de acontecimentos militares, de actos públicos de regozijo, de

nomes de agraciados com as medalhas (que podiam ser de ouro) da «Real Effigie» (na «Gazeta de Lisboa» foi sendo publicada uma curiosa secção — a dos «artigos communicados» — que ilustra bem o «culto da Pessoa do Rei»), de «curiosidades», etc. No que respeita a Braga o período mais relevante corresponde, naturalmente, à estada de D. Miguel e sua Côrte na cidade. A «miguelofilia» dos bracarenses atingiria, então, o climax.

O entusiasmo de 28 foi, de facto, subindo de intensidade: em 1829 (17 de Junho) os marchantes fizeram uma grande festa nas Carvalheiras por ser o aniversário da aclamação de D. Miguel, havendo na sacada do palacete dos Condes de S. Martinho um retrato iluminado do rei; em Novembro desse ano as Religiosas do Convento dos Remédios, apresentadas por Fr. Francisco de Sta. Rosa de Viterbo, são recebidas no Palácio de Queluz por D. Miguel, a quem felicitaram; no mesmo mês (dia 14) são recebidas, também, em Queluz as Religiosas do Convento do Salvador, que foram felicitar o rei acompanhadas por Fr. Francisco de Sta. Rosa de Viterbo e D. António de S. Tomás de Aquino. No ano de 1831 ficaram lavrados no livro dos Acordãos dois autos, feitos em sessão extraordinária (publicados por Álvaro Pipa e inseridos no Apêndice deste artigo -5 e 6; 15 e 16), sendo um deles (o de 9 de Setembro de 1831 — 5) seguido de 1366 assinaturas<sup>52</sup>: uma ligeira análise deste interessante acervo de nomes (e profissões) permitiu-me verificar para além da presença das autoridades locais (Corregedor da comarca, Vereadores, Juiz pela Lei, Procurador, Alcaide da cidade...) e eclesiásticas (Vigário Capitular, Provisor, Vigário Geral de Braga e Arcebispado, Deão, Arcediagos e Cónegos do Cabido) o registo de quase todo o Regimento de Infantaria de Valença, aquartelado em Braga, do Batalhão de Voluntários Realistas, das Milícias, de Escrivães, de Fidalgos da Casa Real, de elevadíssimo número de membros do Clero secular (Beneficiados, Abades, Piores, Reitores, Padres, Diáconos e Clérigos), de Cirurgiões e Advogados, Comerciantes, Lavradores abastados e gente humilde semi-analfabeta (sem mais notícia). Todos eles («Câmara, Clero, Nobreza e Povo») saíram a terreiro para defender as «legaes decizioens proferidas a pró de Vossa Magestade no Assento dos Tres Estados precitado Tribunal unico, abaixo de Deos, que reconhecem legitimo os Portuguezes, para ventilar e decidir em materia de sucção de seus Soberanos» (vide Apêndice -5, fls. 21 v. e 22). Não nego, que

<sup>52</sup> Em Albergaria de Penela (concelho extinto da comarca do Pico de Regalados) foi subscrito por 142 indivíduos, aos 16 de Outubro de 1831, um Auto de fidelidade a «El Rei o Senhor Dom Miguel que prestão os Avitantes deste Concelho...». Nesse número encontram-se as autoridades locais, alguns militares, muitos padres e bastantes «populares» (denunciados pelos nomes curtos e toscas assinaturas).

alguns assinaram o auto ou por oportunismo ou para evitar complicações de qualquer espécie, dada a manifesta intolerância e espírito persecutório dos «esturrados miguelistas», devendo-se, por isso, colocar certas reservas ao valor mítico deste testemunho. No entanto, essa argumentação, cara a um Sérgio, a um António Ferrão ou a um Joel Serrão, é demasiado linear para poder ser aceite em absoluto: dentro de uma perspectiva psicossocial não tenho dúvidas em admitir, que uma maioria dos subscritores do documento agiu voluntariamente, galvanizada pelo clima de facção, de asfixiante religiosidade e de idolatria «apaixonada» da pessoa do monarca — tão profundamente portugueses!

Seguindo de perto os indícios desta «pista» chego a 1832 — ano do desembarque na pequena praia de Labruge ou Arnoso-do-Pampelido (a cerca de uma légua ao sul do Mindelo) do «exército libertador» de D. Pedro, da entrada deste no Porto, do cêrco à cidade pelas tropas miguelistas, da deflagração do conflito armado e da viagem ao norte de D. Miguel, que, assim, se dispunha a utilizar a força do seu carisma para animar os que por ele combatiam. Os historiadores são, porém, unânimes em afirmar, que a ideia não surtiu efeito, porque o rei entregou-se a um frívolo lazer na Braga «romana». Veremos, adiante, que D. Miguel — defensor do absolutismo régio ainda possível (ténue amostra do «esplendor joanino») — instalou-se com Côrte na cidade minhota e comportou-se não como soldado (este foi o papel do seu irmão), mas como rei absoluto e adorado, a quem os súbditos pediam encarecidamente, que refreasse os seus ímpetos de guerreiro e se mantivesse longe das operações militares! Mas, para já, vejamos como alguns autores abordaram o último dos factos acima enumerados.

José Maria de Sousa Monteiro, referiu-se, com cores sombrias, ao comportamento do rei, que classificou de «indigno»:

D. Miguel tinha chegado a Braga, e ainda não tinha ousado cumprir a promessa que havia feito de visitar o Exército que para o conservar n'um Throno, para o qual não nasceu, e de que era indigno, morria a milhares debaixo das linhas do Porto. Com uma Côrte d'hipocritas e libertinos passava os dias e as noutes em deboches e orgias, que mal encubria com as palavras de defensor da Religião, que elle mais que ninguem ultrajava; e atascado em prazeres vergonhosos abandonava a ministros ignorantes e perversos as cousas do Governo: eis porque a sua vinda, que se elle fosse capaz de governar povos, seria uma medida d'alta politica, cujos resultados seriam muito van-

tajosos para a sua causa, não produziu resultado nenhum, a não ser desconceitual-o na opinião de provincianos que o não conhecião de perto <sup>53</sup>.

Por seu turno, o coronel Hugh Owen, escrevendo sobre o mesmo assunto, revelou maior equilíbrio e objectividade:

D. Miguel chegara a Braga mas ainda não se mostrara ao exercito, tão dedicado à sua causa. Viajava acompanhado pelas princezas com um grande trem de carruagens da casa real e dava beijamão em todas as villas onde pernoitava (1). A visita da côrte de Lisboa às provincias do norte era um golpe de mestre se fosse bem manejado. O que não faria um principe de aquelle povo rude, quando um Silveira, o marquez de Chaves, viravam de todo as cabeças e se faziam obedecer cegamente em proveito da rebelião, da patria ou da realeza — do que quizessem, emfim! <sup>54</sup>

E, em nota de rodapé, pode ler-se:

Rodeava D. Miguel em Braga uma côrte de fidalgas, que lhe beijocavam as mãos n'um extasi.—Era mais que furor realista, era um furor amoroso ... —na phrase pitoresca de um observador. Quasi todas as mulheres de esse tempo baptisaram os filhos com o nome de Miguel; as freiras presenteavam-no com os mais finos dôces, que os conventos fabricavam a primor; os frades de Tibaes, de Bouro e de Villar mandavam-lhe fructas, presuntos, pipas de azeite e até vitelas. À noite, o adorado Miguel entrava disfarçado nos conventos das freiras, dizendo os miguelistas que ia incognito para não receber homenagens ... Humildade ... Mas algum liberal rancoroso anotava no seu diário: — «Lá vão as freiras todas! ...»

---

<sup>53</sup> MONTEIRO, José Maria de Sousa — *Historia de Portugal. Desde o Reinado da Senhora D. Maria Primeira, até à Convenção d'Évora-monte: com um Resumo Histórico dos Acontecimentos mais Notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*, t. IV. Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, 1838, p. 255-256.

<sup>54</sup> OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto Contado por uma Testemunha o Coronel ...*, prefácio e notas de Raul Brandão, col. Bibliotheca Historica, 1. Porto, Renascença Portuguesa, 1915, p. 203-204.

De resto Braga estremecia-o — principalmente depois que em 15 de março de 1829 viera de Roma a excomunhão dos liberaes (vide Gazeta de Lisboa). Quando partiu a perna fizeram-se votos e ofertas a Santo Amaro, advogado das pernas partidas. Em 15 de Dezembro de 1832 o cabido fez preces na capella do Paço, e rezou-se o terço à noite pelas ruas durante tres dias seguidos, sahindo de Nossa Senhora das Angustias. Quando o rei voltou a Braga no dia 20, houve cantatas por toda a cidade, e o enthusiasmo redobrou n'essa occasião no mulherio e nos frades, ao vel-o seguir a novena, «como um santinho» no Bom Jesus do Monte.

De resto Braga já ha muito se pronunciara fanaticamente «pelo seu rei muito amado». A procissão de S. Miguel em 29 de Setembro de 1828, pode considerar-se como um specimen de procissão politica. Em todos os emblemas se liam phrases tiradas da Biblia e que se applicavam às ideias da cidade absolutista e catholica. Na vespera realisara-se um serão politico. De dia um throno com o retrato de D. Miguel — e n'essa pitoresca mescla acotovelavam-se os profetas, os fidalgos, os andores, o regimento 22, a Senhora da Boa Morte, a Senhora do Ó, a irmandade de S. Vicente, um S. Miguel tendo no escudo a legenda , — «Com Deus» — e o povo gritando: — Morte aos malhados! — MANUSCRITO DE JOÃO BAPTISTA VIEIRA GOMES (Dr. Chasco) — 1828-1850 — que possui o Dr. José de Souza Machado, etc.<sup>55</sup>

O escritor portuense, Alberto Pimentel, em, «A Corte de D. Pedro IV», diz o seguinte:

Entrou, pomposamente, olímpicamente, na capital do Minho no dia 1 de Novembro de 1832. Era como se chegasse o Messias; D. Sebastião, pelo menos. Foi tamanho o júbilo dos bracaraenses, que não se contentaram com os grandes festejos realizados nesse dia; quizeram que ele ficasse eternamente notável no calendário da cidade augusta. Em igual dia do ano seguinte o cabido, a câmara e as autoridades fizeram uma solene procissão em volta da sé, comemorando tão feliz anniversário. E resolveu-se que idêntica solenidade se repetisse todos os anos — ad perpetuum rei memoriam.

<sup>55</sup> Id. — *ibid.*, p. 203-204.

Para entusiasmar as suas tropas, D. Miguel passou-lhes uma revista sobre o Porto<sup>56</sup>.

Prosseguindo este «apanhado» de notícias e comentários à viagem de D. Miguel ao norte (e sua estada em Braga), trago, agora, à colação Carlos de Passos:

Em 7 de outubro anunciara D. Miguel a sua partida para o norte, a fim de passar revista às tropas combatentes do Porto. De Lisboa saíu às 4 horas da tarde, no dia 16, com as infantas Izabel Maria e Maria da Assumpção. (...) No 1.º de Novembro estava em Braga. Com magno aparato realizou a viagem; pelo caminho encheram-no de homenagens calorosas e o povo aclamou-o devota e entusiasticamente. Quam diferente e lastimosa seria a volta!<sup>57</sup>

António Ferrão, na obra a que atrás faço larga referência, escreveu a propósito:

Em vez de seguir, directamente, de Lisboa para junto do seu exército, veio o rei D. Miguel, estabelecer-se em Braga. Aqui permaneceu muito tempo, ocupado não nos trabalhos do governo, mas em passeios ao Bom Jesus do Monte, a Guimarães e Penafiel, nas habituais galopadas e em exercícios hipicos, como a subida a cavalo, da escadaria de Guadalupe, sem esquecer as aventuras amorosas com a filha de António Barbeiro, a fidalga Emilia, de Guimarães, e a tricana Eugénia.

Só por duas vezes mais, durante um periodo urgente e decisivo para a sua corôa, de sete meses, D. Miguel voltará a passar em revista o seu exército que cercava o Porto, observar as posições que este ocupava e as obras de fortificação que ali se haviam construido. Porém, à segunda vez, em Julho de 1833, será para não mais voltar<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> PIMENTEL, Alberto — *A Corte de D. Pedro IV*, 2.ª ed. Porto, Parceria A. M. Pereira Lda., 1972, p. 186-187.

<sup>57</sup> PASSOS, Carlos de — *D. Pedro IV e D. Miguel I, 1826-1834*. Porto, Liv. Simões Lopes, 1936, p. 315-316.

<sup>58</sup> FERRÃO, António — *ob. cit.*, p. 466.

Recentemente, Joaquim Veríssimo Serrão, na linha «factualista» com que vem traçando a sua «História de Portugal», ensaiou uma curta síntese:

Entretanto, registava-se a vinda de D. Miguel às terras do Norte para encorajar as suas tropas no cerco que Santa Marta ia apertando ao burgo insubmisso (...)

Este instalara o quartel-general em Braga, de onde expedia ordens para a acção envolvente de que dependia a sua manutenção no trono. (...)

Os seus biógrafos são unânimes em reconhecer que D. Miguel não teve generais à altura da grave situação ou, o que também parece lícito, não os soube escolher nem preparar. Com uma acção bem conjugada das suas tropas, dificilmente o Porto teria resistido ao assédio fatal<sup>59</sup>.

Tendo, pois, como pano de fundo o renhido combate à volta do Porto, a estada de D. Miguel em Braga pode ser vista com mais algum pormenor, graças ao conjunto de elementos que tive o ensejo de encontrar, melhorando, assim, o quadro esboçado pelos extractos acima transcritos.

Num opúsculo de formato reduzido, publicado com algum atraso por causa do «transtorno de ser remetida a Lisboa por engano de Correio, a carta, que trazia o MS., e vinha dirigida a Coimbra» e dedicado a «El-Rei, Nosso Senhor», o bacharel Francisco Jeronymo da Silva descreveu pormemorizadamente a entrada de D. Miguel na «Bracara Augusta»<sup>60</sup>. Segundo este autor, tão agradável notícia havia chegado ao conhecimento dos bra-

<sup>59</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal [1832-1851]*, vol. VIII. Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p. 28-33; vide, tb., p. 36-37.

<sup>60</sup> SILVA, Francisco Jeronymo da — *Descrição da Entrada d'El-Rei, Nosso Senhor, O Senhor D. Miguel I, na Cidade de Braga, em o dia 1.º de Novembro de 1832, composta e offerecida ao Mesmo Augusto Senhor por ... Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1832* (vide Apêndice-8).

António FERRÃO utilizou, na *ob. cit.* p. 461, este texto, de que fez, aliás, um interessante resumo:

«A 1 de Novembro de 1832 chegou D. Miguel a Braga.

Dias antes haviam-se concertado as calçadas e caído as casas das ruas por onde ele devia passar, e preparara-se o Paço, onde, com as irmãs, havia de habitar, e que estava então muito arruinado e abandonado.

No trajecto tinham-se erguido cinco arcos triunfais, uns enfeitados com murta, outros forrados de seda, e colocados, no trajecto, na Cruz de Pedra, Campo das Ortas, Porta Nova, Travessa dos Açougues Velhos, estando o quinto e último defronte da

carenses apenas uns sete dias antes da data prevista para esse «feliz evento» e daí que não restasse um minuto a perder: todos («não houve artifice, ou armador, que não fosse chamado, e até rogado para ir trabalhar nos preparativos da entrada»<sup>61</sup>) deram o seu contributo, participaram com o seu geito e esforço, de tal forma, que da Igreja de S. Pedro de Maximinos até à Galeria do Paço só se ouvia o «estrondo confuso dos ferros de monte, das serras e dos martellos»<sup>62</sup>. Alindaram-se e engalanaram-se algumas ruas com arcos triunfais, restaurou-se o Paço, voltado para o campo dos Touros, onde se instalaria a côrte, deu-se, enfim, à cidade o aspecto solene de capital. E se tantos operaram o milagre da súbita transfiguração de uma urbe, na tarde do dia da entrada do rei as ruas, por onde ele transitaria, povoaram-se, desde as 2 horas, de imensa gente («de todas as classes, sexos e idades»<sup>63</sup>). A impaciência começava, entretanto, a perturbar os espíritos, porque o tempo ia passando e o «Desejado» sem aparecer! Havia muito, o Visconde de Santa Marta, o Corregedor e outras «pessoas distinctas» partiram ao encontro d'«Elle». Os «fal-

---

Misericórdia, e que era o mais opulento, tendo sido mandado levantar pelos comerciantes da cidade.

Momento a momento da tarde aprasada chegavam os postilhões e alviçareiras gritando: «Ele está aí a chegar».

Até que, já noite fechada, precedido de quatro batedoras militares, de espadas desembainhadas, vinha o rei, a cavalo, no seu costumado galope, seguido de duas liteiras, numa das quais vinha a Infanta D. Maria da Assumpção, tendo ficado para traz D. Izabel Maria que vinha doente. Seguia-a um luzido acompanhamento, entre o qual vinha a nobresa bracaraense.

As manifestações populares foram estrepitosas enquanto os foguetes, os sinos e as salvas festejavam a entrada do soberano.

Chegado ao Cruzeiro da Horta, o presidente da Camara apresentou a D. Miguel as chaves da cidade, prosseguindo logo a galope o rei e todo o cortejo em direcção à catedral. À porta foi recebido sob o pάλio, e, assim seguiu para a capela do Sacramento, cantando-se então o Te Deum. Daí dirigiu-se para a capela-mor, onde já estava a infanta D. Maria D'Assumpção, entoando-se, agora, uma ladainha a Nossa Senhora.

Acabada a função de igreja, e sempre a correr seguiram para o Paço, no meio de aclamações.

Tudo isto nos descreve Francisco Jeronimo da Silva no seu opusculo — Descrição da entrada d'el-rei nosso Senhor, o Senhor d. Miguel, e que finalisa por um soneto de boas vindas a êsse monarca, cujo ultimo verso era:

«Reinará em Portugal eternamente»

O nosso bacharel em canones era melhor estilista que profeta, pois o seu «eternamente» não chegaria a 19 mezes...».

<sup>61</sup> Id. — *ibid.*, p. 9-10.

<sup>62</sup> Id. — *ibid.*, p. 10.

<sup>63</sup> Id. — *ibid.*, p. 12.

«sos rebates» sucediam-se, até que, sobrevinda a noite e com ela a pitoresca vista de uma iluminação geral, rebentou, por fim, o incontido júbilo: aproximava-se o «Rei dos Portuguezes» a cavalo e com seu vasto séquito — o Estado-Maior, uma guarda de trinta cavalos, duas liteiras (numa das quais vinha a infanta D. Maria da Assunção, tendo a irmã, D. Isabel Maria, ficado «muito atraz por incomodo de saude»<sup>64</sup>) e a nobreza bracarense, montada a cavalo, fechando o cortejo. No Cruzeiro das Hortas recebeu das mãos do Presidente da Câmara as chaves da cidade («cousa que (ao menos que eu saiba) ainda se não tinha feito a nenhum Rei Portuguez»<sup>65</sup>). Após esta breve cerimónia, D. Miguel passou pelo Arco da Porta Nova e entrou na rua «a quem em outros tempos se deo o nome de Sousa»<sup>66</sup>, onde irrompeu um extraordinário espectáculo: as aclamações populares subiram de intensidade, os sinos repicaram e os foguetes estoiraram serpeando no ar. A galope, o monarca abeirou-se da Catedral, onde o aguardavam os cônegos, que logo o receberam debaixo do pátio e o conduziram directamente à Capela do Sacramento: aí a «Majestade Humana Se prostrou diante da Divina; e o mesmo fizerão todos os assistentes, em quanto soavão no recinto do Templo os accentos do hymno Te Deum laudamus»<sup>67</sup>. Dirigiu-se, de seguida, para a Capela-Maior, onde se juntou a sua irmã e todos cantaram a «Ladainha de Nossa Senhora», no fim da qual se despediu D. Miguel dos circunstantes com uma «inclinação de cabeça» e partiu ligeiro para o Paço. A multidão, que se esticava para o ver, essa não debandou, ficando até alta noite em «torno do Real Aposento», soltando vivas a todo e qualquer vulto que assomasse às «vidraças das janellas».

O texto começa com um soneto («Dedicatória a El-Rei, Nosso Senhor») e encerra com outro. O primeiro é precedido de uma alusiva epígrafe de Ariosto e reduz-se praticamente a uma vulgar apresentação, em verso, do opúsculo. Em contrapartida, o segundo insere-se na vasta produção poética mitificadora do Infante-Rei, contendo à mistura referências directas e críticas de carácter político — os versos são, aliás, bem ilucidativos: «Porto (...)//ouve confuso//Os vivas espontaneos, com que o Luso//Saudo reverente o Seu Sobr'ano»; «Um Rei, a Quem o povo aclama ufano, //Não é usurpador à força intruso, //E só algum perverso, algum illuso //Lhe podem dar o nome de tyrano»; «Tão querido é MIGUEL da

<sup>64</sup> Id. — *ibid.*, p. 16.

<sup>65</sup> Id. — *ibid.*, p. 17.

<sup>66</sup> Id. — *ibid.*, p. 17.

<sup>67</sup> Id. — *ibid.*, p. 18-19.

Lusa Gente, //Que, a poder evitar da morte o somno, //Reinára em Portugal eternamente».

Faço aqui um parêntesis para referir, que um cotejo breve e marginal desta colorida descrição do bacharel Francisco Jerónimo da Silva com a da «Gazeta de Lisboa» (de 23-10-1832) referente à recepção feita em Coimbra e com a «Relação da Vinda de El Rey o Sr. D. Miguel 1.º a este Real Mosteiro de Alcobaça» (1830), escrita por um anónimo e publicada por José da Cunha Saraiva<sup>68</sup>, permite encontrar importantes semelhanças no que respeita aos modelos básicos de ritualização do mito miguelista empregue em ambos os casos. Detectam-se, com efeito, nestes testemunhos três aspectos comuns:

- 1.º — Aparato festivo, organizado pelas autoridades civis e a que concorre em peso a população (as casas da localidade são caiadas, as ruas areadas e limpas, colocam-se «formosos» arcos nas vias do percurso régio, as autoridades incorporam-se no séquito, ocorre uma solene recepção oficial ao monarca, «as gentes» amontoam-se, vibram e aclamam o «seu Rei» ...).
- 2.º — Ceremonial religioso, que se me afigura preponderante (passagem obrigatória, no dia da chegada, pela Catedral, Matriz ou Igreja do Mosteiro, onde o clero aguarda solenemente o rei e onde se canta o Te Deum, o Tantum Ergo e as «Ladainhas», enquanto o D. Miguel, debaixo do pátio, ajoelha, reza e beija a Cruz imerso numa devoção arrebatadora).
- 3.º — «Presença majestática» («Beijamão», opíparas refeições, etc.<sup>69</sup>).

Instalara-se D. Miguel no bonito Paço Arquiepiscopal e com ele uma curiosa Côrte, da qual pouco se sabe. Sousa Monteiro denegriu-a imenso e Hugh Owen reduziu-a a um conjunto de fidalgas enamoradas pelo jovem rei<sup>70</sup>. Ficáramos por aqui se o incansável genealogista e

<sup>68</sup> SARAIVA, José da Costa — *A Viagem do Rei D. Miguel I ao Mosteiro de Alcobaça em 1830*. Lisboa, 1931.

<sup>69</sup> Noutras fontes encontram-se mais algumas formas ilustrativas dessa «presença majestática», a saber: pomposas viagens pelos subúrbios e magnânima distribuição de régios «favores».

<sup>70</sup> Para além destas duas alusões directas tive conhecimento de que Afonso de Dornellas fez um estudo sobre «A Côrte de D. Miguel em Braga», no entanto resultaram infrutíferas as tentativas que encetei para o consultar.

historiador das «coisas de Braga», Dr. José de Sousa Machado, não tivessem coligido preciosos elementos, que ajudam a conhecer um pouco mais e melhor a dita Côrte.

Num pequeno livro manuscrito de apontamentos (integrado na parte do espólio existente no A.D.B.), Sousa Machado, foi registando, desordenadamente e numa letra difícil, nomes, datas e referências marginaes (é, por exemplo, o caso do «Regulamento Geral da Ordem de São Miguel da Ala, de 1851» e da transcrição integral do famoso poema «Salve, Rei» de Camilo Castelo Branco). Trata-se, de facto, de uma fonte algo caótica, cuja apresentação em Apêndice embora desejável, se tornou por isso mesmo impossível. Em consequência disto, limitei-me a sistematizar uma parcela da vasta informação aí contida, mais directamente relacionada com o tema em causa.

Segundo aquele investigador, o período da Côrte em Braga foi de 1 de Novembro de 1832 até 1 de Junho de 1833 (8 meses) e as principais figuras eram o rei, as duas infantas, o duque de Lafões (D. Segismundo, Chefe da 2.<sup>a</sup> Brigada Realista, em 1828), o conde de Soure (D. Henrique, Tenente do Cabo Ajudante d'El-Rei), o conde de S. Lourenço (Ministro da Guerra até 21-2-1832, «indigno»), o barão de Alvito, o conde de Barbacena (Ministro da Guerra desde 21-2-1832, «culpado das desgraças»), o 1.<sup>o</sup> conde de Camaride (Marechal de Campo e secretário da infanta D. Isabel Maria), o conde de Almada (Ajudante de Campo e Mestre Sala de D. Miguel) e Nuno Freire d'Andrade. Em torno deste eminente grupo, onde sobressaía a «áurea pessoa» do rei, posicionaram-se vários vultos da aristocracia bracarense (de ambos os sexos, mas com certo predomínio do feminino), que se enumeram, de seguida, pela ordem posta no texto:

[Lagos (56)] — D. Maria Eduarda de Paiva Marinho de Vasconcelos, viúva de Caetano Pereira do Lago Portocarrero, Fidalgo Cavaleiro (ela faleceu em 1854).

[Avelar (45)] — D. Ana José Malheiro Sottomaior (da Casa de Infias) viúva de Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (ela nasceu em 1764 e morreu em 1840).

— Fernando Jácome, formado em Direito, Juíz de Fora em Ponte de Lima, Corregedor de Valença (4-11-1833), Cavaleiro da Conceição (19-12-1832<sup>71</sup>), Vereador (1826 e 1831), esteve no cêrc

<sup>71</sup> José Cândido GOMES, pelo contrário, data a concessão desse grau de 17-1-1833.

do Porto; casou, em 1827, com D. Maria Isabel de Araújo Abreu Lima Barbosa Pimenta Feijó.

[Inffas (53)] — D. Anna Carolina de Faria Machado (da Casa das Hortas), viúva de José Borges Pacheco Pereira, Fidalgo Cavaleiro (m. em 7-3-1831); ela n. em 1785 e m. 1857.

[Falcões (49)] — D. Maria José<sup>72</sup>, viúva de Manuel Falcão Cotta, Fidalgo Escudeiro da Casa Real (m. em 5-7-1845); ela m. em 1845. Seu cunhado, o Cónego em Coimbra Pedro Falcão, deputado e inquisidor do Santo Ofício, ferido em Condeixa, era ainda vivo, falecendo em 1841.

[Carvalheiras (44)] — D. Josefa de Paiva e Vasconcelos, viúva de António da Costa e Vasconcelos Brito Roby.

— Narciso de Vasconcelos, irmão de António da Costa.

[Costas (218)] — António Luís da Costa Pereira Vilhena, formado em Direito e Cavaleiro da Ordem de Cristo (n. em 1794 e m. 1853).

Gaspar José da Costa Pereira (irmão do anterior), minorista e Fidalgo Cavaleiro (n. em 1799 e m. em 1879); casou com D. Ana Tolentina de Sousa Barbosa.

[Tristes (216)] — Francisco Bernardo de Sá Sottomaior, Tenente de Cavalaria na defesa de Campo Maior (1801) e Capitão dos Voluntários Realistas (n. em 1774 e m. em 1852); casou com D. Josefa de Lançós (m. em 1838).

[Paiva Brandão] — D. Guiomar Carolina de Vasconcelos Ataíde e Azevedo, viúva de Alexandre de Paiva Leite Brandão (m. em 1820).

[Sinde (60)] — José Gabriel Araújo Vasconcelos, Coronel de Milícias reformado, Comandante da 7.ª Brigada de Ordenanças do

---

<sup>72</sup> Sousa MACHADO riscou os apelidos que aí colocara, pondo entre parêntesis curvos a expressão «3.ª mulher».

Nota geral: os números que se encontram dentro de parêntesis curvos são remissivos para trabalhos genealógicos do Autor.

Minho, Comendador da Igreja de Parada, na Ordem de Christo (m. em 1846).

[Cunhas da Travessa (58)] — José da Cunha Guedes Pinto de Sousa (n. em 1789 e m. em 1874); casou, em 1823, com D. Joaquina Ermelinda de Brito Pereira de Amorim (m. a 7-9-1883).

[Carvalheiras (127)] — D. Maria de Sá Coutinho, viúva de José de Magalhães Feio de Azevedo (m. em 1810); ela n. em 1784 e m. em 1858.

— D. Maria Guilhermina, casada com José de Araújo Azevedo Melo Vasconcelos, Capitão-mor de Vila Chã (n. em 1802 e m. em 1856).

— João Feio de Magalhães, Coronel de Milícias de Viana (27-5-1832).

— António Feio, formado em Direito (n. em 1807 e m. em 1875).

[Araújo Alvim (67)] — António de Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim, Capitão dos Voluntários Realistas (n. em 1775 e m. em 25-9-1834); casou, em 1805, com D. Maria Cândida de Araújo Antas (m. em 1845).

— Tomás de Araújo Vasconcelos e Alvim, Juíz de Fora em Espo- sende (n. em 1805).

— [Fr. João (n. em 1807); Fr. José (n. em 1808); Jacinto (n. em 1809); Domingos (n. em 1813); Estevão (n. em 1819); Francisco (n. em 1811 e m. em 1846) e D. Ana Escolástica (n. em 1817 e m. em 16-12-1832)].

[Marinhos Baratas (48)] — Domingos Manuel de Mello Freire Barata, Capitão de Milícias; casou, em 1827, com D. Maria Clara da Expectação de Marinho Falcão, sua prima (m. em 1880).

[Biscainhos (54)] — Damião Pereira da Silva Sousa e Meneses, viúvo de D. Maria Angelina<sup>73</sup>, falecida em 1822 (n. em 1764 e m. em 23-12-7835).

— João, s.g.

---

<sup>73</sup> Os apelidos são ilegíveis.

- Gonçalo Pereira (1.º Visconde e 1.º Conde de Bertandos, Par do Reino e Vereador em 1829); casou, em 1825, com D. Teresa Teles de Meneses (Penalva), que nasceu em 1802 (ele n. em 1797).
- [Barbosas] — Manuel Bernardo.
- Fernando Barbosa da Cunha Costa e Melo, formado em Canones, Cavaleiro da Conceição e Cónego em Braga (n. em Estarreja aos 4-2-1795 e m. em 12-5-1871).
- Pedro Barbosa, formado em Leis, Desembargador da Relação Eclesiástica de Braga.
- José Luis e Joaquim Calisto.
- [Cunha Reis] — D. António Alexandre da Cunha Reis, Vigário Capitular, Deão e Governador do Arcebispado (m. em 24-9-1834).
- José Firmino, Provisor (m. em 1856).
- D. Guilherme Germano, Deão (n. em 1795 e m. em 1861).
- Fr. Manuel, secretário na Falperra.
- [Bairro (42 e 52)] — Fernando da Cunha Sottomaior, senhor da Casa do Bairro, Vereador em Braga (m. em 1841); casou com D. Antónia Ferraz da Costa e Almeida.
- José da Cunha, senhor do Solar de Teive.
- [Tanque (46)] — António Vasconcelos Leite Pereira, Coronel dos Voluntários Realistas; casou com D. Maria José Machado de Barbosa Azevedo Vasconcelos (m. em 1848).
- José Maria, Coronel dos Voluntários de Penafiel.
- Francisco, que casou com D. Delfina Leonor Abreu Jácome, da Valinha em Dume (n. em 1779).
- [Alpoim (52)] — João de Alpoim da Silva Meneses, Fidalgo Cavaleiro e Vereador em 1832; casou com D. Teresa Emília de Sousa Almeida (n. em 1781 e m. em 1862).
- [Azevedo (51)] — António Martinho Velho de Barbosa da Fonseca Sousa e Castro.
- Francisco Lopes de Azevedo Barbosa Velho da Fonseca, Moço Fidalgo, Coronel dos Voluntários Realistas de Barcelos e Cavaleiro da Torre Espada.

- D. Maria José do Livramento (n. em 27-7-1817); casou, em 1837, com Estevão Falcão.
- [Gandarela (65)] — Francisco de Magalhães de Araújo Pimentel, Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias da Barca e deputado às Côrtes de 1822; casou com D. Francisca Júlia de Noronha, da Casa da Prelada.
- Lourenço de Magalhães Araújo Pimentel.
- [Cedofeita (47)] — D. Isabel Júlia Cabral Taveira Pinto, viúva de Baltazar de Sá e Meneses, Coronel de Milícias da Barca e Brigadeiro (m. em 1829).
- D. Mariana (sucessora) e D. Quitéria.
- [Pousada (123)] — José de Macedo Portugal Cyfuentes e Losada, Fidalgo da Casa Real e Vereador em 1813, 21, 27 e 28.
- [Rocha Couto] — António da Rocha Couto Ribeiro de Carvalho, Sargento-mor de Pedralva, Póvoa de Lanhoso, Tenente de Voluntários Realistas e Capitão-mor de Pedralva e Arentim; casou com D. Maria Cândida Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, do Avelar (n. em 1799 e m. em 1875).
- Pe. Cândido Cipriano, Arcediago de Olivença (n. em 1806).
- Narciso Inácio.
- D. Cândida Carolina (n. em 1793 e m. em 1883), viúva de Domingos de Araújo Vasconcelos e Alvim.
- Joaquim da Rocha, Alferes dos Voluntários Realistas (m. em 1883).
- [Paivas (58)] — José de Paiva Pereira Marinho, Coronel das Milícias de Braga.
- D. Maria do Amparo, D. António Delfina, D. Ana, D. Francisca Emília, D. Luísa Albina, D. Teresa Carolina e D. Maria Rita.
- [Passadiço] — Cónego José Veloso da Costa, que em 1820 se manifestara contra a Revolução (m. em 1824).
- Fr. Jacinto de S. José, dominicano (m. em 1842).

— D. Margarida Fortunata (n. em 1797), que casou, em 1824, com José Maria de Sousa da Silveira, Moço Fidalgo, Alcaide-mor de Montalegre, Tenente-Coronel, etc. (m. em 1844).

[Briteiros (187)] — Luís Pereira Coutinho Carneiro Rangel e Vasconcelos, Capitão dos Voluntários Realistas e Vereador em 1832. Era primo co-irmão de João Carneiro Pereira Rangel, Capitão de Infantaria, morto no combate de Prado a 5-2-1827. E era irmão de José Guilherme, Juíz de Fora da Pesqueira e Corregedor de Leiria, onde os Liberais o mataram, em 1834, «por ser realista decidido» e de António Pereira de Vilhena Rangel, Fidalgo Cavaleiro e Tenente-Coronel das Milícias de Vila do Conde.

[Moure (55)] — Dr. Leopoldo de Sousa e Almeida Pereira, Capitão-mor e Brigadeiro das Ordenanças do Minho; casou, em 4-6-1821, com D. Joana Angélica da Maia Abreu de Castro de Vasconcelos (n. em 18-7-1763 e m. em 1863).

— Dr. José de Sousa da Câmara (n. em 18-1-1766 e m. em 1836).

[Codeçosa (50)] — D. Maria Rita de Almada.

— Inácio Correia de Almada, Vereador em 1805, 9, 12 e 17; casou com D. Ana Júlia de Almeida Gorjão.

— D. Francisca Bárbara, D. Inês, D. Joaquina, D. Luísa (mulher de José Dias Vieira Pimentel), D. Tomásia e D. Rita Roberta (mulher de João Manuel Pereira de Araújo Maciel, senhor da Quinta da Carreira em Frossos).

[Rebello da Silva] — Narciso António Rebello da Silva, Correio-mor e Cavaleiro de S. Tiago; casou, em 1825, com D. Francisca Maria de Faria (n. em 1795). [Nota: «Narciso Rebello era muito miguelista. A família ainda lhe conserva as barbas, que elle pediu para serem entregues a el-rei D. Miguel quando elle voltasse a Braga»].

— José Caetano Rebello da Silva, Desembargador e dono da Fábrica dos Sinos (m. em 1869).

— José Maria, Abade de Sequeira.

— D. Maria Ventura e D. Flávia Claudina.

A lista não acaba aqui, no entanto esta é, sem dúvida, a larga maioria de famílias legitimistas<sup>74</sup> referenciadas por Sousa Machado, que «cercaram» o rei com uma «frenética adoração».

O Cabido, a par da fidalguia bracarense, esteve bem presente nesta Côrte, como claramente é atestado pelo mesmo autor<sup>75</sup> e por outras fontes já citadas.

Resta, afinal, saber o que fez e por onde andou D. Miguel e seu séquito durante a permanência em Braga. Graças à preciosa «agenda», pacientemente elaborada por José Cândido Gomes, e a que já atrás recorri, pode-se seguir de perto a actividade do rei (de 1 de Novembro de 1832 a 1 de Junho de 1833), ficando, assim, preenchida mais uma lacuna, das muitas que têm envolvido este reinado.

Novembro, 9 — El-Rei D. Miguel recebe no Paço, ao Campo de Touros, os representantes dos municípios do país, que o foram cumprimentar.

Novembro, 10 — D. Miguel visita a Cadeia civil.

Novembro, 10 — Visita o Hospital de S. Marcos.

Novembro, 10 — Recebe os cumprimentos de algumas Câmaras do norte, que não tinham chegado na véspera.

<sup>74</sup> Para além destas encontram-se registadas no texto as famílias liberais de Braga, que seriam cerca de 12.

<sup>75</sup> Sousa Machado reconstituiu a composição do Cabido (1832-1833) em dois esboços, algo diversos entre si:

«Queirós	Dignidades
Jácome	Deão — D. Antonio Cunha Reis
Silva	Arceidiago — Manuel Gomes [foi rasurado]
Paiva (João Nepomuceno)	Mestre Escola — Teotonio de Magalhães
Salgado	Thesouriero-mor — Manuel Inácio
Veloso (João Antonio)	Jose Antonio Velloso da Costa
Berardo (João Berardo)	João Berardo
Pinto	Francisco de Paula
Leão (João Theodósio de Araujo)	João Evangelista
	Guilherme Cunha Reis
	José Firmino
	João Nepomuceno
	José Maria
	João Antonio Gomes (m. em 1834)».

Novembro, 24 — D. Miguel recebe no seu Paço de Braga um enviado do rei da Saxónia, que o veio felicitar pela sua subida ao trono.

Dezembro, 6 — D. Miguel dá um passeio a cavalo pelos arredores de Braga indo até ao crasto de Monte Redondo, freguesia de Escudeiros <sup>76</sup>.



*Penedo das Letras, situado perto do crasto de Monte Redondo nos arredores de Braga e voltado para a estrada do Porto*

<sup>76</sup> Albano Belino na importante e pormenorizada descrição que fez do Crasto de Monte Redondo, publicada em «O Archeologo Português», anotou o seguinte:

«À tarde dirigimo-nos do cabeço que se eleva a poente, e para onde a povoação do monte Redondo se estendeu. Num penedo ponteagudo que se eleva sobre outros de dimensões formidáveis, lê-se em caracteres elegantes, que já foram dourados, a seguinte inscrição:

NO DIA 6  
DE DEZEMBRO DE 1832  
VEIO A ESTE SITIO  
E SUBIV A ESTAS PEDRAS  
SVA Magestade O  
SENHOR D. MIGUEL 1.º»

(Cfr. BELLINO, Albano — *Cidades mortas*. (Estudo póstumo). Relatório das minhas explorações archeologicas suburbanas de Braga, e nomeadamente no Monte Redondo. «O Archeologo Português», Lisboa, 14 (1 a 8) Jan.-Ago. 1909, p. 12.

- Janeiro, 12 — D. Miguel manda agradecer ao Corregedor de Guimarães um donativo de camisas para o Exército.
- Janeiro, 17 — D. Miguel concede títulos honoríficos.
- Janeiro, 18 — Visita com suas irmãs demoradamente a Sé.
- Janeiro, 19 — Foi à Capela da Glória na Sé e ajudou os pedreiros a abrir o túmulo do Arcebispo D. Gonçalo Pereira.
- Janeiro, 23 — D. Miguel faz promoções e nomeações para cargos militares.
- Janeiro, 24 — Um delegado da Irmandade do Espírito Santo de Ponte de Lima entrega nesta cidade a António Martinho Velho da Fonseca 33 camisas para os soldados de D. Miguel que cercavam o Porto.
- Janeiro, 25 — D. Miguel demite dois oficiais (um dos Voluntários Realistas e outro da 1.ª Companhia do Regimento de Milícias de Braga).
- Janeiro, 29 — O Deão, acompanhado de vários cônegos, percorre os sepulcros de todos os Santos existentes na Sé e colhe relíquias de todos eles para um relicário que ofereceu ao rei D. Miguel 1.º.
- Fevereiro, 13 — Chega o Ministro plenipotenciário espanhol D. Luis Fernandez de Cordoba, que veio apresentar as suas credenciais ao rei D. Miguel, que tinha aqui a sua Côrte.
- Fevereiro, 13 — D. Miguel vai ao Bom Jesus e Falperra em passeio venatório.
- Fevereiro, 16 — El-Rei oferece no Paço um jantar ao enviado espanhol D. Luis Fernandez de Cordoba. Antes tinha-o recebido em audiência solene.
- Fevereiro, 22 — D. Miguel dá beijamão no Paço da Galeria por ser o aniversário da sua chegada a Lisboa.

- Fevereiro, 22 — Grande baile na Casa dos Biscaínhos a que assistiu o rei D. Miguel e sua Côrte.
- Fevereiro, 24 — Retira desta cidade o plenipotenciário espanhol, que tinha vindo apresentar credenciais a El-Rei.
- Fevereiro, 25 — D. Miguel com alguns fidalgos vai até além do Pico de Regalados numa caçada.
- Março, 2 — D. Miguel nomeia aqui uma Comissão de sete membros para olhar pela parte financeira do exército.
- Março, 15 — O conde do Cartaxo vem aqui a fim de dar notícias ao rei D. Miguel sobre a campanha do cêrco do Porto.
- Março, 16 — D. Miguel recebe o conde do Cartaxo, que tinha vindo no dia anterior do cêrco do Porto com notícias.
- Março, 18 — É demitido por doença o Tenente das Milícias de Braga, Francisco Joaquim Gouveia de Moraes Sarmiento e reformado o Capitão do Batalhão dos Voluntários Realistas de Braga, Manuel Clemente Salgado.
- Março, 27 — Chega com notícias do cêrco do Porto para D. Miguel o conde de Castro Marim.
- Março, 29 — D. Miguel convida o virtuoso Fr. João de Neiva para Primaz de Braga, mas ele declina o convite.
- Abril, 2 — D. Miguel achando-se aqui nomeia seu Es-moler-mor honorário e concede carta do concelho ao Abade do Mosteiro de Pombeiro, D. Fr. António de Santa Rita.
- Abril, 5 — D. Miguel concede o indulto da Semana Santa a alguns criminosos.

- Abril, 6 — Chega aqui o Visconde da Bahia, que veio trazer notícias do cêrco do Porto ao rei D. Miguel I.
- Abril, 9 — D. Miguel vai a Guimarães e volta no dia seguinte.
- Abril, 11 — Chega do cêrco do Porto com notícias para o rei, o seu Ajudante D. Cristovão Manuel de Vilhena.
- Abril, 24 — D. Miguel vai de passeio por Frossos e Merelim até Prado, sendo aclamadíssimo.
- Abril, 28 — Recebe no Paço alguns oficiais, que se foram oferecer para irem para o cêrco do Porto.
- Abril, 30 — Sai do templo do Colégio uma procissão de penitência, na qual se incorporou o rei D. Miguel, pedindo a Deus que a cólera que assolava Lisboa cessasse.
- Maió, 9 — D. Miguel vai visitar as suas tropas.
- Maió, 23 — El-rei vai daqui a Guimarães e regressa à noite.
- Junho, 1 — D. Miguel retira desta cidade em direcção a Coimbra, com suas irmãs.

Da actividade e itinerário «turístico» do Infante-Rei infere-se, entre outras coisas, que ele se manteve na retaguarda da zona de combate, sendo, contudo, informado com certa regularidade do desenrolar das operações; recebeu solenemente diplomatas estrangeiros e autorizou medidas de «gestão corrente», que urgia tomar; passeou, mostrou-se ao povo como se fosse «um deus», caçou, divertiu-se com a pompa possível numa capital improvisada e em tempo de guerra; rezou muito, abeirou-se com uma devoção arrebatada dos túmulos de Santos e Arcebispos, revelando uma sujeição profunda ao imaginário religioso. A estada foi um insucesso do ponto de vista militar, no entanto a outro nível — o da prática política e simbólica — cumpriu, de facto, o programa há muito inscrito no «código genético» da realeza de D. Miguel, a saber: afirmação paradoxal da ori-

gem divina do Poder e a inerente recusa agressiva de todas e quaisquer estratégias de «democratização», sentidas, no fundo, como potencialmente antimonárquicas. E, esta postura se, por um lado, intensificou o mito, por outro produziu uma dinâmica auto-destrutiva, agravada, no plano externo, pela aposta das potências europeias no pardo projecto «cartista» de D. Pedro IV. Daí o colapso trágico do extremismo contra-revolucionário ...

Após a partida de D. Miguel, Braga deixou-se invadir por uma intranquilidade premonitória. O perigo de uma vitória liberal tornava-se cada vez mais visível ...

O Batalhão Eclesiástico <sup>77</sup> — surgido na sequência do Edital de D. António Alexandre da Cunha Reis, Vigário Capitular, onde se convidava o clero a pegar em armas, «a fim de formar um batalhão para manter o socego na cidade de Braga <sup>78</sup> — assumira a tarefa de vigilância e policiamento da urbe e ia-se organizando, enquanto que paralelamente actuava a forte guerrilha do Padre Mestre Braga <sup>79</sup>, composta por «homens secula-

---

<sup>77</sup> José Sousa Machado averiguou, também, a composição deste corpo «eclesiástico-militar» (a que os cônegos não foram alheios, como muito bem se vê...):

«Coronel — José Firmino (Provisor)

Major — Ribeiro

Major — Moura

Quartel Mestre — Castro

Ajudante — Araújo

Capitão — Abade de Padreiro

Francisco de Paula

Pedro Barbosa

Manuel Zacaria

Antonio Pereira

Tenente — Padre Januário

Bernardino

Jose Maria Zacaria

Alferes — Milheiro

Constantino

Araújo

Pereiro

Cambráia

Oficiais — Candido Miranda»

<sup>78</sup> FREITAS, Bernardino José de Senna — *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes Escriptos extrahidos e recopilados de diferentes Archivos assim de obras raras, como de manuscritos ainda ineditos e descripção de Pedras Inscriptõaes*, tomo 3. Braga, Imprensa Catholica, 1890, p. 215.

<sup>79</sup> Figura muito controversa, mesmo entre os miguelistas. Data de 21 de Março de 1827 um officio assinado pelo Marquês de Chaves (General em Chefe do Exército Rea-

res decididos, e da sua confiança: os quaes elle armou e municiou, e sob suas ordens patrulhava, prestando em seu serviço grandes serviços»<sup>80</sup>. Houve, contudo, quem não pensasse, assim, explodindo a certa altura uma intensa opposição contra a existência destas «patrulhas». As autoridades militares intimaram o Padre Braga a depôr as armas, mas como a situação era crítica, o clima de guerra permanente e todas as armas eram poucas para dominar o medo e assustar a morte, esse franciscano guerrilheiro voltou a ser aceite pelos realistas mais cordatos, permitindo-se-lhe que auxiliasse o referido Batalhão.

Este corpo «para-militar» comemorou em 26 de Outubro, o aniversário natalício de D. Miguel — talvez a última manifestação solene da «miguelofilia» de Braga durante o reinado respectivo. O Paço Arquiepiscopal foi iluminado externa e internamente e o régio retrato fora colocado numa das suas salas. Revestiram as escadas exteriores de acesso com ramada verde, havendo lampiões espaçados, «que illuminavam todos os logares por onde se passava»<sup>81</sup>. Sena Freitas prossegue dizendo:

Como cortejo ao regio retrato, que estava ricamente collocado debaixo d'um docel; os que entravam n'esta sala, entra-

---

lista Português e Presidente do Governo Provisional), Manuel Velho da Cunha, Caetano de Melo da Gama Araújo e Azevedo e José Monteiro Guedes Mourão, dirigido ao Intendente da Polícia de Zamora, no qual se pede castigo para «criminosos e escandalosos comportamentos, como hé o de hum Frade Franciscano Portuguez chamado o Padre Braga que incompetentemente se intitulla capellaõ mor do Governo, sem titulo Legitimo, andando nesa cidade e entre o mesmo Exercito Realista n'hum trage tal e praticando aççoens taõ indesentes que não só desacredita a sua Religiaõ e todo o Estado Ecclesiastico, mas taõbem escandalizaõ a todos os bons Portugueses e espanhoens acrescente mais andar este mesmo Padre disseminando entre os Soldados noticias falças e invectivas para os indusir à insubordinaçaõ, desobediencia, indisciplina, e mesmo ao motim». Perante esta grave situação rogaram a «V. Sra. queira fazer separar d'entre elle este perturbador do Socego, boa ordem e disciplina do mesmo Exercito, fazendo-o recolher emediatamente a hum Convento da sua Ordem, onde possa satisfazer aos Sanctos deveres da Religiaõ que Proffessou ...».

<sup>80</sup> FREITAS, Bernardino José de Senna — *ob. cit.*, p. 215-216.

Num tom condescendentes acrescentou:

«A confiança que mereceu esta cohorte patriotica, que soube impor à cidade respeito, fez com que muitos cidadãos a ella se aggregassem, para o socebo publico, e em defeza da propriedade particular.

E por isso que, crescendo consideravelmente o seu numero, parte d'ella estava sem armas; então o general Valente, (que commandava a pequena fôrça aqui estacionada), mandou-lhe distribuir algum armamento e municiou-a» (cf. *id.* — *ibid.*, p. 216.

<sup>81</sup> *Id.* — *ibid.*, p. 217.

vam por uma porta e saíam por outra, a fim de se evitar a confusão, e manter-se a devida ordem.

Uma guarda d'honra, do batalhão ecclesiastico, foi ali postada, fazendo sentinellas nas portas das entradas, e onde pareçêra mais conveniente.

Correu a cortina ao real retrato, para começar o cortejo, o commandante do batalhão ecclesiastico, o Conego José Firmino da Cunha Reis, acompanhado por toda a officialidade ecclesiastica do mesmo corpo<sup>82</sup>.

O fervor religioso e miguelista destes homens não foi, porém, sufficiente para evitar o previsível descalabro da Causa ... Com efeito, o tempo a galope iria trazer a derrota do «seu Rei», escrita com sangue e lágrimas na Convenção de Évora Monte — golpe violento, mas ainda não fatal para a sobrevivência do miguelismo.

Um pouco por todo o lado e em Braga necessariamente a Contra-Revolução «moderada» começou, de imediato, a traçar uma sinuosa e insinuante trajectória, cuja análise é indispensável para se perceber as graves vicissitudes do Liberalismo português. Quanto à miguelista conseguirá uma surpreendente sobrevivência na capital do Minho, o que constitui matéria de enorme interesse a explorar num outro estudo da série aqui iniciada.

6. Como conclusão a este trabalho — pequena parcela de uma pesquisa em curso — passo a enumerar alguns tópicos essenciais, que basearão ulteriores elucidações.

- 1.º Quando se parte de um pressuposto intuído, como acontece na presente pesquisa, parece-me razoável, que a sua demonstração passe pela via da análise do «événementiel», projectado num conjunto de fontes — lacunares todas elas e que vão dos Acordãos de Câmara às notas avulsas e curiosas achadas, por acaso, num baú do sótão de uma qualquer casa particular. Os resultados decorrentes da aplicação de uma tal metodologia podem ser — a avaliar por esta amostra — interessantes e úteis. Pormenorizando, direi que o mito de D. Miguel foi genialmente captado por Oliveira Martins e a partir de então ficou a guar-

---

<sup>82</sup> Id. — *ibid.*, p. 217.

dar um exame subtil. Tentei fazê-lo, descrevendo e comentando um conjunto de factos (cronológica e geograficamente circunscritos) em que ele emerge com nitidez, mediante práticas diversas: cerimónias de carácter religioso (missas, te deum, procissões, etc.), actos oficiais revestidos da máxima solenidade (autos lavrados em sessões extraordinárias de Câmara, envio de deputados às Côrtes ou à presença do rei para felicitá-lo, recepções sumptuosas ao monarca...) e «fabulações inconográficas» (o forte impacto do retrato régio no imaginário popular). Um primeiro resultado parece-me estar à vista: ficou algo «clara e distinta» a componente messiânica do mito miguelista (numa versão ortodoxa da vivência católica).

- 2.º O ensaio da hipótese, acima formulada, no pequeno mas fascinante laboratório da realidade local não exclui, antes implica o salto complementar para a hermenêutica de um tipo específico de fontes (textos poéticos, sermões, partituras e imagens), situadas no âmbito nacional.
- 3.º Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, Maria Alexandre Lousada, Nuno Gonçalo Monteiro e Antonio Monteiro Cardoso<sup>33</sup> têm chamado a atenção em alguns dos seus trabalhos para o miguelismo popular (1826-1850), visto a partir da análise da movimentação camponesa, dos tumultos e revoltas sociais, do complexo fenómeno das guerrilhas, da crise sócio-económica do «regime senhorial», da natureza da revolução da Maria da Fonte, etc.

---

<sup>33</sup> Vide: CARDOSO, António Monteiro — *O Miguelismo e o Movimento Camponês. Algumas Questões a propósito da Guerrilha do Remexido*. «História & Crítica», Lisboa (8) Fev. 1982, p. 60-62; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo — *Formas de mobilização popular no liberalismo — o «cisma dos monacos» e a questão dos enterros nas igrejas*, in «O Liberalismo na Península Ibérica...», 2.º vol., ob. cit., p. 161-168; LOUSADA, Maria Alexandre e MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)*, in *ibid.*, p. 169-181; MACHADO, António do Canto e CARDOSO, António Monteiro — *A Guerrilha do Remexido*, col. Estudos e Documentos, 175. Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhorial na Comarca de Alcobaça (1820-1824)*. «Ler História», Lisboa (4) 1985, p. 31-87 e SÁ, Maria de Fátima — *A Guerrilha do Remexido*. António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso. Publicações Europa-América, Lisboa (1981), 218 páginas «Ler História», Lisboa (1) Jan.-Abr. 1983, p. 134-136.

Embora aceitando o indiscutível valor historiográfico desta perspectiva, sustento que os resultados entretanto obtidos só adquirem um sentido pleno e profundo quando interseccionados com a pesquisa do mito, que não envereda (como aquela) pela mera averiguação sociológica do fenómeno, antes procura chegar aos seus fundamentos psicossociais e culturais.

Braga, Maio/Junho 87

## APÊNDICE

### Manuscritos (\*)

1. (Fl. 1) Cópia que diz fora achada no spolio, ou costura do Visconde de Monte-Alegre, aprehido pelas tropas dos Generaes portuguezes na invasão que o dito Visconde com o Marquez de Chaves fizeraõ na Provincia do Minho, nos primeiros mezes do anno de 1827.

Senhora. Aos Reaes Pés de Vossa Magestade Imperial tem a honra de prostrar-se o Visconde de Monte-Alegre, que ousou primeiro levantar o brado, e proclamar os inauferiveis direitos de El-Rei D. Miguel 1º Meu Senhor Augusto Filho de Vossa Magestade, tendo em igual consideração a indisputável justiça com que para Vossa Magestade Imperial deviaõ devolver-se as redeas do Governo, como unica legal Regente destes reinos, durante a ausencia de sua Magestade foi na íntima convicção destes principios, que emquanto tive a gloria de reunir os feis officiais e soldados do Regimento 24 comuniquei com meu irmão o Visconde de Villa Garcia, sobre esta inalteravel resolução, e desde logo me transportei com elles ao territorio de Sua Magestade Catholica, Augusto Irmaõ de Vossa Magestade, a cuja Real Munificencia, e nunca assaz admirada generosidade, sempre serei sempre devedor, com toda a Divisaõ, dos mais assignalados beneficios depois que quazi por espaço de hum mez gostosamente forneci, e sustentei à minha custa aquele corpo.

---

(\*) Os textos deste grupo, tal como os inseridos em estudos anteriores, foram transcritos segundo o espírito das chamadas edições críticas. Pormenorizando, atente-se no seguinte:

- a) a mudança de folha no texto original é devidamente assinalada na transcrição entre parêntesis curvos e abertura de parágrafo;
- b) desenvolvimento das abreviaturas;
- c) conservaram-se as maiúsculas iniciais, apenas nas palavras precedidas pelos pontos final e de interrogação, e nos nomes próprios de indivíduos, topónimos e de instituições, corpos militares, divisões administrativas, títulos, cargos, certas expressões reverenciais (geralmente apostas a «Vossa Magestade») e meses;
- d) separaram-se as palavras que escritas juntas tem um sentido diferente do texto e vice-versa;
- e) introduziu-se o hífen nas conjugações pronominais e reflexas, e
- f) o y nicial, intermédio e final foi vertido em j ou i consoante o seu valor na palavra salvo nas frases em castelhano.

Ahi tive tambem a singular honra de beijar a Sua Real Mãe e as das Serenissimas Senhoras, Princesa da Beira, e Infante de Hespanha, Augustas Filhas de Vossa Magestade, sendo por essa occasião superiormente insinuado pela primeira, que tomasse o commando em segundo, e reputasse como General em Chefe a meu sobrinho Marquez de Chaves, por ser essa a soberana vontade de Sua Magestade Catholica, a que obedeci, sem nenhuma hesitação; entretanto trabalhava o Visconde de Villa Garcia em Portugal de perfeito accordo com migo a engrossar o partido realista, e desenvolver o espirito dos povos a favor de tão sagrada, como legitima causa, e conseguindo o seu fim, e o de alguns subsidios para a tropa, partio a reunir-se-nos, chegando ao territorio hespanhol no dia 23 de Outubro, tive emfim a grande gloria de obter no mez de Novembro a permissaõ

(Fl. 1v.) de sahirnos para este reino, e chegando a pizar o dezejado solo portuguez para fazer fructuosa a causa da verdadeira, e unica legitimidade em 22 do dito mez, que prenoitamos, em Monfreita, armados, e municidados, e na seguinte manhã sobre huma marcha de mais de tres legoas, deo-se a mais desapiedada batalha à Divisaõ de Valdez, e guardriçaõ de Bragança, berço tutelar da dynastia do nosso adorado Rei, que apezar das mais renhidas disputas dobrou ao valor realista, e foi encerrar-se no castello, aonde sustentando-se ate o dia 26, entregou-se prizioneiro, salvas unicamente as vidas, e bagagens pertencentes à propriedade dos officaes. Coroados assim pelo deos das victorias os esforços das tropas realistas, apezar de occuparem a Província de Traz-os-Montes as duas Divisões constitucionaes do commando de Correia de Mello, e do Brigadeiro Claudino. Com a rapidez da ellectricidade se pronunciou toda a Província de huma, e outra extremidade, a favor da boa, e sagrada causa, e successivamente foi aclamado em toda ella o Senhor D. Miguel 1º por legitimo Rei, e Senhor Nosso, e Vossa Magestade como seu Lugar Tenente Regente destes reinos durante sua ausencia, e cujo juramento assisti com o dito meu irmaõ como Vice-Prezidente do Governo Supremo Provisional, em muitas villas, e em outras se procedeo de ordem sua illibadas sempre as justiças, e substituidas por outras de sentimentos realistas, segundo me permitiraõ as circumstancias. Permita-me Vossa Magestade, que satisfazendo ao dever do meu zêlo, e verdade, chame Sua Real Atençaõ sobre o dito Marquez de Chaves, que tendo há muito desvairado da razã, e perdido aquella porçaõ intellectual com que Deos mais, ou menos o dotara, foi sempre para a Divisaõ hum Chefe nominal e as ordens do dia apenas lhe mostravaõ à vontade de seu tio o Visconde de Canellas. Como porem esta prezidencia em hum systema coberto, e pouco decifravel apresentasse vehementes indicios de compromter a Divisaõ por meio de planos mal concebidos, e peor executados, desprezando a verdadeira marcha.

(Fl. 2) pelas alturas de Barrozo, direitos à Provincia do Minho, e entrando no Porto, entranhou-se na de Traz-os-Montes em vez de atacar em separado as Divisões inimigas, para o que teve a melhor oportunidade entre Carrazedo, e o Franco se ordenasse o movimento dado meu commando pela estrada de Santa Maria de Emes, e desse à sua o da estrada de Zebres, em vez de retirar-se para Murça, como fez, deixando assim de cortar o General Mello, que estava em Carrazedo, distante trez legoas de Passos, e de Lamas, onde emtãõ se achavaõ as nossas Divisões, retirou-se para Villa Real, perseguido da Divisaõ de Claudino,

que foi fortificar-se em Amarante, enquanto a Divisão de Mello o fazia por Villa Pouca para a Ponte do Cavez, ao qual segui com a minha Divisão até Villa Pouca, d'onde officiei ao dito Visconde de Canellas, que fizesse o ataque a Claudino, sobre Amarante, enquanto eu hia ataca-lo pela retaguarda, dirigindo por Salto à margem direita do Tamega, e esperando sua resposta desde a dez e meia horas da noite de 7 de Dezembro, ate depois das duas da tarde do dia 8, nem ao menos se dignou responder-me; outros eraõ, Senhora, os seus sinistros intentos, que inculcando-me dividir o Exercito, passava a segunda Divisão para a Província da Beira, para deixar cortada a primeira do meu commando. Para evitar tão triste acontecimento, puz-me em marcha nesse dia às dez horas, fui unir-me a Villa Real com a dita segunda Divisaõ, aonde cheguei no dia 9, por nove e meia horas da manhã, e só depois das 4 da tarde pude obter delle a resposta daquelle officio, cuja proposta aprovava, quando ja era inexequível ate porque ja muito de antemaõ tinha destacado para Lamego hum Esquaudraõ de Cavalaria, decubrio-se entaõ, que as vistas do Canellas eraõ mais tendentes ao fim de salvar aos seus proximos parentes de Lamego, e Província da Beira (talvez de acordo com as suas ideas para remover a scena final de 1823) esta desconfiança prendeo a toda a officialidade, do Exercito, e o

(Fl. 2v.) o obrigou a sendo provado pelo mesmo Visconde que nos imputava faltas que elle não só commetera, a que o demittissem, de Ajudante General, fazendo-o retirar para Canellas, entaõ tomando eu o commando, resolvi entrar na Provincia do Minho, e fiz marchar o Exercito ate á margem esquerda do Tamega, junto d'Amarante, aonde pondo-me em contacto com os povos da margem direita, estava predisposto a surpresa das tropas inimigas para o dia em que novas intrigas suscitadas no Quartel General do Marquez de Chaves me obrigarão a huma marcha extemporanea, nocturna, e precipitada, desde ali ate Lamego na noite do dia 17 para 18 de Dezembro, e ali tornou à scena o dito Visconde de Canellas, e pondo-se de novo em contracto com o Visconde da Varzea, a quem chama filho, por ser cazado com sua sobrinha direita, sendo elle mesmo seu primo direito, e a quem dotou para cazamento; depois de tentarem, como efficaamente tirar-me o commando do Exercito por meio da sublevação da tropa, e desviada por Deos esta desgraça ordenarão por fim a marcha sobre mim com o intento de se juntarem com as Divisões de Magessi, e Telles Jordaõ.

Chegados áquella cidade, começaram de engrossar o seu partido convidando para elle o Visconde de Molellos, que commissionarão para hir falar, e entende-se com o dito Magessi, e Jordaõ, depois partindo sobre a estrada de Celorico, e encontrando-se na povoação de S. Paio no dia 29 do mez passado, fui nessa noite conferenciar em Celorico com todos os officiaes Generaes, e desde entaõ tornou ao exercicio de Ajudante de Ordens o dito Visconde de Canellas, ficando a cargo dos Viscondes da Varzea, e Molellos o plano das operações de campanha, como se o Visconde de Canellas não fosse bastante para nos paralisar, ou o esteja de mãos dadas para salvar individuos de conducta, mais, ou menos suspeita, porem Real Senhora, o que tenho por sem duvida, he termos consumido tempo, e sem ganharmos terreno com que adiantemos a nossa Santa causa, entretanto, que perdemos a opiniaõ, e adhesaõ dos povos, que, ou se debelita, ou desamparada, de máo grado se

(Fl. 3) revella. Estes malles, que a Vossa Magestade haõ-de merecer a mais sublime consideração, tem grande parte a sua origem na inacção forçada em que o Visconde de Canellas tem posto o Governo Supremo Provisional, a quem naõ só desobedece, mas tendo-o instalado em Bragança, jurado, e reconhecido em 28 de Novembro poucos dias depois, fazendo-se superior ao supremo de seu motu proprio, o declarou dissolvido! Deste modo o constitue elle Visconde arbito irresistivel da futura sorte do Exercito realista. O respeitoso amor, que consagro ao meu legitimo soberano, e a Vossa Magestade Imperial, e à minha consternada patria, tendo-me decidido a salva-la, ou acabar com ella ao passo, que acredita a pureza do meu zelo, faz-me tambem persuadir da necessidade levar ao Real Conhecimento de Vossa Magestade estas verdades nada distantes de Sua Alta Sabedoria, e ponderação, lembrando a Vossa Magestade a necessidade de Suas Reaes Providencias, e que porventura na conservação daquelle Governo instalado, e reconhecido em Bragança livre a salvação da causa em que nos comprometemos, sendo elle authorisado por Vossa Magestade, naõ só para o accordo nas futuras opperações, e arbitrio para meios de subsistencia de tropa, mas tambem para debellar, e remover a intriga. Vossa Magestade Imperial porem mandará o que for servida. A preciosa Vida de Vossa Magestade Imperial guarde Deos muitos annos, como havemos mister. = Quartel General da Ponte do Abbade. 6 de Janeiro de 1827 — Aos Pes de Vossa Magestade Imperial e Real = beija Sua Augusta Maõ = o Visconde de Monte-Alegre.

(A.D.B., Sala dos Mss.: Pequenos Núcleos Documentais/Portugal no Séc. XIX — Lutas Politicas, doc. 3)

2. (Fl. 1) Illustrissimo e Reverendissimo Senhor

A Junta do Governo Provizorio deste reino de Portugal, em nome de Sua Magestade o Senhor Rey Dom Miguel Primeiro, Nosso Senhor, tendo na mais alta, e distincta concideração a fidelidade, e patriotismo com que Vossa Senhoria se tem distinguido nas diferentes epochas da anarquia, em favor da justa cauza que deffendemos, a nossa sancta religião, e a legitimidade do trono, segundo as primordiais, e fundamentais leys da nossa monarquia e a toda a sua corporação, que em beneficio de taõ sagrada, e justa cauza queira concorrer com quanto lhe fór possivel para a manutenção do Exercito realista portuguez, que se acha em circumstancias de precizaõ pelas grandes marchas, privaçoens, e fadigas, que tem soffrido o que espera da generosidade de Vossa Senhoria; dirigindo-se a este Governo com suas participaçoes.

E Deos guarde a Vossa Senhoria. Braga no Passo do Governo no 1º de Fevereiro de 1827

Marquez de Chaves General em Chefe do Exercito realista

(Fl. 1v.) Manoel Velho da Cunha, Joze Monteiro Guedes Mouraõ Caetano de Mello da Gama de Araujo e Azevedo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Cabbido Primas

(A.D.B., Sala dos Mss.: Pequenos Núcleos Documentais/Portugal no Séc. XIX — Lutas Politicas, doc. 8)

3. [Fl. 1] A Madre D. Catharina Fortunata de Jesus, D. Abbadessa deste Convento de Nossa Senhora dos Remedios, Piedade, e Madre de Deos, desta cidade de Braga, da immediata obediencia da Santa Se Apostolica, Sede Archiepiscopal Vacante, e mais Religiosas do governo d'elle abaixo assignadas. A todos os Senhores, a quem o conhecimento desta pertencer.

Attestamos, que o Reverendo Joaõ Teixeira Leite, Abbade da Parochial Igreja de Saõ Payo do Pico de Regallados, Comarca de Vianna, deste Arcebispado, pela occasiaõ em que esta Communiãde mandou cantar hum solenne = Te Deum Laudamus =, em presença do Sanctissimo Sacramento, em acçaõ de graças, dirigidas a Deos Nosso Senhor, logo que este reyno ficou livre dos rebeldes de 16 de Mayo do presente anno orou na mesma festividade, a que assistiraõ o Serenissimo Senhor Principe d'Hesse, o Excellentissimo Senhor D. Alvaro, Governador das Armas desta Provincia do Minho, e mais officiaes dos corpos realistas, e levou a toda a luz da evidencia no mesmo discurso, a legitimidade de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Dom Miguel 1º ao throno portuguez; e o muito que a Providencia Divina vigiava sobre o mesmo Senhor, para completa ventura dos portuguezes. E outrossim attestamos, que nas mais apuradas crizes, em que este reyno se tem achado, sempre se tem mostrado, por factos, e palavras, hum decidido realista; e por isso odiado do partido constitucional, com quem nunca transigio, até ao ponto de não querer hir assistir para o dito seu Beneficio até a feliz chegada de Sua Magestade a este reyno, apezar de estar de posse do mesmo quinze mezes antes, a fim de evitar as grandes intrigas que haviaõ no Concelho do Pico de Regalados; @ e so homens malevolos poderaõ denegrir a sua reputação, e dizer cousas em desabafos da sua conduta politica, ou moral; pois gosa da melhor opiniaõ em toda esta cidade, e em toda a parte em que tem assistido.

E para constar aonde convier fizemos passar a presente, que vai por nos assignada, e sellada com o sello deste Convento. Braga, e Convento de Nossa Senhora dos Remedios della etc.

@ e somente homens malevolos, e de pessimos costumes, acostumados a jurar falso, poderaõ dizer algũa cousa em desabono de sua conducta politica, ou moral; pots gosa da melhor oppiniaõ em toda esta cidade, e em toda a parte que tem assistido. E para constar aonde convenha, lhe fazemos passar a presente, que vai por nos assignada, e sellada com o sello desta Comunidade, Convento de Nossa Senhora dos Remedios de Braga 15 Dezembro de 1828.

[Fl. 1v.] Illustrissimo Senhor Caetano Ignacio Barbosa

E do meu maiorr respeito, e veneraçã. Hei-de estimar que Vossa Senhoria gose mil venturas, e juntamente a Excellentissima Senhora D. Antonia, a quem espero me faça recomendada. Como Religiosa que sou, me incumbe a caridade o fallar a favor da verdade, e desmascarar a intriga. Sim: o Abbade do Pico de Regallados Joaõ Teixeira Leite, muito antes de hir ao concurso do Pico, haverá cinco annos, vinha sempre dizer missa a esta nossa Igreja, incumbi-lhe vários sermoens, que aqui pregou; foi ao concurso da Igreja do Pico, em que foi provido pelo Excelentissimo Primaz, sendo ainda vivo obteve confirmação Apos-

tolica e empossou-se da dita Igreja; e algumas vezes arguindo-o eu de não rezidir, respondia-me; que enquanto aquella terra do Pico existia em anarquia, que nada queria della; e somente depois que o Senhor D. Miguel se recolheu a este reyno, então he que foi rezidir, mediando entre a sua posse, e a sua residencia material bons quinze mezes. Expulsos que foraõ os rebeldes deste reyno, e existindo ainda aqui o Senhor Príncipe d'Hesse, e o Raymundo, e o actual General, fizemos cantar na nossa Igreja hum te deum, para assistencia do qual foraõ foi Sua Alteza convidado, o General, o Raymundo, prestando-se todos, acompanhados de toda a officialidade de parte do Exercito realista, que ainda aqui existia. Para fazer mais pomposa esta solemnidade, que foi premeditada de vespera, incumbio-se elle prégar; o que executou, com todo o primor da arte, e do engenho: da arte, valendo-se de toda a eloquencia, que a retorica lhe subministrava; porque tinha sido Professor della nesta cidade: do engenho, mostrando que somente ao Senhor D. Miguel era a quem competia reinar em Portugal, pela razaõ do Senhor D. Pedro ter renunciado á coroa de Portugal, constituindo-se Imperador do Brazil independente; e que a Divina Providencia o tinha preservado de tantos perigos, para felicidade nossa: e sendo Sua Alteza, o General, e seu Estado Mayor, e o Raymundo convidados para no fim da função virem a grade, como vieraõ, tomar chá; aqui mesmo mereceu a todos os mayores elogios, chegando-lhe a dizer; que tinhaõ ouvido nesta cidade alguns discursos sobre este objecto; nenhum dezemvolvêra esta materia melhor do que elle. Em alguns sermoens, que anteriormente tinha pregado nesta nossa Igreja, e em outras desta mesma, nos seus discursos, sempre atacou o filoso-fismo moderno athe ao ponto de ser notado como esturrado realista [seguem-se cinco linhas e meia rasuradas]

(Fl. 2) realista. Por isso rogo a Vossa Senhoria encarecidamente o favor de tomar em consideração o que levo referido, e a grande intriga daquella terra quando haja de pronunciar a devassa de rebellias a que foi ultimamente emcom-bido a fim de não ficar pronunciado o dito Abbade. @ a este obzequio o terei sempre na mais alta estima. Tenho a honra de ser e me assignar etc. @ e sendo preciso documentar o seu despacho, invio a attestaçãõ incluza, assignada por mim e pelas Religiosas do governo deste meu Convento: e este obzequi etc.

Dom Miguel

(A.D.B., Fundo Monástico-Conventual, F 561, doc. 2398)

4. (Fl. 1) Noticias de Portugal

Tendo-se acabado com o systema constitucional no anno de 1828, que começado em 1817, em Lisboa teve mau fim, e depois no Porto em 24 d'Agosto de 1820, durando ate 24 de Mayo de 1823, tornou acima em Março, 1826 (com a morte de D. João 6º) dorou atte 1828, e aqui findada com a chegada do Senhor D. Miguel a estes reinos, vindo do seu degredo consentido por seu pai D. João 6º.; que enganadamente lavrou o decreto do desterro para Vienna de Austria, houve paz por alguns annos ainda que com perca de algũa gente realista na Ilha 3a. on-

(Fl. 1v.) onde se achava refugiada a tropa constitucional comandada por General Saldanha, Conde de Villa Flor, Marques de Loulé e outros, na qual Ilha ficou o irmão de D. Alvaro da Costa, que hoje está na Ilha da Madeira e muitos soldados prezos, e mortos.

Os constitucionaes fizeraõ dessa Ilha algumas partidas para Portugal contra D. Miguel maz tudo frustrado, menos a entrada que fizeraõ em Lisboa em 11 de Julho de 1831 (quando chegou D. Pedro á Ilha 3a.) por composiçaõ levaraõ milhoiãs de dinheiro, e a Es-

(Fl. 2) Noticias do reino, e de minha caza  
cobertor 2880 = meza do chá 960 coberta de tufos 7 palmos 3369 = cama  
2400 =

Esquadra realista, e foraõ 2a. vez para a Ilha 3a., porem ficou forjada a guerra, porque o Senhor D. Miguel não lhes perdou como elles pertendiaõ... Em Novembro de 1831, tendo havido grandissima factura de soldados voluntarios, Milicias e Linha sahiraõ todos estes de sua patria a fortificar as costas de mar em Vianna, Povia de Varzim, e Villa do Conde etc., sendo todo o Exercito portuguez de 80, a cem milhoiãs

(Fl. 2v.) Noticias do reino e de minha caza  
seis cadeiras de couro 2000 = trez varas de tomentos ou estopa para acabar o enxergaõ = 600 soccos = 280. Feitio do enxergaõ à morterna feito por Custodeo de traz do muro = alarme = quer dizer confusaõ, terror.

sahiraõ os constitucionaes da Ilha 3a. no mez de Junho de 1832, e em 17 dias chegaraõ sobre o Porto (acompanhando-os, D. Pedro, que tinha chegado à Ilha em Abril do ditto anno).

Dispararaõ muito fogo, e desembarcou em Azurara hum Plenepontenciario com embaixada ao Bisconde de Santa Marta actual General dos realistas dezendo da parte de D. Pedro, que queria entrar, e recebendo má

(F. 3) rabecca uzada, mas estrangeira em 1833 = 1200 hua cazaca preta de bom pano 3400. Huma calça do mesmo maz pano mais de laia em 2a. maõ de Jose Mendes da da porta a villa de Guimaraes = 400 =

resposta do Brigadeiro Cardozo, que ahi se achava, fes-se ao mar, porem desembarcaraõ no Porto domingo 9 de Julho de 1832 com 9 mil homens, e ahi fizeraõ grandissimo recrutamento, não perdoando a toda a clace de pessoas, e se entrixeiraraõ fortissimamente por consentimento dos falsarios da parte dos realistas, pois hé certo estarem pometidos a D. Pedro 20 Coroneis realistas, com seus soldados e mais equipagem de guerra.

(Fl. 3v.) Noticias do reino de manha caza  
papelaria = quatro guardanapos a 125, em 18/2 34 — 500

.....  
 Tendo entrado no Porto, vieraõ a Braga em Agosto seguinte atte 18 p. m. eam(?) 180 atete 1000, homens, onde entraraõ sem opozição pois estando ahí o Visconde d'Monte-Alegre se retirou para o Carvalho d'Este e nessa cidade fizeraõ vários destroços maiormente nos conventos.

Neste tempo houve levante em Basto, e Fafe a favor da constituição e foraõ unir-se a Braga acompanhando os constitucionaes de Braga para o Porto no fim de Julho do dito anno de 1832, por officio que todos receberaõ de D. Pedro, que ficara no Porto, estavaõ(?) os realistas.

(Fl. 4) So hum fiel, Teles Jordaõ, que foi morrer ao sul do Tejo em Cacilhas em 25 de Julho de 1833.

.....  
 Realistas que se vinhaõ juntando de todas as partes em roda do Porto.

Daqui sahio D. Pedro atte Penafiel combatter os poucos realistas que ahí se achavaõ, porem depois de varias batalhas fugiraõ para o Porto, onde se entrixeiraraõ, e nunca mais sahiraõ fóra em hum anno inteiro. Sofreraõ ahí sitiados muita fome — galinhas 6400, frangos 3200 = arratel d'unto 1400 raza de paõ 4800, arratel de carne 200. Morreraõ muita familias com fome, e outras pannadas por naõ ter que dar, aos filhos e aos idosos.

Por todo este anno de 1832 heraõ em chafe varios Generaes realistas, Povoas, Gaspar Teixeira, Santa Marta, Guedes, e outros e todos se julgaraõ falços, por darem batalhas grandes maiormente em 29 de Oitubro do ditto anno, em Oitubro do mesmo anno.....

(Fl. 4v.) [Em 24 de Março e Abril de 1833] E todas estas com infelicidade, apezar, de vir de Lisboa Telles Jordaõ, em lugar de Gaspar Teixeira que foi mandado para Lisboa por ter prendido a hum soldado que deu a norma de tapar a barra do Porto com artilharia contra os constitucionaes, signal, que elle Gaspar o era tambem e muito revelde para com os realistas.

Em vista de tais falcidades d'Lisboa sahio o Senhor D. Miguel juntamente com as suas manas D. Izabel Maria, e

(Fl. 5) D. Maria de Assumpsaõ, em 8 de Oitubro do ditto anno de 1832, entrando o Paço de Braga em 1 de Nobembro do ditto anno.

Daqui foi ao Senhor do 'Monte, aos Frades da Falperra, a Tibaens e S. Cosme do Valle, e sobindo a hum penedo, se assignou o dia em que o fez com letras de ouro sobre o mesmo penedo.

Nestes tempos houveraõ batalhas contra o Porto havendo trinxeira fortes de ambas as partes porem sempre contra nós.

(Fl. 5v.) Veio a Guimaraes a 20 de Março de 1833, foi aos Quarteis, á Senhora de Oliveira etc, e somente se demorou hũa hora, e sahindo desta villa, retirou-se de Braga com as Manas, e mãi do leite D. Francisca, e foraõ para Coimbra o conhado D. Carlos de Espanha com D. Maria Thereza irmã e' o filho desta D. Sebastiaõ da ditta Hespanha, ahí se demorou alguns dias e deixando lá esta assembléa veio animar, o Exercito realista ao pé do Porto, e se

(Fl. 6) aquartellou no Paço de Leça do Balio da parte de cá do Porto para o nascente.

No mes de Julho 16 = de 1833 se perdeo a Esquadra realista nas mãos dos constitucionaes, e em 24 do ditto entrou D. Pedro [elle em 28] em Lisboa

[a sua tropa, 2500] ahi [matarão Telles Jordaõ e fugio to Duque com 5000] deixando tropa no Porto, cuja deu deu hum combate em 25 de Julho em que ficou victoriosa contra os realistas, e os fez retirar atte Amarante. Dahi vieraõ para Guimaraes todos os realistas da guerra, entrando em Guimaraes em Guimaraes em 23 de Agosto de 1833.

(Fl. 6v.) Sahio o Senhor D. Miguel do Paço de Leça para Lisboa contra D. Pedro irmão em 5 de Agosto de 1833.

(\*) Bateo-se com D. Pedro em Lisboa em 5 de Setembro do ditto anno, onde houve perca gravissima de gente d'ambas as partes, e nada se descedio.

A tropa que em Guimaraes sahio em 9 de Setembro, porque emquanto estiveraõ em Guimaraes se perdeo a maior peça de guerra [Paulo Cordeiro] dos realistas cuja pezava 100 quintaes a ditto perca em 29 de Agosto, e conduzida ao Porto, com mais 9 de bom calibre = cuja tropa realista ficou por Villa Nova de Famalicaõ, Santo Tirso etc. Esta atacou o Porto em domingo 1 de Dezembro, e mattou o Coronel do no. 10, que comandava aos do Porto, e outros muito officiaes e tropa, porem tornaraõ aos pontos.

(Fl. 7) Em Lisboa houve ataque grande em 10-11- e 12 de Outubro que fez retirar os realistas atte Santarem, com tal dezordem, que D. Miguel chegou a commandar o Exercito, e ter maõ nos soldados que não fugissem, porem mesmo assim a Cavalaria de Chaves prindeo 40 malhados, alem dos mortos e feridos, que seriaõ de 400 ate 600, entrando nesta conta muitos Lanceiros de Cavalaria; pararaõ ahi...

Tem continuado os ataques em que os realistas tem tido algumas vantagens com perca de pente, maz sem retirar.

No Algarve o General Lemos tem feito grandes vantagens, tirando-lhe muita artilharias, e armas, e mais equipagem de guerra.

Em 23 de Setembro de 1833 entrou em Lisboa a filha de D. Pedro D. Maria da Gloria, com sua madrastra e filha desta, D. Maria Amélia, e lhe fizeraõ. (Fl. 7v.) e lhe fizeraõ os lisbonenses grandes festas, e intaõ recebeu o Conde Saldanha o titulo de General em Cheffe, e ella D. Maria deo beijamaõ a toda a tropa malhada, nos mesmos fortes onde estavaõ defendendo Lisboa do assalto dos realistas que estavaõ ao redor de Lisboa como tinhaõ estado ao redor do Porto.

Nessa cidade de Lisboa foraõ impressos 1760 avisos, ou artigos para leis do reino. Em 29 de Setembro do ditto morreo D. Fernando 7 de Hespanha cazado 3a. com Maria Christina de Borbon, sobrinha do ditto, em 1829 deixando-a Governadora do reino, e tutora da única filha herdeira de idade 2 annos e nome D. Izabel 2a. cujo testamento fez em 10 de Junho de 1830. (Fl. 8) Perdeo-se a villa de Óbidos [e com saque] onde estava hum dos Generaes francezes que tinhaõ vindo socorrer a D. Miguel em Julho do ditto, sendo o maior delles o Conde de Bourmont, cujo vendo mau fio ás couzas realistas estando na villa de Lumiar ao pé de Lisboa çafou-se na companhia de D. Caro-

---

(\*) Mudança de letra: caligrafia mais certa e condensada.

<sup>1</sup> MacDonald.

A prosa é tosca e repleta de erros, o que afecta profundamente a admejada intelligibilidade.

los da Hespanha, para Cordova villa portugueza mui proxima a Hespanha; veio para lugar deste hum General inglez chamado Lacdnau (1), mas este tambem foi baixado, como todos os mais officiaes realistas que nada fizeraõ.

O Capitaõ de Cavallaria 3 Francisco Lacerda, escrevendo primeiro huma carta em 2 de Setembro ao Conde Saldanha, foi-lhe respondida, e se entregou na villa da Moitta com sua Companhia entrada pellas 11 da noite em 3 de Outubro de 1833 e ahi abraçados pelo Saldanha, Marques de Loulé Cappitaõ de Cavallaria de D. Pedro, e por Mariano Joze Barrozo e Guimaraes Coronel de n. 15 do ditto D. Pedro.

Perdeo-se a cidade de Leiria nas mãos dos malhados em Janeiro de 1834 = sahiraõ os constitucionaes da cidade do Porto com 5000 homens contando 200 cavalloõs e peças e de pé, em 25 de Março de 1834, combateraõ os realistas em Santo Tirso, onde o Mendonça ferio gravemente ao Major filho do general Almer, e mataraõ 2 Frades por lhe dar fogo, e fizeraõ retirar toda a tropa realista por Guimaraes atte Amarante; e aqui chegaraõ os constitucionaes, a esta vila 3a. feira quinta pela hua e meia da tarde 27 de Março 1834 = (Fl. 8v.) Era General 6. o Baraõ Torres

De Guimaraes mandaraõ para Braga 3000 homens para dahi fazer fugir ao General Raimundo Joze Pinheiro, em 28 de Março do ditto como tambem Justiça em Guimaraes = Juiz de Fora Joaquim Joze Cardoso e Gama = Governador Alexandre Marcelino Maia e Brito =

Aqui nesta villa se fez recrutamento, e se entregaraõ varios, realistas, bem como o Brigadeiro Raivozo, e outros.

Sahiraõ os constitucionaes para Penafiel contra o Brigadeiro Cardozo domingo de Pascoa 30 de Março = retirou-se o Cardozo para Amarante com Lanceiros e mais tropa, seriaõ ao todo 4 ou 5 mil, tendo no lugar de Margaride, e Lixa hũa forte batalha com os constitucionaes libertadores fazendo retirar antes por 2, ou 3 vezes havendo estrago de parte a parte =

Passou o ditto Cardozo a Ponte de Amarante, onde se entrixeirou, como tambem os liberais, cujos romperaõ a ponte a 11 de Abril, seguindo o Cardozo e tomando Lamego, Bragança, e outras mais terras, opondo-se-lhes somente algumas guerrilhas; maz como commandou esta tropa o Villa Flor, que veio para o lugar do Veraõ do Pico do Celeiro, por isso tem posto tudo em cabacos, soltando prezos constitucionaes todos, e outras couzas que se veraõ. Chegou o Villa Flor, Duque da Ilha 3a. a tomar todo o reino, o que

(Fl. 9) o Marques Saldanha deu fim, e acabou com toda a tropa realista ou caipira no dia 27 de Maio na cidade de Eborá, fazendo largar as armas, e mais equipagens de guerra bem como 14 Esquadroens de Cavallaria miguelista 31 peças de callibre 12 atte 4, e outras couzas mais.

D, Miguel chamado atte aqui Rei de Portugal, estava a ponto de ser prisioneiro e por composiçaõ foi obrigado a embarcar para Inglaterra, no Porto de Sines do Algarve para mais naõ tornar a Portugal, e à Hespanha em cujo porto entrou no 1º de Junho, no meio dos maiores emproperios, e caquadas chamando-lhe tiranno e verdugo de Portugal; tanto assim que logo que se vio livre do povo dentro no navio dice = Irra? Cuidei de naõ me ver livre de tal historia. Desta sorte se çafou tirando-lhe D. Pedro 60 contos annuaes, e 27 companheiros dos grandes, e alguns 30 criados, dizendo por ul-

(Fl. 9v.) ultimo á desgraçada tropa, que os seguio, que lhe ficava muito obrigado, mas como as naçoins o obrigavaõ a hir-se, que lá se lembraria com ellogios, de semelhante tropa fiel... E com isto lhe pagou deixando-a desgraçada no ultimo ponto, cuja tropa chegou a pontos de desesperar, e com muita razãõ quebrando armas e queimando 70 ou mais carros, polvoras, etc. D. Izabel Maria naõ querendo hir com D. Miguel, entrou em Lisboa no dia 5 de Junho de 1834 = D. Carlos de Hespanha fez o mesmo embarcando no porto de Aldea Gallega em razãõ de pertencer a coroa de Hespanha, ficando a Rainha de Hespanha obrigada a trata-llo (como cunhado, e de bom nascimento) nas naçoins estrangeiras com a decencia devida a sua pessoa, maz naõ tornando mais á Hespanha, nem a Portugal, como aconteceu a D. Miguel Infante...

Lavrou-se hum decreto para extinguir todos os Frades em 3 de Maio de 1834 = e foraõ lançados todos fora dos Conventos, e tirado o habito em 8 de Julho de 1834

[rubrica ilegivel]

(A.D.B., Sala de Mss.: espécie ainda não catalogada).

5 (Fl. 20v.) Auto da Camara

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos trinta, e hum aos nove dias do mes de Setembro do dito anno nesta cidade de Braga Paço do Conselho e salla da camara ahí sendo juntos em camara extraordinaria, e expontania o Prezidente, vereadores o Excellentissimo Governador das Armas da Província Visconde de Santa Martha, Vigario Capitular do Arcebispado Chefes dos Corpos Melitares, e mais Authoridades Cevis, e Ecleziasticas, por todos manimamente foi assentado, que se deregise à Rial Prezença de Sua Magestade a representaçaõ seguinte = Senhor, A camara, Clero, Nobreza, e Povo da sempre lial cidade de Braga, e seu termo congregado em (Fl. 2.) em sessão extraordinária espontanea com Prezidencia do Dezembarador Corregedor da Comarca pede licença a Vossa Magestade para expor submissamente o seguinte.

Que he notorio pelos papeis publicos ter chegado d'Europa o Senhor Dom Pedro de Alcantara Imperador do Brazil, depois de forçado por subditos reveldes a abdicar a coroa daquelle imperio, dando talvez com sua chegada motivo a renovação de pretextos, ou intentos de perturbar a legitima ordem de couzas, de Governo, e suceção de Vossa Magestade na coroa destes reinos, decedida e confirmada pelos Tres Estados da Nação nas legitimas cortes de honze de Julho de mil oitocentos vinte, e oito; e tendo a experiencia mostrado, que este Principe por mais de uma vês se tem deixado fascinar por chemicas thevrias ao ponto de servir de instromento às horriveis maquinaçoens das seitas, que incansavelmente procurão anarchizar todos os Estados para levar a cabo o atroz, jurado projecto da instituição total do trono, e do altar por isso he natural e vehemente a prezunção.

(l. 21v.) a prezunção e o receio de que o genio da revolução queria ajudar-se da cooperação do Imperador, com a mira principal de abalar ao menos a estabilidade do trono de Vossa Magestade, e a tranquillidade destes reinos, que lhe he devida.

Nesta ocasião pois toca ao fiel povo portuguez fazer constar ao mundo inteiro, e do modo mais solemne, a firmeza de seus primeiros sentimentos, vontade e decizão, tomada, e repeti-la altamente huma, e mil vezes para que não possa ser ignorada, nem perfidamente interpretada a favor de injustas e extemporaneas pertençoens, e a este fim a referida Camara Clero, Nobreza, e Povo por si, e em nome dos habitantes do destrito, que reprezente vai reiteradamente protestar na prezença de Deos e dos homens contra qualguer pertenção que ouze levantar-se, ou sustentar-se em prejuizo das legaes decizoens proferidas a pró de Vossa Magestade no Assento dos Tres Estados precitado Tribunal unico, abaixo de Deos, que reconhecem legitimo os portuguezes para ventilar, e decedir em

(Fl. 22) em materia de suceção de seus soberanos.

Ao mesmo tempo, Senhor, a Camara supradicta, e mais reprezentes seguindo o trilho sempre uzado pelos fieis portuguezes em epochas de apuro, ou anciadade poem sem rezerva à disposiço de Vossa Magestade, suas vidas, e fazenda, para que tudo seja empregado, quando cumpra, em defeza dos sagrados direitos de Vossa Magestade, e da independencia, e degnidade nacional, e supplicação por fim a graça de que seja publicada na Gazeta do Governo esta fiel expreção de sua lialdade: Deos guarde a Vossa Magestade, como a nação dezeja e hà mister; e eu Feliciãno Joze da Cunha Escrivão da Camara o escrevi.

[Seguem-se 1366 assinaturas]

(Arquivo Municipal de Braga, no. 66, fls. 20v-43v.)

6. (Fl. 95) Auto de Camara

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e dous aos trinta de Outubro do dito anno nesta cidade de Braga Paço do Conselho della e sala da Camara ahi sendo juntos em auto de Camara extraordinaria os Veriadores orocurador do Conselho a que prezidio o Doutor Antonio Saraiva da Costa Pereira de Refoios Fidalgo da Caza Real Juis de Fora do Civel, nesta cidade e seu termo etc. E por elle convocada a fim de se tornarem as providencias e darem as necessarias despoziçoens para se fazerem por esta Camara todas as demonstraçoens de regozijo que premetir a brevidade do tempo e ainda alem das forças da mesma Camara para a entrada de El Rei Nosso Senhor e Serenissimas Senhoras Infantas por ter constado, que Sua Magestade tenciona entrar nesta dita cidade ao primeiro do proximo mes de Novembro por cuja razaõ fazendo esta Camara todo o exforço, e attendendo ao curto espaço de tempo, dezejando todos os seus membros dar hũa publica demonstraço da satisfacaõ, e regozijo, que lhes

(Fl. 95v.) lhes cabe juntamente com os ill digo com todos os habitantes desta cidade, que todas as ocaçoens tem sempre mostrado os seus puros sentimentos de realeza e a sua inhabalavel fedilidade ao millhor dos soberanos o Senhor Dom Miguel Primeiro, pelo que unanimemente acordaõ o seguinte

Que a Camara hira incorporada esperar Sua Magestade fora das portas da cidade, e que fazendo lhe ahi os seus cortejos lhe entregariaõ as chaves da cidade e lhe pedirã a graça de beijar Sua Rial Maõ, e que vindo depois ao

citio aonde se achase o illustrissimo Cabido ahi tomaria as varas do pallio athe a entrada da Sè Primaz, aonde deixando as varas do pallio ao Illustrissimo Cabido tomaria as suas para assistir no seu lugar ao Te Deum laudamus acompanhando depois Sua Magestade athe ao Paço aonde a Camara esperará as suas reais ordens, e que para prehencher o numero de todas as varas do palio se convocará por carta do Prezidente o Superintendente das Alfandegas desta Provincia e o Provedor desta Comarca digo e o Provedor da Comarca de Guimaraens, e Contador desta, que

(Fl. 96) que ambos presentemente se achão rezidentes nesta cidade unidos a Comissã Mista.

Que se levante hum Arco triumphal aparatozo, e rico a entrada da cidade junto à Igreja de Maxeminos, que deverà ter huma legenda apropriada a este grande acontecimento.

Que se arme e aderese com toda a decencia e possivel riqueza, o arco da Porta Nova da cidade por onde Sua Magestade tem de tranzitar, e que o Procurador da Camara indicará as defrentes pessoats, e corporaçoes, que perdem fazer outros semelhantes arcos os citios adaptados para elles.

Que se luminase vistozamente com o maior numero de luzes possivel o Paço do Conselho com o retrato de Sua Magestade e iluminado em trasparente, e todos os emblemas apropriados a taõ grande monarca, e a sua entrada nesta cidade.

Que logo, que Sua Magestade seja avistado à entrada da cidade huma grande girandola de foguetes anuncia aos bracarenses esta fausta nova, sendo lançada outra girandola dellas no solemne acto da entrega das chaves da cidade, e huma terceira ao sahir Sua Magestade da Sé para o Paço

(Fl. 96v.) o Paço, sendo todo este fogo lançado no Largo do Paço do Conselho em frente delle dados os competentes sinais por dipersos fugemtorios.

Que se ascenderia por tres noites sucessivas a illuminaçã do Paço do Conselho lançando-se huma girandola de foguetes em cada huma dellas ao aparecer o retrato de Sua Magestade, sendo o resto das noites prehenchido com fogo do ar, e com tudo o mais que fosse possivel.

Que para cobrir toda esta despeza será necessario que a Camara contraia hum augmento de emprestimo conforme o que vir que he indispensavelmente necessario: E para de tudo assim constar, mandaráo fazer este autto que todos assignaraõ, e eu Feliciano Joze da Cunha Escirvaõ do Senado da Camara o escrevi.

Saraiva Alpuim Fontes Vilhena Coutinho Santos

(Arquivo Municipal de Braga, Livro dos Acordãos da Câmara, 2831-1832, no. 66, fls. 95-96v.)

7. (Fl. 96v.), Termo de Camara

Aos nove dias do mes de Novembro de mi oitocentos trinta e dous annos nesta cidade de Braga Paço do Conselho della e sala da Camara hi sendo juntos em acto de Camara os Veriadores

(Fl. 97) os Vereadores o Procurador do Conselho a que prezidio o Doutor Antonio Saraiva da Costa Pereira de Refoios Fidalgo da Caza Rial Juis de Fora

do Cível desta mesma por elle dito Menistro foi preposto, que sendo a vida, e conservação de Sua Magestade o Senhor Dom Miguel Primeiro muito necessaria para o bem publico de todo o Estado, e por isso o mais ardente voto de todos os bons, e fieis portuguezes, prepunha por iso, que esta Camara deregise ao mesmo Augusto Senhor hua humilde representaçã em que esta Camara lhe supplicasse que Sua Magestade houvese por bem não expôr aos riscos da guerra sua precioza, e enteressantissima vida renovando ao mesmo tempo os protestos da sua fedelidade, amor, e vasalagem: e logo por todos foi unanimamente acordado, que se deregise a representaçã do theor seguinte = Senhor. A Camara da cidade de Braga, que em todas as ocaziõens tem sempre dado as mais decezivas provas de fedilidade à Rial Pessoa de Vossa Magestade, não pode deixar de renovar aos pès do throno de Vossa Magestade os seus constantes, e mais puros protestos de amor, e vassalagem a Rial Pessoa de Vossas Magestade na prezente ocaziã em que tem a inapreciavel ventura de se achar Vossa Magestade nesta mesma cidade, offerecendo decidida, e gostozamente em seu

(Fl. 97v.) em seu nome, e de todo o Povo que reprezenta suas vidas, e fazendas para a conservaçã, e defeza dos inauferviveis direitos de Vossa Magestade ao throno de seus augustos antepassados, protestando, à face da Europa e do Mundo, contra a mais injusta das aggreoens que portuguezes desgnerados com alguns estrangeiros assalariados, e perdidos na sua mesma patria, atozmente intentaraõ contra estes reinos, mas que o fedelidade portugueza ajudada com o auxilio da Devina Providencia, ha-de exterminar em breve porque não pode faltar a promessa de Jezuz Christo Senhor Nosso feita ao invicto fundador desta monarchia no campo de Ourique. Conhecendo porem esta Camara quanto a precioza vida de Vossa Magestade he essencialmente preciza para o bem publico do Estado e de tantos mihares de Portuguezes, que fielmente tem servido, e servem a Vossa Magestade, e que della depende o bem estar e felizes destinos de hum reino inteiro, e considerando que o natural, e conhecido valor de Vossa Magestade pode no momento do perigo, levado de zello pelo bem de seus fieis vassallos, ser entã superior à notoriat prudencia, que fã humas das grandes virtudes de Vossa Magestade: He por estes mui ponderozos motivos, que esta

(Fl. 98) que esta Camara, com o mais profundo acatamento supplica humildemente a Vossa Magestade, que haja a bem não expôr sua precioza vida aos riscos de guerra, podendo esta Camara certificar a Vossa Magestade que o mais ardente voto, que os bons, e fieis portuguezes derigem ao Omnipotente Deos, he a conservaçã da vida de Vossa Magestade, da qual depende a felicidade de Portugal, prezente e futuro. Confia a Camara que Vossa Magestade se dignará tomar em consideraçã esta nossa submissa representaçã =

E mais acordaraõ que se despachassem os requerimentos que a este fim appareceraõ e eu Feliciano José da Cunha Escrivão da Camara o escrevi Saratva Alpuim Fonseca Vilhena Coutinho Santos

(Arquivo Municipal de Braga, Livro dos Acordãos da Camara, 1831-1832, no. 6 , fls. 96v.- 98)

## Impressos

8. Descrição da Entrada d'El-Rei, Nosso Senhor, o Senhor D. Miguel I., na Cidade de Braga em o 1º de Novembro de 1832, composta e offerecida ao Mesmo Augusto Senhor por Francisco Jeronymo da Silva, Bacharel-formado em Canones pela Universidade de Coimbra, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1832, Com Licença da Real Comissão de Censura.

(v. da capa) Esta Descrição ha mais tempo teria saído à luz publica, se não houvesse ocorrido o transtorno de ser remetido a Lisboa, por engano de Correo, a carta que trazia o MS., e vinha dirigida a Coimbra.

(Pág. 3) Dedicatoria a El-Rei, Nosso Senhor

Né, che poco io Vi dia, da imputar sono,  
Che quanto io posso dar, tutto Vi dono.

ARIOSTO.

Se, quando ao pè de nòs troveja Marte,  
Do Genio a voz erguer è permittido,  
Do Teu Ingresso em Braga, ò Rei querido,  
A tosca descripção ousou offerter-Te.

Sei que nella não ha engenho e arte,  
Mas também, ò Senhor, eu não duvido,  
Que, para que lhe dê benigno ouvido,  
Basta a minha affeição nella mostrar-Te.

Se Te importa quem sou, sou da Terceira,  
E ha mūito que transpus o mar immenso,  
Por vir trilhar das Letras a carreira.

Mas, quando o lar deixei, a que pertenco,  
Nem sonhei co'a ventura lisongeira  
De vir ainda um dia a dar-Te incenso.

(Pàg 5) Il régne dans tous les coeurs; chacun, bien loin de vouloir son dè-  
faire, craint de le perdre, et donneroit sa vie por lui.

FENELON.

A Cidade de Braga acaba e ter a ventura e receber nos seus braços o seu amavel Soberano, o Senhor D. MIGUEL I. Poucos dias antes deste extraordinario acontecimento, a prudencia humana estava mūito longe de o poder prever. O actual abatimento desta Cidade, a longa distancia, que a separa da Capital, e, mais que tudo, o desgosto, a que a tinhamo affeito quasi tres seculos, durante os quaes

(Pàs. 6) nenhum dos seus Reis a tinha visitado; tudo isto contribuía para que ninguém se persuadisse de que ella teria a dita de ver dentro de seus muros Aquelle Mesmo, a Quem teve o denodo de acclamar em um tempo, em que a maior parte dos bons Portuguezes já poucas, ou nenhuma esperanças nutrião de que estafasse a cadea, que O retinha, como encantado, nas margens do Danubio A Providencia porêm, que nunca faz derramar uma lagriama, que não determine ao mesmo tempo os meios de a enxugar, resolveo conduzir ao seio dos Bracarenses o Títo da Nação, para por este meio compensar o trance doloroso, por que estes ainda ha poucos mezes passãrão, quando, para escapar aos seus inimigos, se virão na dura necessidade de abandonar os seus lares. O dia pri-

(Pág. 7) meiro de Novembro de 1832 foi aquelle, em que El-Rei, Nosso Senhor, alegrou e honrou a Cidade de Braga com a Sua Augusta Presença. Desde o anno de 1755 achava-se este dia na posse de magoar o coração com as mais lastimosas recordações. Uma das Cidades mais bellas da Europa, em grande parte prostrada por um violento abalo que sò pareceo suspender os seus estragos para entregar o resto à voracidade do fogo, tal era o quadro terrível, que este dia, d'anno em anno, costumava avivar na memoria dos homens. Mas de hoje em diante, ao menos para os habitantes de Braga, a prescrição destas lembranças luctuosas vai ser interrompida pelas do espectáculo festivo, que a mesma Cidade appresentou neste dia memoravel. Os vindouros Bracarenses nunca poderão passar por

(Pág. 8) este dia, sem que penetrados da mais viva saudade, rompão nestas, ou em similhantes expressões: «Faz hoje tantos annos, que nossos pais a escrever esta pequena memoria. Nada pois terão de que me arguir os prebeijãrão a Mão ao seu Augusto Monarcha, e Lhe derão a prova real do seu amor e fidelidade. Sejamos pois gratos à sua memoria; e, «pois que isso nos não è possivel de outro modo, amanhã ajoelhados sobre as suas sepulturas, paguemos-hes com «as nossas lagrimas e orações o legado glorioso, que «elles nos deixarão.» E com o fim de excitar estes e outros iguaes pensamentos no espirito d'aquelles que depois de nós vierem, que eu me resolvo sentes, a quem eu, ainda quando me sentisse com outras forças, nunca teria o arrojo de offerecer a desmaiada

(Pág. 9) copia da scena mais viva e brilhante, que eu e elles temos presenciado.

Desde o principio de Outubro sabia-se em Braga, que El-Rei, Nosso Senhor tinha tomado a heoica resolução de deixar a Capital, e vi apparecer ao seu Exercito. Mas que Este Senhor Se dirigia primeiramente à Cidade mais leal do selo Portuguez, só constou aos habitantes da mesma Cidade seis, ou sete dias antes e è de notar, que esta nova não tinha um cunho tal de veracidade, que não padecesse mūitas e mūi fortes impugnações ate quasi as vespervas do primeiro de Novembro. Esta incerteza porêm, longe de afrouxar o espirito publico, pelo contrario não fez mais do que dar-lhe maior realce. As artes acordãrão do lethargo, em que se achavão: não houve artifice, ou armador, que não

(Pág. 10) fosse chamado, e até rogado para ir trabalhar nos preparativos da entrada. Desde a Igreja de S. Pedro de Maximinos até à Galeria do Paço não se ouvia outra coisa mais, que o estrondo confuso dos ferros de monte,

das serras e dos martellos. Ao ver a rapidez, com que os trabalhos progredião, dir-se-ia, que uma espécie de magica operava todos estes effeitos. N'um tão curto intervalo não só se não pôde fazer mais, mas até custa a conceber como se fosse fazer tanto. Concertarão-se as calçadas; calarão-se as casas das ruas, por onde El-Rei tinha de passar; preparou-se e armou-se o Paço, que, alem de indecente, se achava em grande parte inhabitavel; levantãrão-se em fim uns poucos de arcos triumphaes, dos quaes uns prendião a attenção por engraçados labores de murta sobre

(Pág. 11) campo branco, e outros pelas ricas e mimosas sedas, com que se achavão forrados. Erguia-se o primeiro destes arcos no sitio chamado da Cruz da Pedra, sitio onde a tradição, apoiada na historia, diz que fôra em tempos antigos o Amphitheatro Bracarense, Erguia-se o segundo arco à entrada da Campo das Hortas, ao nivel das casas do Vigario Capitular, o qual, por falta de tempo, o não pôde concluir, senão depois do dia da entrada d'El-Rei, Nosso Senhor. O terceiro arco era o mesmo da Porta-Nova, no qual competia a riqueza das telas com o gosto da armação. Na travessa dos Açougues-Velhos» estavam o quarto e quinto, um à entrada e outro à saída. Em fim o ultimo de todos ficava defronte da Misericórdia, e em cousa nenhuma desdizia do brio e generosi-

(Pág. 12) dade dos Commerçiantes da terra, que à sua custa o mandãrão levantar. Mas já è tempo de mover a penna para differente objecto.

Desde as duas horas da tarde do dia da entrada, as ruas, por onde El-Rei tinha de transitar, começarão a povoar-se de gente de todas as classes, sexos e idades. Por onde quer que o observador movesse os passos, encontrava-se com espectaculos, qual delles mais curioso. Aqui se lhe apresentava, louca de contente, uma velha camponeza com seu enorme adereço de ouro ao peito. Alli saía-lhe ao encontro o fidalgo da aldea, envolvido na gothica hereditaria casaca. Acolà arrastava-se afadigado um venerando velho, levando n'uma das mãos o bordão, a que se arrimava, e com a outra pegando na do inocente e balucian-

(Pág. 13) te neto. Mais adiante offerencia-se o tocante passo de dous individuos, que, estreitamente abraçados, se congratulavão um ao outro do motivo, que aqui de tão longe os fizera concorrer, e lhes dera occasião de matar saudades, as quaes já datavão de uma epocha remota. Se no meio das ruas tanto havia que notar, de que modo me deverei eu expremir a respeito das janellas? O que eu nellas observei, è mais obra de pincel, que de penna, a qual, por mais que se apure, não pôde debuxar, nem a variedade das colchas, que pendião das janellas, nem a diversidade das galas, atavios e attitudes das damas, que as guarnecião. O pincel pois que tire as copias de cada um destes quadros, e a penna que se encarregue simplesmente de por baxo das mesmas declarar, que, se acaso elles não pren-

(Pág. 14) dêrão exclusivamente a vista, foi porque uma força occulta a arrastava de continuo para o sitio, em que devia apontar o Objecto da publica expectação. Mas a tarde ia passando, e Este não acabava de apparecer. O Visconde de Monte-Alegre tinha já partido ha muito a encontrar-se com Elle. O mesmo tinhão feito o Corregedor da Cidade, e outras pessoas distinctas. Os postilhões, que succedião uns aos outros, dizião todos à uma: Elle està

ahi a chegar. A estropeada, que elles fazião ao longe, dava algumas vezes occasião a falsos rebates. Então nas ruas e janellas tudo se punha em movimento. Nas ruas, a gente, que por ellas estava derramada, debandava para os lados, e se formava em duas alas. Nas janellas apinhavão-se as figuras, extendião-se as cabeças, desdobravão-se os lenços,

(Pág. 15) e desfolhavão-se as rosas, que devião cair em borbotões sobre a frente do Monarcha. Mas, quando a explosão da alegria publica já ia a retumbar, de repente desmentia-se o boato, desvanecia-se a illusão, e os animos voltavão de novo ao estado antecedente. Assim se revezãrão o alvoroço e a impaciencia, atè que em fim o dia desapareceo, e a noite sobreveio. Começou-se então a illuminar a Cidade, e a desenrolar-se uma vista, que, não sendo tão distincta como a do dia, era com tudo mais pintoresca, e atè mais capaz de excitar o enthusiasmo. Os papeis colorados, que envolvião as luzes, se por um lado assombravão as feições e os gestos dos espectadores, por outro lado davão azo a que a imaginação se accendesse, e substituísse aos defeitos

da realidade as bellezas da ficção.

(Pág. 16) Pouco mais de uma hora teria durado esta visita, quando o estrepito das bestas, os estalos das girandolas, e os clamores do povo annunciãrão ao longe, que o Rei dos Portuguezes já vinha entrando na Colonia dos Gregos, na Chancellaria dos Romanos, na Côrte dos Suevos, n'uma palavra, em Braga. Quatro espadas nuas precedião o Soberano. Apòs d'Este e do Seu Estado-Maior marchava uma guarda de trinta cavallos. Seguião-se depois duas liteiras, em uma das quaes vinha a Serenissima Senhora Infanta, D. MARIA DA ASSUMPÇÃO (a). A Nobreza Bracarense, montada a cavallo, rematava o cortejo. Com esta ordem veio El-Rei caminhando atè o Cruzeiro das

---

(\*) A Serenissima Senhora D. ISABEL MARIA tinha ficado muito atraz por incommodo de saude.

(Pág. 17) Hortas, onde a Camera e o seu Presidente desde o principio da tarde O estavão aguardando. Foi alli que se lhe appresentãrão as chaves da Cidade, cousa que (ao menos que eu saiba) ainda se não tinha feito a nenhum Rei Portuguez. Tendo recebido e guardado estas chaves, El-Rei proseguio a Sua marcha, e tomando a Porta-Nova, entrou na rua, a que em outros tempos se deo o nome de Sousa. Que maravilhoso espectaculo foi então o desta rua! Talvez que desde que a abriu a incançavel mão de D. Diogo de Sousa, ainda atè hoje não tenha appresentado nenhum outro espectaculo, que hombrêe com este. As impressões do ouvido e da vista erão tão fortes e tão numerosas, que a alma não sabia qual destas duas devesse primeiro acudir. No ouvido retinião simultaneamente as aclamações populares.

(Pág. 18) o repique dos sinos, o ruido dos projectis, e o estampido dos morteiros. O caudaloso rio de gente, que inundava a rua, o movimento rapido de duas fileiras de lenços. as serpentes de fogo, que os foguetes ao subir imprimião nos ares, as nuvens de rosas, que ao clarão dos mesmos se vião descer, taes erão os diversos objectos, que, dando a um tempo na vista do observador, o enlevavão de tal modo que o Ceo como que lhe parecia retratado na Terra.

Este espectáculo sò teve um defeito, — passar tão de pressa. Poucos minutos terião decorrido, e já o Monarcha Se achava ao pè da Cathedral, onde os sentimentos de Religião encaminhãrão os Seus passos. Apenas Se apeou, os Conegos, que O estavam esperando, O recebêrão debaxo do pallio, e O conduzirão em direitura à Capella do Sacramento. Ao entrar nesta Capella, a Magestade

(Pàg. 19) Humana Se prostou diante da Divina; e o mesmo fizerão todos os assistentes, em quanto soavão no recinto do Templo os accentos do hymno Te Deum laudamus. Da Capella do Sacramento dirigio-Se El-Rei para a Capella-Maior, onde Se Lhe foi reunir Sua Augusta Irmã, a Senhora D. MARIA DA ASSUMPÇÃO. Cantou-se então a Ladainha de Nossa Senhora, à qual ambos Elles asistirão do modo mais edificante. Que ideas tocantes e sublimes se Lhes não offerecerião naquelle momento? O Templo, em que Elles acabavão de entrar, era fundado sobre as ruinas de um Templo pagão. Á direita da entrada, como para Os avisar de que a Morte nem ao menos respeita a meninice dos Reis, erguia-se o mausoleo de D. AFFONSO, aqui fallecido na primavera da vida (a)

(a) Este D. AFFONSO era o primogenito d'El-Rei D. JOÃO I.

(Pàg. 20) No corpo da Igreja descansavão os ossos de Martim de Freitas, o defensor de SANCHO II. Nas Capellas do cruzeiro existião as veneraveis reliquias de S. Pedro de Rates, e de S. Martinho de Dume. Passando à Capella-Mòr, a Cadeira, que os dous Augustos Irmãos vião à Sua esquerda, era a mesma em que se tinhão sentado Bartholomeu dos Martyres e Caetano Brandão. O pavimento, sobre que Elles estavam ajoelhados, cobria os restos mortaes de muitos e mui respeitaveis Prelados, alguns dos quaes se ião entroncar na Sua mesma Família. Em fim ficavão-lhes defronte os tumulos, onde repousarão as cinzas de HENRIQUE e THEREZA, Seus illustres Progenitores. Esta ultima lembrança, só por si, era capaz de aquecer a imaginação mais fria. A'quele, a quem ella ocorresse, facilmente se lhe poderia figurar, que

(Pàg. 21) HENRIQUE e sua consorte se reanimavão; e que ao verem diante de si um Neto seu, tão benemerito do Altar e da Patria, saltavão fòra dos tumulos, e corrião a abraçar-se com Elle. Mas insensivelmente o calor do enthusiasmo me ia desviando do meu assumpto. De novo pois dirigirei a penna para elle, deixando ao homem pensardor as serias e profundas reflexões, a que similhantes lembranças poderião conduzir.

Acabada que foi a Ladainha, El-Rei saíu da Sè, metteo na liteira a Sua Augusta Irmã, e fazendo uma inclinação de cabeça a todos os circumstantes, montou de novo a cavallo, e partio para o Paço. Renovou-se então o mesmo espectáculo, que já acima fica descripto, e que sò se differençou daquelle em ser ainda mais passageiro. Com effeito dalli a pouco já El-

(Pàg. 22) Rei Se tinha recolhido ao Paço, onde o povo innumeravel, que O seguia, não podendo entrar com Elle, desafogou ao menos parte da sua saudade em rondar até alta noite em torno do Real Aposento, e em reforçar os seus continuos vivas ao vulto mais confuso, que por entre as vidraças das janellas se podia divisar. Errante pelo meio deste povo, eu então mais uma vez tive lugar de reconhecer por um lado a vontade nacional, e por outro a inconsequencia daquelles, que, proclamando em theoria o suffragio popular, com tudo na

pratica negão a legitimidade de um Soberano, a favor do Qual se ligão estreitamente a letra da Lei, e o voto da Nação. Vivamente penetrada destas ideas, a minha Musa dictou-me então a seguinte poesia, com que eu termino este escrito.

{Pàg. 23}

SONETO

Porto, se queres mais um desengano,  
Por um pouco emmudece, ouve confuso  
Os vivas espontaneos, com que o Luso  
Saúda reverente o seu Sob'rano.

Um Rei, a Quem o povo acclama ufano,  
Não è usurpador à força intruso,  
E sò algum perverso, algum illuso  
Lhe podem dar o nome de tyrano

Não usurpa quem toma o de que è dono,  
Nem pòde ser um despota insolente  
Quem sobre corações firma Seu Throno.

Tão querido è MIGUEL da Lusa Gente,  
Que. a poder evitar da morte o somno,  
Reinàra em Portugal eternamente.

9. O Infante D. Miguel

Desde muito que se vinha tramando o golpe de Estado, fazendo proclamar rei de Portugal o infante D. Miguel, logar tenente do irmão que no Rio de Janeiro gosava as delicias do seu gesto de mau portuguez.

Não foi difficil aos parciais de D. Miguel conseguir o intento pois que tinham os trunfos nas mãos.

Para dâr foros duma certa degnidade ao acto começaram por conseguir que os municipios implorassem ao infante que se proclamasse soberano destes reinos e seus dominios e depois viria o resto...

Braga, como sempre, amante do sr. D. Miguel e da sr.a D. Carlota Joaquina, colocou Se na vanguarda do movimento e enviou a seguinte mensagem: «A Camara da cidade de Braga constituida na precisão de falar a V. A. R. huma lingoagem sincera como dos leaes sentimentos dos seus Habitantes, expoem com o mais submisso acatamento a V. A. R. que o espirfto Revolucionario, que em 1823 teria levado a Nação ao seu total aniquilamento se não salvasse a dilacerar posteriormente o Solo Portuguez, alteando nelle a guerra civil, das bordas do precipicio, a Heroica resolução de V. A. R. tem continuado a entre os verdadeiros amantes do throno e do Altar, e os Sectarios das idêas desorganisadoras, que aparentando sustentar a divisa de defensores da Legitimidade do Senhor D. Pedro 4o., e observadores da carta Constitucional. São os mesmos que em 1820 proclamarão a Soberania Popular jurando derramar seu sangue em defeza della: os mesmos que em 1824 fizeram sacrificar

V. A. R. à mais execranda intriga: que em 1825 por huma politica tortuosa, fizeram sancionar a independencia do Brazil: que em 1826 arrastarão à sepultura a Victima Real, para consumarem seu plano: e finalmente os mesmos que em julho de 1827, excitarão tumultos em todo o Reyno, para arvorarem o Estandarte Republicano; não se tendo poupado às mais inauditas barbaridades, perseguições, prisões, espancamentos, palmatoadas em mulheres, e assassinatos, e tentando com horrosas profanações apagar a tocha da Verdadeira Religião, para lhe substituirem huma desmoralisação, e impiedade Universal.

Em tam urgentes circumstancias a Camara de Braga observando os symptomas ruinosos, que continuão a desenvolver-se com o apoio de Militares corrompidos, e de Magistrados adeptos dos Infernaes Clubs; Suplica a V. A. R. com a mais profunda submissão, que attendendo aos unanimes desejos dos Povos, tam evidentemente manifestados, bem como à necessidade de consolidar a tranquillidade da Nação, por tam longo tempo perturbada, Haja por bem Declarar-Se, Ligitimo Rey e Senhor deste Reyno, segundo as disposição das Leis Fundamentais da monarchia; por quanto pela desmembração do Imperio do Brazil, reconhecido Independente, e Estrangeiro, atè com representante Diplomático, veio a verificar se na Real Pessoa de V. A. R. o Direito de Suceder na Coroa Portugueza.

Com igual Submissão e respeito, implora a V. A. R. Se Digne abolir as Novas Instituições Politicas, conducentes como escala para o Democratismo, à verificação do destruidor projecto daquella Facção que em 1820 se atreveo a despojar o Augusto Trhono Portuguez, das reaes prerogativas e luzido esplendor que o fizeram respeitar nos payses mais remotos.

Instituições que a experiencia tem mostrado serem contrarias aos antigos costumes, hábitos, e foros da Nação oppostas às suas Instituições primordeaes a cuja sombra tem florescido a monarchia por quasi sete Seculos, dilatando suas Conquistas, nas quatro Partes do Mundo, com sugmento da Fé Catholica, affluencia de riquezas, e inveja das Nações Estranhas.

Braga em Camara, de 9 de Abril de 1828.

(Assignados) Jose Gabriel de Araujo Vasconcellos

Jose de Macedo Portugal Cifuentes e Louzada

João Alpuim da Silva e Menezes

João Antonio dos Santos

Alvaro Pipa

(«Diário do Minho», 21/8/1924, p. 1)

#### 10. O Infante D. Miguel

Em 9 d'Abril de 1828, como ja vemos, enviava a Camara de Braga uma mensagem ao Infante Regente D. Miguel, supplicando-lhe que se «Declarasse legitimo Rey e Senhor deste Reyno».

Como estava «previamente» combinado não se demorou a resposta.

Em 15 de Maio seguinte officava ao Juiz de Fõra e vereadoes e procurador do Senado da Camara o corregedor da Comarca Agostinho Teixeira Pereira Magalhães, enviando a «Carta Regia Convocatoria dos Tres Estados,

que vão congregar-se em Cortes que acaba de receber por via do Ex.<sup>mo</sup> Procurador da Corôa, Lucas da Silva Azevedo Coutinho, exigindo a sua imediata entrega com recibo ou certidões que hoje mesmo espero para remeter ao mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr.».

A pressa era grande.

Carta Regia

«Juiz, Vereadores, e procurador da Câmara da Cidade de Braga.

*Eu o Infante Regente vos Envio muito saudar. Para reconhecer a applicação de graves pontos de Direito Portuguez, e por este modo se restituirem a concordiat e socego publico, e poderem tomar assento, e boa direcção todos os importantes negocios do Estado. Tenho resolute celebrar Cortes nesta Cidade de Lisboa, dentro de trinta dias contados desde a data desta.*

Encomendo-vos que logo que receberdes esta Carta façais elleição na forma costumada de Procurador ou Procuradores conforme vis pertencer na forma das eleições passada, que em nome dessa Cidade venhão às Cortes, e lhes deis Procuração bastante para tractar das referidas materias, que nellas se propozerem, advertindo-lhes disponhão suas vindas de modo que sem falta se achem nesta Cidade no prazo assignado, e procurareis e fação com a menor despeza do Concelho, que for possível. Recomendando-vos que vos lembreis que em todo o tempo, principalmente no presente, convém que haja grande consideração na dita eleição, para que se faça em pessoas sem suspeita, e que pertendão sòmente o Serviço de Deos e do Throno e zelo do bem publico, *encommendo-vos muito, que se não receba voto para Procurador, que não recáhia em pessoas das principaes dessa Terra, de boa morigeração e fazenda, conforme as Reaes Disposições dos Senhores Reis destes Reinos dadas a semilhante respeito desde o principio da Monarquia. E de como se vos deu esta Carta passareis Certidão ao Procurador da Corôa que vo-la hade remeter. Escripita no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos seis de Maio de mil outocentos e vinte outo.»*

a) O Infante Regente.

Alvaro Pípa

[«Diário do Minho», 4/9/1924, p. 1]

11. Coisas memoráveis de Braga  
A Primeira Aclamação de D. Miguel I

Pouco depois do juramento da Carta Constitucional de 1826, nos extremos de Portugal — Trás-os-Montes e Algarve — se manifestou reacção armada a favor de D. Miguel, como Rei absoluto. Dominada a revolta, acalmaram-se um pouco os espíritos quando, em 3 de Julho de 1827, chegou a Lisboa o Decreto de D. Pedro outorgando a seu irmão D. Miguel a regência do Reino. O Infante D. Miguel, vindo de Viena, chegou ao Tejo no dia 22 de Fevereiro de 1828, como desejado de todos.

O seu desembarque deu, porém, motivo a irreductível divisão dos portugueses. Uma grande multidão o aclamara como Rei. Surgiu o hino do Infante, a contrapor ao hino real, havendo nas provincias largas manifestações dos desafectos ao «Colosso imoral da Constituição».

Isto deveria ter animado o Infante, para em breves dias manifestar uma intenção: nomeou novo ministério, novos Conselheiros de Estado, substituiu autoridades civis e militares, aumentou os efectivos da Polícia militar de Lisboa e Porto, dissolveu o Parlamento constitucional e, por fim, ordenou a convocação dos já esquecidos Três Estados do Reino, para decidir sobre um grave ponto de Direito Público. Deu isso causa, como é sabido, á revolução liberal do Porto, em 16 de Maio a que logo aderiu a guarnição militar de Braga.

Já foi aqui dito o que então se passou nesta cidade. Saída a guarnição, entrou o Coronel Caiola com o regimento 21, que se limitou a fazer polícia. Entretanto chegava o general D. Alvaro da Costa, que não pode assumir o comando da Divisão do Minho, para que fora nomeado, porque Caiola às ordens da Junta do Porto lho impedira, retirando para Guimarães.

O coronel das milícias de Braga fugira para a Lixa (Pág. 4) e para lá fez a convocação do seu regimento. Mas a polícia de Caiola impedia a passagem dos milicianos, que procuravam veredas ocultas e caminhos distantes e não faltaram à chamada.

Nos começos de Junho, já o General D. Álvaro concentrara em Guimarães as milícias daquela Vila, as de Braga e as de Basto, com duas companhias de infantaria 9, que haviam desertado do seu corpo. As forças reunidas em Trás-os-montes por Gaspar Teixeira, com o Corpo da Real Polícia militar do Porto, vieram desalojar os tropas constitucionais de Penafiel, acossando-as para além do Valongo. Isto obrigou a Junta do Porto a chamar o coronel Caiola, que para ali marcha com o 21. Duas companhias, porém, não o acompanham e apresentam-se ao general D. Álvaro, que imediatamente ocupou Braga, destacando uma coluna para a posição do Carvalho d'Este. Chega-lhe entretanto a notícia exacta de que o general Gaspar Teixeira, futuro Visconde de Peso da Régua, domina inteiramente a zona de Lanhoso e regressa a Braga, onde encontra o reforço das milícias de Vila do Conde e dos Arcos.

Apresentam-se-lhe muitos dos experimentados combatentes da Guerra Peninsular, a quem fora dada baixa, e que um recente decreto de D. Miguel mandava readmitir.

Dispondo de uma guarnição já respeitável, a que não faltava artilharia, o general D. Álvaro resolve fazer na Câmara Municipal a aclamação do Infante D. Miguel. O corregedor nomeado pela Junta do Porto e os mais marcados constitucionais tinham abandonado os seus cargos, retomando a vereação deposta o seu antigo lugar.

Feita a convocação para o dia 18 de Junho, nos Paços do Concelho se reuniram todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, prelados das comunidades, pessoas nobres e grande massa burguesa e populares. Com solenidade foi lido e jurado o auto de aclamação, formando-se a seguir um cortejo, com a Bandeira da Cidade à frente, seguida do retrato de D. Miguel, levado pelo Prior de S. Victor, P.e Tomaz José de Carvalho e P.e Bento José, professor-régio de Gramática Latina. Logo após, o general com todo o seu Estado-maior, as autoridades e prelados assistentes à aclamação, fechando o préstito a Câmara em Corpo de vereação. Dirigiram-se à Catedral, onde o Bispo de Carrhes, D. João José Vaz, coadjutor do falecido Arcebispo, celebrava o Te-Deum laudamus, em acção de graças. As ruas por onde passou o cortejo estavam

engalanadas e das janelas das casas, adornadas de damascos, caíam abundantes flores sobre o retrato do Desejado, ao mesmo tempo que tremulavam no ar os lenços brancos.

À noite, luminarias por toda a cidade davam a nota de regosijo pelo inesperado acontecimento.

(«Diário do Minho», 13/6/1955, p. 1 e 4)

## 12. Coisas memoráveis de Braga O Combate da Garapoa

No mesmo dia em que a Braga chegou o Príncipe de Hesse, chegara também o Manifesto com a decisão das Cortes, proclamando D. Miguel I, Rei de Portugal, A Câmara torna-o logo público por um Bando solene, que motiva grandes manifestações em frente ao Paço. Prepara-se uma vistosa iluminação e quando esta brilhava, às 10 da noite, a cavalaria de exploração atraz a notícia de que os restos da Divisão liberal chegaram à Barca da Trofa.

Pela uma hora da noite, o Coronel Raimundo pôs em movimento todas as forças de que dispunha em direcção á Falperra. Pela manhã, os reconhecimentos indicam a marcha liberal pela estrada do Porto. Raimundo desce ao seu encontro. Ao meio dia, a artilharia tinha tomado posição no monte da Forca, sobranceiro a Ferreiros, apoiada pelas companhias do 21, milícias e voluntários realistas, sob o comando do Príncipe de Hesse. O grosso da coluna, protegido pela artilharia, desenvolve-se nas devesas do lugar da Ventosa, da freguesia de Ferreiros, sob o comando de Raimundo José Pinheiro. Seriam duas da tarde daquele dia 4 de Julho, quando se avistaram as patrulhas de exploração da coluna liberal, já próximo da Misericórdia. Soam os primeiros tiros. A artilharia, regularizados que foram os parapeitos, impede a manobra da cavalaria adversária e detém a marcha do grosso da guarda avançada, que recua para além da Garapôa. Logo que chegam os batalhões de caçadores estende-se a linha de combate. Sá da Bandeira, que supõe estar a contas com o General Gaspar Teixeira, espera a artilharia. Os caçadores tentam o envolvimento. Mas o Príncipe de Hesse bate-os pela esquerda e Raimundo pela direita. Neste momento, uma bala da artilharia liberal ia dar em cheio no Príncipe. Um sargento, ágil, desvia-o com um empurrão e salva-lhe a vida. Por este feito, mais tarde, a Gazeta de Lisboa de 21 de Agosto, publica o seguinte decreto:

«Atendendo à maneira valorosa com que se comportou nos combates com os rebeldes na entrada de Braga o sargento do regimento de infantaria n.º 21, João Bernardo da Fonseca, salvando naquela ocasião a vida ao Príncipe de Hesse Darmstadt, Frederico Augusto, sou servido promovê-lo ao posto de alferes agregado à infantaria do corpo da Real Polícia da cidade do Porto.»

Era manifesta a superioridade das forças liberais, tanto em qualidade como em número, pois eram quase exclusivamente constituídas por tropas regulares. Ao fim de mais de quatro horas de combate, a artilharia miguelista é forçada a mudar a posição, retirando para o alto da Madalena, havendo já falta de munições na infantaria. Raimundo começa um fogo de retirada e deixa

livre a estrada de Braga. No campo liberal ficou morto um tenente de caçadores e mais sete soldados e bastantes feridos.

Aos miguelistas, prestou um relevante serviço uma rapariguinha de catorze anos, como observadora e informadora, (Pág. 2) conhecia o terreno e indicou com precisão todas as posições inimigas; assinalando o local do depósito das munições, e, por fim, acompanhou a retirada até à Falperra.

Ao fim de cinco horas de luta, a Divisão liberal iniciava novamente a sua marcha, entrando em Braga ao cair da noite. O brigadeiro Pizarro, temendo surpresas, deserções ou saque, atravessou Braga em direcção a Prado.

À meia noite a cidade de Braga estava em perfeito silêncio.

Ao raiar do dia, Raimundo descia da Falperra, juntamente com as avançadas de Gaspar Teixeira e de D. Álvaro da Costa, vindas de Guimarães. Imediatamente Gaspar Teixeira faz avançar o Visconde de Santa Marta, com 2.000 homens e 200 cavalos, em perseguição de Pizarro. Uma sarja aberta na Ponte de Prado retarda-lhe os movimentos.

A divisão liberal, desfalcada com contínuas deserções, já não tenta a passagem para Valença ou Melgaço e, destruindo a artilharia e a impedimenta, vai pela via romana da Geira passar a Portela do Homem e interna-se na Galiza.

Braga assiste, com vivas e músicas, á concentração das forças miguelistas de D. Álvaro, de Teixeira e do Visconde de S. João da Pesqueira, ao mesmo tempo que vê chegar numerosos grupos de fugitivos do exército liberal, que se vêm apresentar para beneficiar da amnistia concedida por D. Miguel.

Entre estes, figuram os académicos de Coimbra, os da Guarda Cívica do Porto e um grupo de soldados de cavalaria, a acompanhar 400 cavalos esfoameados, quase pele e osso.

O cabido foi ao Paço receber o Príncipe de Hesse para o acompanhar à Sé, onde realizou um solene Te Deum. O Vigário geral, de pluvial, deu-lhe o hissopo. A casa de Hesse-Darmstadt era luterana, mas o Príncipe Frederico era católico.

Finda a função religiosa, foi o Príncipe acompanhado pelo corpo da Câmara, autoridades, prelados das comunidades, nobres e muito povo, até ao Paço, estando engalanadas com colgaduras as janelas do trajecto.

Desta passagem do Príncipe Frederico por Portugal ficou um filho, que foi o ilustre Pinto Roquemont, autor dum belo retrato do bracarense D. Jerónimo da Costa Rebelo, Bispo do Porto, guardado no Museu do Bom Jesus.

Os restos da divisão liberal foram na Galiza maltratados, roubados e insultados.

Foi o triste epílogo da revolta do Porto, mais triste ainda com os célebres enforcamentos da Praça Nova.

(«Diário do Minho», 23/6/1955, p. 1 e 2)

### 13. As Cortes de D. Miguel

Cumprindo Braga, a terra tão dedicada à causa miguelista, as determinações da Carta Regia de 6 de Maio de 1828, logo no dia 16 se reuniram na Camara, sob a presidencia de José Gabriel d' Araujo, fidalgo cavaleiro da casa real e

Comendador da Ordem de Cristo, vereador mais velho e servindo de Juiz do Crime e Cível, na ausencia dos proprietarios, os eleitores dos Procuradores às Cortes geraes da Nação, que o Infante D. Miguel determinou convocar para os primeiros dias de Junho.

Para esta eleição forão convocados por Bando todos os que nela podiam intervir — Vereadores, almotacés, procuradores do concelho e os filhos destes.

Correndo o acto eleitoral verificou-se terem sido eleitos Procuradores Gonçalo Pereira da Silva e Souza Menezes, com 27 votos, e Francisco Lopes d'Azevedo Velho da Fonseca, com 24 votos.

Também obtiveram votos José de Macedo Portugal 1; José d'Alpoim 2; José Borges 1; Fernando de Magalhães 2;; Pedro da Cunha Soto-Maior 1; Antonio Luiz da Costa Pereira de Vilhena, 1; e Conde de Rio Pardo 10.

Terminada a eleição houve «as mais sinceras demonstrações de prazer, dando-se recíprocos parabens pelo respeito, concordia e boa-fé com que foi ultimada».

Resultou inutil esta eleição poque os Procuradores eleitos não tomaram parte nas Cortes geraes do Sr. D. Miguel.

A' hora em que ela se realisava nesta cidade, rebentava no Porto uma revolta militar contra as pretensões de D. Miguel e ao outro dia as tropas aquarteladas em Braga, chefiadas pelo general Hipolito, secundavam o movimento.

Levou tempo a meter os discolos na ordem e só no 1.º de Julho é que prestou juramento em Sessão da Camara, presidida por José de Macedo Portugal, o Procurador Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, recebendo a respectiva Procuração, e a igual cerimonia se procedeu em 23 do mesmo mez para o juramento e entrega da procuração ao Procurador eleito Gonçalo Pereira da Silva e Souza Menezes,

Já as Côrtes Geraes tinham reunido e proclamado Rei de Portugal o Sr. D. Miguel.

Mas, porem, forão de longada até Lisboa dizer ao seu Rei e Senhor dos motivos da sua não comparencia às Côrtes, como representantes da Braga Fiel.

Em 20 d'Agosto, obtida a Regia licença, depois de «terem a honra de beijar a Real Mão de Sua Magestade, pediram e obtiveram licença para pelo Procurador Gonçalo Pereira da Silva Souza e Menezes, ser lida a seguinte Representação»:

«Senhor: — Logo que a Camara da sempre Leal Cidade de Braga recebeu a Carta Regia, com que Vossa Magestade Se Dignou honralla, em data de 6 de Maio do corrente anno, a fim de se elegerem os Procuradores, que devião representalla em Cortes, se apressou a promover esta Eleição, que sendo feita no dia 16 do mesmo mez, nos coube a Gloria de virmos nomeados Procuradores, para sermos nas referidas Cortes o orgão, e os fieis interpretes, dos constantes, puros, fieis, e nunca interrompidos sentimentos da mais acrisolada Lealdade, que animão os Corações, não só dos Membros de que se compõe a Camara actual, que' são sem dúvida fidelissimos Vassallos de V. Mag., mas os de todos aquelles Povos, que bem decididas, e não equivocas provas tem dado, de que desde o instante do fallecimento d'El Rei o Senhor D. João VI, Augusto Pai de Vossa Mag., não reconhecem outro Rei Soberano, e Senhor Natural, se não a V. Mag., nem qualquer mingoa, ou diminuição, em seus Sagra-

dos, e inaufereveis Direitos, não admittindo se não a Soberania Absoluta, e independente, que desde o Fundador da Donarquia tem feito a ventura, e a gloria de Portugal.

Quando porém nos achavamos inundando em prazer, e jubilo pela escolha que de nós se havia feito, e que havia tido por motivo, mais que a Nobreza, que gozamos, pelo sangue que gira em nossas vênas e pelos Títulos honoríficos inherentes a nossas antigas Famílias, e illibada pureza de nossos sentimentos bem conhecida pelos Eleitores, acontece, que o desastroso acontecimento de Rebelião Militar excitada no Porto no mencionado, e para sempre desditoso, e nefando dia 16 de Maio, se estendeo no seguinte, não aos fieis Povos Bracarenses, mas à illudida Tropa alli estacionada, perturbando-se a ordem, e tranquillidade pública, e frustando-se por este meio a Eleição feita, pela impossibilidade, não da nossa marcha para esta Corte, que de mui boa vontade emphenderiamos, a travez de todos os perigos, que nos cercavão, mas sim a expedição das competentes Procurações, sem as quaes não podiamos authenticamente a habilitar-nos para o desempenho da nossa Comissão; agora porém, que nos foi possivel obter as referidas Procurações, posto que não a tempo de expressarmos no Braço dos Povos, nossos votos que são os de todos os Portuguezes, temos a honra, que muito apreciamos, de protestar na Augusta e Real Presença de V. Mag., por nós pelo Senado da Camara da Cidade de Braga, e por todos os nossos Constituintes, que estamos perfeitamente concordes com a Resolução, e Assento dos Tres Braços do estado, convocados em Cortes, sobre a questão, que só o incomparavel desinteresse, e summa delicadeza do real Animo de Vossa Magestade podia julgar controversa, ou duvidosa, sendo tão expresso, e tão claro, em nossas Leis Fundamentaes, que a Soberania Absoluta de Portugal, Algarves, e seus Dominios, se devolveo de Direito a V. Mag. no dia 10 de Maio de 1826, e que em consequencia, nullo tudo quanto desde então quanto se Legislou, por qualquer Authoridade que não fosse a unica Legitima, que só reside por Deos, e pelas mesmas Leis Fundamentaes, na Augusta, e Real Pessoa de V. Mag., sendo por isso mesmo irrita, e nulla, a denominada carta Constitucional, cujo resultado, se ella podesse vigorar, seria o abatimento do Throno, e o verdadeiro transtorno de toda a Ordem Social. Unimo-nos tambem por nós, e por nossos Constituintes à humildade, e respeitosa Suplica dirigida a V. Mag. por cada hum dos tres Estados sobre a necessidade de quanto antes Escolher huma Augusta e Real Esposa, que segurando a Successão ao Throno, o segure ao mesmo tempo na Real Descendencia de hum Soberano, que faz as delicias desta, hoje venturosa Nação.

Unimo-nos finalmente no Juramento de Preito e Homenagem, prestado a V. Mag. pelos Tres Estados, e que hoje temos a fortuna de repetir aos reaes Pés de V. Mag., Supplicando a V. Mag. Se Digne Ordenar, que esta expressão de nossos cordeaes, respeitosos, e sinceros votos, seja no real Arquivo da Torre do Tombo, unida com as nossas Procurações às Actas das proximas Cortes, para que a todo o tempo conste o ponderoso motivo, porque a ellas não podêrão assistir os Procuradores de huma Cidade sempre fiel, e que relativamente a V. Mag. e a Seus inaufereveis Direitos, patenteou, não só com lealdade mas com valor, que não lhe era necesasaria a real presença de V. Mag. a Soberania, o que provou pela Acclamação que teve a gloria de fazer

em 31 de Janeiro de 1827. Seria summamente doloroso, e desagradavel, que podesse haver hesitação sobre a fidelidade de hum povo, que sempre a tem feito apparecer, e muito principalmente à Camara actual, composta toda ella de Portuguezes, verdadeiramente dignos deste Nome, pelos testemunhos que tem constantemente dado, em favor da Causa de V. Mag, que antes deve chamar-se a causa de Deos, da Religião Catholica, e da Nação Portugueza; por todos estes ponderosos motivos, Deos a ha de sustentar, e defender, sustentando, defendendo, e guardando por dilatados annos a preciosissima vida de V. Mag., como Portugal lhe pede, e ha mister. Lisboa, 20 de Agosto de 1828.= Gonçalo Pereira da Silva de Souza e Menezes.= Francisco Lopes de Azevedo.

Concluída a Representação, que ElRei Nosso Senhor Se Dignou Ouvir, e Attender com o mais benigno acolhimento, Houve por bem Responder, que Mandava unir a dita Representação no Real Arquivo da Torre de Tombo às Actas das Cortes; que estava certo, e muito certo da Fidelidade dos Bracarenses, e que ordenava, que assim lho fizessem constar».

Alvaro Pipa

{«Diário do Minho», 2/10/1924 p. 10

#### 14. Uma mensagem

Mal constou que D. Pedro IV tinha abdicado em seu filho a corôa do Brazil e se dirigia para a Europa, Braga, a cidade devotadamente miguelista, logo se sentiu abalada nos seus profundos sentimentos de amor à causa do seu querido rei D. Miguel, correndo à Camara, no dia 9 de setembro de 1831, representada nas suas pessoas mais categorizadas pertencentes à nobreza, clero e povo.

A Camara reuniu logo em «sessão extraordinaria e expontanea» presidida pelo desembargador corregedor da comarca, Gaspar Homem Pinto de Almeida Pizarro e os vereadores Fernando Jacome de Souza Pereira de Vasconcelos, Gaspar da Costa Pereria de Vilhena Coutinho, José Maria Ribeiro Mendes e com a assistencia do governador das armas da provincia, Visconde de Santa Marta, Antonio de Araujo Vasconcelos Pereira Alvim, Juiz pela lei. D. Antonio Alexandre da Cunha Reis, Deão e Vigario capitular, José Firmino da Cunha Reis de Mota Godinho, Provisor, José Manuel, Vigario Geral do Arcebispado, Damião Pereira da Silva, José Borges Pacheco Pereira Vieira da Maia Pimentel, fidalgo cavaleiro da casa de S. M., Antonio de Vasconcelos Leite Pereira, coronel do Batalhão nos V. Realistas de Braga, José Antonio Champalimaud, José de Paiva Pereira Marinho Vasconcelos, coronel de Milicias de Braga, e muitas mais pessoas pertencentes ao exercito, clero, nobreza, magistratura, etc, ao todo 1333 que tantos são os que assinam a acta.

Depois dos discursos inflamados destas ocasiões solenes, dos vivas a S. Magestade D. Miguel I.o e à Santa Religião, leu-se uma mensagem a enviar a S. Magestade e que fielmente se transcreve, respeitando-lhe a ortografia:

«Senhor A Camara, Clero, Nobresa e Povo da Sempre Lial Cidade de Braga e seu Termo Congregado em Sessão extraordinaria expontanea com Pre-

sidencia do Desembargador Corregedor da Comarca pede Licença a Vossa Magestade para expor submissamente o Seguinte

Que he notorio pelos papeis publicos ter chegado à Europa o Senhor Dom Pedro de Alcantara Imperador do Brazil depois de forçado por subditos Reveldes a abdicar à Coroa d'aquelle Imperio, dando talvez com sua chegada motivo a Renovação de pretextos, ou intentos de perturbar a legitima Ordem e Cousas do Governo e suceção de Vossa Magestade da Coroa destes Reynos, decedida e Confirmada pelos Tres Estados dâ Nação nas Legitimas Cortes de honze de Julho de mil oito centos vinte, e oito; e tendo a experiencia mostrada, que este Precepe por mais de huma vêz se tem deixado fascinar por Chimericas theorias ao ponto de servir de instrumento às horribeis maquinaçoens das seitas, que incansavelmente procurão Anarchizar todos os Estados para levar a Cabo atroz, o jurado projecto da instinção total do Trono, e do Altar, por isso he natural e vehemente apresunção e o receio de que o Genio da Revolução queira ajudar-se da Cooperação do Imperador. Com a mira principal de o Calar ao menos a estabelidade do Trono de Vossa Magestade e a tranquillidade destes Reynos, que lhe he devida. Nesta oCasião pois tōca ao fiel Povo Portugues fazer Constar ao Mundo inteiro, e do modo mais solemne afirmeza de seus primeiros sentimentos, vontade, e decizão, tomada, eRepetita altamente huma, emil vezes para que não possa ser ignorada nem perfidamente entrepetrada a favor de injustas e extemporaneas pertençons, e aeste fim aReferida Camara, Clero, Nobreza, e Povo por si, e em nome dos Habitantes do distrito que representa vai reiterradamente protestar napresença de Deos e dos homens contra qualquer pertenção que ouze levantar-se, ou sustentar-se em prejuizo das legaes decizoens proferidas aprò de Vossa Magestade no Assento dos Tres Estados precitado Tribunal unico, abaixo de Deos, que reconhecem legitimo os Portuguezes, para ventilar edecidir em materia deduceção desseus Soberanos. Ao mesmo tempo Senhor aCamara supradita emais representantes seguindo otrilho sempre usado pelos fieis Portuguezes, em Epocas de apuro ou anciadade poem Sem Reserva à disposição de Vossa Magestade suas vidas, efazenda, para que tudo seja em pregado, quando cumpra, em defeza dos Sagrados Direitos de Vossa Magestade, eda Independencia, eDignidade Nacional esuplicão por fim a Graça de que seja publicada na Gazeta do Governo, esta fiel expressão deSua Lealdade: Deos Guarde aVossa Magestade, como aNação dezeja eha mister».

Alvaro Pipa

(«Diário do Minho», 17/7/1924)

15. O Sr. D. Miguel em Braga

Braga foi sempre dedicadissima ao Sr. D. Miguel e é rico o arquivo da Camara em documentos bem eloquentes de quanto ele era querido nesta cidade.

Ainda depois do seu exilio foi Braga uma das terras aonde mais numerosos eram os seus fieis e ainda é ha poucos annos se celebrava uma missa na capela do Hospital de S. Marcos mandada dizer pelo partido legitimista no dia do aniversario da sua morte, e que era numerosamente concorrida por distintas familias desta cidade e por muito povo.

Algumas vezes lá fui, também, acompanhar meu Pae e meu tio, dedicados em extremo ao Rei-mártir, como então eu lhes ouvia chamar.

Entrou o Sr. D. Miguel em Braga no primeiro dia do mez de Novembro de 1832 e a Camara e sua sessão de 30 de Outubro aprovou o seguinte programma da «entrada de El-Rei Nosso Senhor e Serenissimas Senhoras Infantas»:

«Que a Camara irá incorporada esperar Sua Magestade fôra das Portas da cidade e que fazendo-lhe ali os seus cortejos, se lhe entregarão as chaves da Cidade e lhe pedirá a graça de beijar a Sua Real Mão, e que vindo depois do sitio aonde se achasse o Illustrissimo Cabido ali tomaria as varas do Pallio, até à entrada da Sé Primaz, aonde deixando as varas do Pallio o Illustrissimo Cabido tomaria as suas, para assistir no seu logar ao «Te Deum Laudamus, acompanhando depois Sua Magestade até ao Paço aonde a Camara esperará as suas Reaes Ordens e que para prehencher o numero de todas as varas do Pallio se convidarão por carta do Presidente, o Superintendente das Alfandegas desta Provincia e o Provedor da Camara de Guimarães, e contador desta, que ambos presentemente se achão residentes nesta cidade unidos à Comissão Mixta.

Que se levante um Arco triunfal Aparatoso e Rico à entrada da Cidade, junto à Igreja de Maximinos, que deverá ter uma Legenda apropriada a este grande acontecimento.

Que se arme e aderesse com toda a decencia e possível riqueza o Arco da Porta Nova da Cidade por onde Sua Magestade tem de transitar, e que o Procurador desta Camara indicará às diferentes corporações que pretendam fazer outros semelhantes Arcos os sitios adotados para eles.

Que se iluminasse vistosamente com o maior numero de luzes possível o Paço do Concelho com o retrato de Sua Magestade iluminado em transparente, e todos os emblemas apropriados a tão grande Monarca e à sua entrada nesta cidade.

Que logo que Sua Magestade seja avistado à entrada da Cidade uma grande girandola de foguetes anuncie aos Bracarenses esta Fausta Nova, sendo lançada outra girandola deles no Solene Acto de entrega das chaves da Cidade, e uma terceira ao sair Sua Magestade da Sé para o Paço, sendo todo este fogo lançado no Largo do Paço do Concelho em frente dele dados os competentes sinaes por diversos fogueteiros.

Que se acenderá por tres noites sucessivas a iluminação do Paço, lançando-se uma girandola de foguetes em cada uma delas ao aparecer o retrato de Sua Magestade sendo o resto das noites prehenchidas com o fogo do ar e com tudo mais que fosse possível».

Importaram as vilhetas apresentadas pelo Procurador da Camara João Antonio dos Santos, pelas despesas feitas, em 258.715 réis, sendo 235.765 nos Arcos do Monte das Penas, e Porta Nova, iluminações do Paço do Concelho, fogo e musica e 22 950 de varas novas para os vereadores e almotacés e mais miudezas,

Em sessão de 21 de Novembro mandou a Camara que o seu tesoureiro, João Correia Lopes, pagasse as vilhetas pelas rendas do concelho.

Alvaro Pipa

(«Diário do Minho», 26/6/1924. p. 1)

## 16. O Sr. D. Miguel em Braga

Tendo nós publicado o programa dos festejos quando da estada nesta cidade do sr. D. Miguel, em 1 de novembro de 1832, não faria sentido que deixassemos no esquecimento a mensagem que a Camara lhe foi lêr no Paço arqui episcopal, aonde S. M. se achava alojado, no dia 9 do mesmo mez.

S. M. não era muito para guerras, diga-se a verdade, mas a Camara é que tinha medo de que ele mudasse de opinião e sempre lhe foi lembrar que «não expoesse a sua Preciosa Vida» da qual «depende a felicidade de Portugal, presente e futura».

«Senhor. A Camara da cidade de Braga, que em todas as ocasiões tem sempre dado as mais ecisivas provas de Fedilidade à Real Pessoa de Vossa Magestade, não pode deixar de renovar aos pés do trono de Vossa Magestade os seus constantes e mais puros protestos de Amôr e Vassalagem em a Real Pessoa de Vossa Magestade na presente ocasião em que tem a inapreciável ventura de se achar Vossa Magestade nesta mesma cidade; oferecendo decidida e gostosamente em Seu Nome e de todo o Povo que representa suas vidas, e fazendas para a conservação e defesa dos inaufereveis direitos de Vossa Magestade ao Trono de Seus Augustos Antepassados protestando, à face da Europa e do Mundo, contra a mais injusta das agressões que Portuguezes degenerados com alguns estrangeiros assalariados e perdidos na sua mesma Pátria, atrozmente ententarão contra estes Reinos mas que a Fidelidade Portugueza ajudada com o auxilio da Divina Providencia, hade exterminar em breve, porque não pode faltar à promessa de Jesus Cristo Nosso Senhor feita ao Invicto Fundador desta Monarquia no Campo de Ourique. Conhecendo porem esta Camara quanto a preciosa vida de Vossa Magestade é essencialmente precisa para o bem publico do Estado e de tantos milhares de Portuguezes, que fielmente tem servido, e servem a Vossa Magestade, e que dela depende bem estar e felizes destinos de um Reino inteiro e considerando que o natural e conhecido valor de Vossa Magestade pode no momento de perigo, levado, de zelo pelo bem de seus fieis Vassalos, ser então superior à notoria prudencia, que faz uma das grandes virtudes de Vossa Magestade: E' por estes tão ponderosos motivos, que esta Camara, com o mais profundo acatamento, supplica humildemente de Vossa Magestade, que haja bem não expôr Sua Preciosa Vida aos riscos de guerra, podendo esta Camara certificar a Vossa Magestade que, o mais ardente voto, que os Bons e Fieis Portuguezes dirigem ao Omnipotente Deus, a conservação da vida de Vossa Magestade da qual depende a felicidade e Portugal, presente e futura. Confia a Camara que Vossa Magestade se dignará tomar em consideração esta nossa submissa representação.»

Alvaro Pipa

(«Diário do Minho», 7/8/1924, p. 1)